

CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO DO PARANÁ - UNIFAE
MESTRADO EM ORGANIZAÇÕES E DESENVOLVIMENTO

EMPREENDEDORISMO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
UM ESTUDO DE CASO NO SESI PARANÁ

DANIELE FARFUS

CURITIBA
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DANIELE FARFUS

**EMPREENDEDORISMO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
UM ESTUDO DE CASO NO SESI PARANÁ**

**Dissertação apresentada ao Centro
Universitário Franciscano do Paraná -
UNIFAE, para obtenção de grau de
Mestre em Organizações e
Desenvolvimento, na Área de
Organizações e Desenvolvimento
Local.**

Orientador: Prof. Antoninho Caron, Dr.

Curitiba

2008

Farfus, Daniele.

Empreendedorismo social e desenvolvimento local : um estudo de caso no SESI Paraná. / Daniele Farfus ; Centro Universitário Franciscano do Paraná – Unifae. - Curitiba, 2008.

124 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Antoninho Caron.

Dissertação de Mestrado em Organizações e Desenvolvimento do Centro Universitário Franciscano do Paraná – Unifae.

1. Inovação social. 2. Empreendimento social. 3. Desenvolvimento local.

I. Farfus, Daniele. II. Caron, Antoninho. III. Centro Universitário Franciscano do Paraná – Unifae. IV. Título.

CDU 364.4

DANIELE FARFUS

**EMPREENDEDORISMO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM
ESTUDO DE CASO NO SESI PARANÁ**

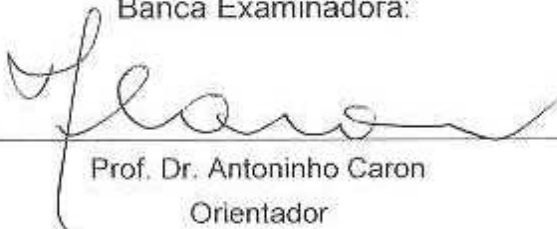
Esta dissertação foi julgada e aprovada pelo Curso de Mestrado Acadêmico Multidisciplinar em Organizações e Desenvolvimento da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

Curitiba, 17 de setembro de 2008.



Prof.ª Dr.ª Lucia Izabel Czerwonka Sermann
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:



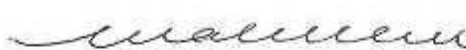
Prof. Dr. Antoninho Caron
Orientador

UNIFAE - Centro Universitário Franciscano



Prof. Dr. José Edmilson de Souza Lima
Examinador Interno

UNIFAE - Centro Universitário Franciscano



Prof.ª Dr.ª Marilda Lili Corbellini
Examinador Externo

IBMEC



Prof. Dr. Dante Ricardo Quadros
Suplente

UNIFAE - Centro Universitário Franciscano

Dedico este trabalho aos meus pais:
Witold Farfus (*in memoriam*) e Antonieta
Preidum Farfus, que com exemplos
valorosos de vida formaram meu caráter
e me deram determinação.

As minhas filhas Luísa e Stella, razão do
meu existir.

AGRADECIMENTOS

A DEUS

Por acreditar que Ele existe e que sempre está ao meu lado e ao lado de quem nele acreditar e necessitar.

A MINHA FAMÍLIA

Ao meu marido Marcus por ser pai presente com nossas filhas em minhas ausências. As minhas queridas e maravilhosas filhas, Luísa e Stella, espero que compreendam meu caminho profissional.

AOS QUE CONTRIBUÍRAM NA MINHA CAMINHADA

Ao Professor Doutor Antoninho Caron que me acolheu para ser meu orientador auxiliando-me em todos os momentos com as palavras certas e atitudes certas para a realização desse trabalho.

À banca que participou da qualificação desse estudo e o enriqueceu com suas relevantes contribuições teóricas.

Aos professores do mestrado que, com competência e dedicação, compartilharam seus conhecimentos, oportunizando o meu crescer.

Aos colegas de Mestrado, pessoas comprometidas com o conceito de sustentabilidade e com a qualidade do processo educacional.

A instituição SESI Paraná que ofereceu condições para a minha capacitação e realização do trabalho de pesquisa. Em especial à equipe da Gerência de Projetos de Articulação Estratégica que acompanhou o processo de elaboração da dissertação, nominando Maria Cristhina de Souza Rocha, líder sensível e competente e Ariane Brunetti, futura empreendedora social.

A minha querida professora e amiga Corina Lúcia Costa Ramos que me ensinou a arte de amar o conhecimento, o gosto pelo desafio e as possibilidades de criação.

A Beatris Kemper Fernandes, por sua presença estratégica.

Aos egressos do Programa SESI Empreendedorismo Social por serem simplesmente maravilhosos empreendedores e por acreditarem que suas ações poderão contribuir com a construção de uma sociedade mais digna e justa.

A todos que, de forma direta ou indireta, compartilharam da construção do caminho que teve seu início em uma estrada muito longínqua.

EPÍGRAFE

*[...] o mais importante e bonito, do mundo, é isto:
que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas –
mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior.*

Guimarães Rosa, 1956.

RESUMO

A cultura empreendedora no país continua a desenvolver-se no Brasil, segundo dados do GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*), instituição responsável por organizar o relatório nacional sobre empreendedorismo no Brasil, no ano de 2006 registrou-se uma taxa de evolução de empreendedores novos em 8,6%. A partir deste indicador contextualizou-se o cenário atual e identificou-se outra abordagem a ser dada ao empreendedorismo, que é na área social, uma nova vertente de empreendedorismo. Com edital na linha de inovação aberto pelo SESI Nacional, no ano de 2005, o SESI Paraná sistematizou o projeto SESI Empreendedorismo Social que tem por objetivo disseminar, estimular e promover a atividade do empreendedorismo social no estado do Paraná. Fundamentar e contextualizar teoricamente o movimento das inovações sociais, de empreendedorismo, incluindo o empreendedorismo social, a contribuição dos empreendedores sociais com o desenvolvimento local e de que forma cooperam para a sociedade serão objeto dessa pesquisa, que buscará responder quais atividades de empreendedorismo social e quais os resultados em benefício do desenvolvimento local são promovidos pelos egressos do Programa SESI Empreendedorismo Social, identificando e avaliando suas contribuições para o desenvolvimento local. Para tanto será necessário revisar as bases teóricas de desenvolvimento social local que sustentam o estudo. Identificar as atividades implementadas pelos egressos do Programa e avaliar os resultados das atividades implementadas para o desenvolvimento local. A abordagem metodológica deste trabalho, quanto ao propósito, é uma pesquisa qualitativa; quanto ao tipo de análise, constitui um estudo de caso de caráter descritivo, que utilizará questionário como técnica de coleta de dados.

Palavras-chave: inovação social; empreendedorismo social; desenvolvimento local;

ABSTRACT

The culture of entrepreneurship is continuously developing in Brazil; according to the GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*), which is the institution in charge of organizing the national report on entrepreneurship in Brazil, there was an increase of 8.6% in the number of new entrepreneurs in 2006. Based on this indicator, the current scenario was contextualized and another approach to entrepreneurship was identified, which is a new area of entrepreneurship in the social field. Through an initiative in the innovation area by 'SESI Nacional', in the year 2005, 'SESI Parana' systematized the project 'SESI Empreendedorismo Social' (SESI Social Entrepreneurship) with the objective of disseminating, stimulating, and promoting the activity of social entrepreneurship in the state of Parana. The objects of this research involve basing and contextualizing theoretically the movements of social innovation and of entrepreneurship - including social entrepreneurship, and the contributions given by social entrepreneurs to the local development and how they cooperate in the society. This study will attempt to answer what activities of social entrepreneurship and what results in favor of the local development are promoted by the alumni of the SESI Social Entrepreneurship Program, identifying and evaluating their contributions to the local development. To do so, it will be necessary to revise the theoretical bases of local social development that support this study. The methodological approach of this work, concerning its purpose, is a qualitative research; and concerning the type of analysis, it constitutes a descriptive case study that will use a questionnaire as a data collection technique.

Key words: social innovation; social entrepreneurship; local development.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 –	TAXA DE EMPREENDEDORES NOVOS NO BRASIL.....	18
QUADRO 02 –	GRAU DE ESCOLARIDADE DOS EMPREENDEDORES SOCIAIS POR NIVEL DE ENSINO.....	53
QUADRO 03 –	CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDEDORES DE SUCESSO.....	55
QUADRO 04 –	MC LEVINSEN E ENFOQUES DO EMPREENDEDOR.....	57
QUADRO 05 –	DIFERENÇAS ENTRE SISTEMAS GERENCIAIS DE EMPREENDEDORES E OPERADORES DE PEQUENOS NEGÓCIOS.....	58
QUADRO 06 –	CONCEITOS SOBRE EMPREENDEDORISMO SOCIAL VISÃO INTERNACIONAL.....	60
QUADRO 07 –	CONCEITOS SOBRE EMPREENDEDORISMO SOCIAL VISÃO NACIONAL.....	61
QUADRO 08 –	EMPREENDEDORISMO PRIVADO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL.....	62
QUADRO 09 –	CARACTERÍSTICAS E HABILIDADES DOS EMPREENDEDORES SOCIAIS.....	63
QUADRO 10 –	SÍNTESE DOS ACHADOS DE PESQUISA REALIZADA COM EGRESSOS DO PROGRAMA SESI EMPREENDEDORISMO SOCIAL – ANOS 2006 E 2007.....	100

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 01	PROGRAMA SESI EMPREENDEDORISMO SOCIAL ANO 2006	88
ILUSTRAÇÃO 02	PROGRAMA SESI EMPREENDEDORISMO SOCIAL ANO 2007.....	89

LISTA DE TABELA

TABELA 01 –	DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA DOS EMPREENDEDORES SOCIAIS POR GÊNERO E FAIXA ETÁRIA.....	94
TABELA 02 –	GRAU DE ESCOLARIDADE DOS EMPREENDEDORES SOCIAIS POR NIVEL DE ENSINO.....	95

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 01	COMPETÊNCIAS DESENVOLVIDAS PELO PROGRAMA SESI EMPREENDEDORISMO SOCIAL.....	96
------------	----------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CBRTS	Centro Brasileiro de Referências em Tecnologia Social
EAD	Educação a Distância
FEESC	Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina
FIEP	Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
GEM	<i>Global Entrepreneurship Monitor</i>
IBQP	Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ITS	Instituto de Tecnologia Social
MCT	Ministério de Estado da Ciência e Tecnologia
OCDE	Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
OMS	Organização Mundial de Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
SESI	Serviço Social da Indústria
SESI-PR	Serviço Social da Indústria do Estado do Paraná
TEA	Taxa de Empreendedores Iniciais

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE QUADROS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELA

LISTA DE GRÁFICO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1. INTRODUÇÃO.....	16
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	16
1.2. ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA.....	20
1.3. OBJETIVOS.....	21
1.3.1 Objetivo Geral.....	21
1.3.2 Objetivos Específicos.....	21
1.4. IMPORTÂNCIA E CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO	21
1.5. ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	22
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	24
2.1. INOVAÇÃO SOCIAL	24
2.1.1 A sociedade e o indivíduo	24
2.1.2 Um conceito em construção: inovação social	29
2.1.3 A inovação social como possibilidades	43
2.2. TECNOLOGIA SOCIAL	45
2.3. EMPREENDEDORISMO	49
2.4. EMPREENDEDORISMO SOCIAL	58
2.5. DESENVOLVIMENTO LOCAL	64
2.6. COMPETÊNCIAS	72

3. METODOLOGIA	76
3.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	76
3.2. POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA	77
3.3. ETAPAS DA PESQUISA	77
3.4. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	78
3.5. PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	78
3.6. ANÁLISE DOS DADOS	79
4. ESTUDO DE CASO	80
4.1. EMPRESA SESI PARANÁ	80
4.2. INOVAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO SESI PARANÁ	83
4.3. PROGRAMA SESI EMPREENDEDORISMO SOCIAL	85
4.4. RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO	93
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	107
5.1. SÍNTESE DAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA O EMPREENDEDORISMO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL	107
5.2. CONCLUSÕES EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DO ESTUDO .	108
5.3. PROPOSIÇÕES PARA PESQUISAS E TRABALHOS FUTUROS.....	110
REFERÊNCIAS	112
APÊNDICE	120
ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	120

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

“Se o indivíduo não tem posição social ou função social, não pode haver sociedade, mas somente uma massa de átomos sociais percorrendo o espaço sem objetivo ou propósito.”
Peter Drucker (2001)

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O Século XXI apresenta muitos desafios, e certamente aqueles mais preocupantes estão relacionados à abordagem das questões que envolvem a sustentabilidade e a preservação do planeta. O processo de mudança nas relações entre a sociedade e o mercado requer uma maneira inovadora de trabalhar em diferentes contextos. No bojo do cenário globalizado e complexo, compreender e atuar nos campos político, econômico, cultural, ambiental ou social é fundamental para que problemas sociais, hoje consolidados, não se tornem abismos intransponíveis.

A sociedade encontra-se em um momento de superação da estrutura social, uma transição histórica que acontece com a participação de diferentes atores e que levam em conta as demandas sociais existentes hoje, oriundas de um modelo de desenvolvimento econômico que não encontra espaço para atuação sem buscar diminuir as mazelas sociais concebidas, e sem acentuar as diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Drucker (1998) afirma que a comunidade do futuro é uma comunidade que está em construção, desta dependerá a vida das gerações que virão. O homem neste contexto é em sua essência, singular, mas precisa do outro para atuar e ser social. Partindo dessa premissa, é necessário que ele repense e compreenda como a sociedade se transformou e de que forma poderia reinventá-la.

A construção social convida todos a somarem esforços, trocarem experiências e mudarem comportamentos hoje consolidados, na busca de um caminho mais digno para a humanidade. O entendimento da sociedade complexa e os investimentos necessários para a mudança são o início do

reconhecimento dos desafios futuros que se estabelecem e a identificação das transformações que podem ser implementadas como possibilidades.

Por diferentes razões, incluindo a discussão da finitude de recursos, o setor privado tem se mostrado preocupado com as problemáticas sociais que gravitam ao seu redor, e buscam estratégias de aproximação com a comunidade, comprometendo-se com a melhoria da qualidade de vida, seja dentro ou fora do ambiente de trabalho. Neste contexto, profissionais bem capacitados tornam-se fundamentais para proceder à leitura da realidade e auxiliar na implantação de programas de melhoria, elaborar produtos de impacto social significativo e, ainda, criar e difundir novas tecnologias sociais adaptadas às especificidades de cada comunidade.

Desta forma se faz necessário a concepção de estratégias inovadoras que possam atuar em diferentes vertentes e contribuir com a construção de uma nova sociedade mais igualitária, justa e equitativa. Assim a inovação social é tema atual e relevante, que se caracteriza como, segundo Fleury (2001, p. 07-08), “o processo de inovação tem o efeito de reconstruir os sistemas de relações sociais e a estrutura de regras e recursos que reproduzem aqueles sistemas. Podemos falar de uma inovação social quando as mudanças alteram os processos e relações sociais, alterando as estruturas de poder pré-existentes”.

Identificar subsídios teóricos que sustentem discussões e possam promover mudanças sociais é a intenção para a construção de uma nova estrutura social. Neste cenário de preocupações e possibilidades, surge o papel fundamental dos empreendedores, o empreendedorismo de acordo com David (2004), é uma área recente de pesquisa, um processo em construção das bases teóricas e empíricas que o fundamentam, embora seja objeto de pesquisa da economia, administração, psicologia, sociologia e outras.

Se o tema é considerado novo, existe uma nova imagem identificada, denominada empreendedor social, que segundo Melo Neto e Fróes (2002) é um tipo especial de líder, suas idéias e inovações são incorporadas aos produtos e serviços a serem produzidos e prestados, mas, sobretudo, são adicionadas à metodologia utilizada na busca de soluções para os problemas sociais, objeto das ações de empreendedorismo. Essas pessoas trazem aos

problemas sociais a mesma imaginação que os empreendedores do mundo dos negócios trazem à criação de riquezas.

Pode-se afirmar que com a geração de processos de inovação e difusão de tecnologias sociais, os empreendedores sociais contribuem para o desenvolvimento econômico de um país. A economia é vista como parte da sociedade, e desta forma todas as ações que efetiva devem ser consideradas.

Experiências de sucesso são conhecidas, instituições fortes que atuam no desenvolvimento do empreendedor já existem, mas as ações realizadas não são suficientes para atendimento das demandas sociais. É necessário, e de modo urgente a união de diferentes formas de pensar para que se consiga atender de modo efetivo o imenso contingente de empreendedores brasileiros, não só os emergentes como os já estabelecidos, não só os empreendedores de negócios, mas os empreendedores sociais.

Segundo o *Global Entrepreneurship Monitor* – GEM, instituição que organiza o relatório nacional sobre o Empreendedorismo no Brasil – e investigou o nível de atividade empreendedora no Brasil entre 42 países, registrando a Taxa de Atividade Empreendedora Total (TEA), no ano de 2006 o Brasil, o TEA foi de 11,7 %, correspondendo ao décimo lugar na classificação geral dos países pesquisados, demonstrando que o Brasil apresenta um alto grau de empreendedorismo.

Os indivíduos empreendedores caracterizam os novos sujeitos da transformação social, que abrem caminhos com diferentes possibilidades. Outro indicador relevante em relação a esse público são as taxas de novos empreendedores, apresentadas no quadro abaixo.

QUADRO 01 – TAXA DE EMPREENDEDORES NOVOS NO BRASIL

ANO	PERCENTUAL
2001	5,0%
2001	8,5%
2003	6,9%
2004	8,9%
2005	8,2%
2006	8,6%

Fonte: Relatórios do GEM Brasil, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.

Analisando os indicadores de novos empreendedores no país e considerando o cenário brasileiro em relação a índices de empregabilidade no

mercado formal, que não atendem a demanda da mão-de-obra existente, pode ser uma alternativa capacitar pessoas disseminadoras da inovação. Característica básica para a formação de empreendedores, que apresentam uma capacidade de transformação do mundo e, portanto, geração de riquezas de diversas naturezas. O empreendedorismo será uma forte marca o século XXI e um grande aliado para o desenvolvimento de países, com a inclusão da atuação do empreendedor social.

O empreendedor social é aquele que busca e desenvolve tecnologias sociais, que viabiliza a implantação de programas, sugere ações responsáveis, inova processos sociais e possibilita o desenvolvimento de estratégias de gestão social, cuja resultante tenha impacto direto na melhoria dos índices sociais. Existe uma necessidade latente de se criar oportunidades para subsidiar ações de pessoas com o espírito empreendedor.

De acordo com Fillion (2000), para que seja possível alcançar esses resultados é necessário que as organizações proporcionem uma relação pró-ativa com o aprendizado, deixando de lado a passividade dos processos e desenvolvendo um conjunto de inter-relações entre razão, intuição e imaginação. Por isso, é de fundamental importância que a sociedade fomente o comportamento empreendedor, com a sistematização e implantação de programas específicos, no âmbito pessoal e corporativo, bem como dissemine essa cultura internamente, proporcionando a atividade integrada com os objetivos internos e as necessidades externas.

Para acompanhar a demanda do mercado e o acelerado ritmo de mudanças no campo social, é essencial atualização constante e interação entre as instituições de diferentes setores, e especialmente entre as pessoas. Permitindo, assim, que o pensamento possa ser compartilhado e o caminho, os métodos e os processos sejam coletivamente construídos e constantemente melhorados.

A valorização da cultura do empreendedorismo social, que visa uma educação para a atitude empreendedora, agrega valor aos produtos e as pessoas participantes do processo, esta cultura traz benefícios a todos os envolvidos. Ações que oportunizem a prática do empreendedorismo em suas diferentes dimensões deverão fazer parte de políticas públicas que possibilitem

o atendimento a um maior número de cidadãos. O envolvimento de todos e de diferentes organizações será condição *sine qua non* para se atingir um estado diferenciado em relação a esta questão.

Neste sentido questiona-se o que já está acontecendo para contribuir com o movimento social. De que forma o SESI Paraná está contribuindo para o tema? Como os empreendedores sociais contribuem com o desenvolvimento local? Um programa de capacitação para empreendedores sociais pode contribuir para promoção do desenvolvimento local?

1.2 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Fundamentar e contextualizar teoricamente o movimento de empreendedorismo, a inovação gerada, como os empreendedores sociais contribuem com desenvolvimento local será objeto desta pesquisa que tem como propósito responder o seguinte questionamento:

O Programa SESI Empreendedorismo Social tem como objetivo disseminar, estimular e promover a atividade do empreendedorismo social no estado do Paraná.

Os estudantes egressos do Programa SESI Empreendedorismo Social realizam quais atividades de empreendedorismo social nas suas comunidades e quais os resultados destas atividades em benefício do desenvolvimento local?

Para objeto do estudo, escolheu-se a organização SESI Paraná considerando seu reconhecimento social, histórico de atuação, características de empresa inovadora e a realização de programas sociais que estão contribuindo com a transformação da sociedade. Para pesquisa do problema acima formulado optou-se por concentrar a pesquisa no Programa SESI Empreendedorismo Social, uma iniciativa do SESI Paraná no ano de 2005, a partir de um edital na linha de inovação aberto pelo SESI Nacional. Os dados foram coletados, com o público participante do Programa SESI Empreendedorismo Social, da primeira e segunda edição, realizado em Curitiba – Paraná, nos anos de 2006 e 2007.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Na busca de respostas às indagações acima apresentadas formulou-se o seguinte objetivo geral, norteador do trabalho de pesquisa: identificar e avaliar as contribuições dos estudantes egressos do Programa SESI Empreendedorismo Social para o desenvolvimento local.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para obtenção de resposta ao objetivo geral formulado, foram sistematizados os seguintes objetivos específicos:

- a) Revisar as bases teóricas de desenvolvimento social e desenvolvimento local que sustentam o estudo.
- b) Identificar as atividades implementadas pelos estudantes egressos do Programa SESI Empreendedorismo Social.
- c) Avaliar os resultados das atividades implementadas pelos estudantes egressos do Programa SESI Empreendedorismo sociais, para o desenvolvimento local.

1.4 IMPORTÂNCIA E CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO

O estudo apresenta sua contribuição para uma possibilidade de reestruturação social em um cenário globalizado, por meio de processos que envolvam as inovações sociais provocadas pelos empreendedores sociais e que contribuam com o desenvolvimento local. O fortalecimento de ações que promovam o desenvolvimento de empreendedores, cada qual atuando na sua área, parece apropriado, uma vez que para atender as realidades sociais será fundamental a articulação de uma ampla rede de instituições que possibilitem um olhar pormenorizado e adequado ao atendimento das diferentes necessidades.

A disseminação do conceito empreendedor social e suas contribuições são essenciais para o contexto social, a compreensão do que vem a ser

inovação social e tecnologias sociais permitirão fundamentar outros trabalhos acadêmicos, oportunizando a leitura da relevância do desenvolvimento local nesta sociedade.

O aprimoramento contínuo de iniciativas que envolvam a formação de empreendedores sociais e como estes estrategicamente colaboram para a sociedade também é intenção deste trabalho acadêmico. Drucker (1998) questiona: “o que estamos fazendo para encorajar os empreendedores sociais? E o que estamos fazendo para torná-los eficazes?”

Enfim ser uma possibilidade de pesquisa, inclusive para outros empreendedores sociais é uma realidade, que nasce da leitura da citação acima, fator motivador à realização deste estudo e possibilita o encorajamento para outros que virão e buscarão continuamente soluções para a construção de uma sociedade renovada.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Estudar um programa inovador de empreendedorismo social e as suas contribuições para o desenvolvimento local será a intenção do presente trabalho acadêmico. Organizou-se o trabalho em capítulos, incluindo-se este que é o primeiro e apresenta a introdução ao tema que será estudado bem como o problema de pesquisa. Sistematiza o objetivo geral e os objetivos específicos, define as perguntas de pesquisa e justifica as bases teóricas e o referencial metodológico que dará suporte à pesquisa.

O segundo capítulo consiste no referencial teórico que fundamentará a pesquisa, organizado em cinco tópicos que abordam a revisão bibliográfica sobre as seguintes variáveis: a) inovação social, b) tecnologias sociais, c) empreendedorismo, d) empreendedorismo social, e) desenvolvimento local e f) competências.

No terceiro capítulo apresentam-se os fundamentos metodológicos utilizados na pesquisa, incluindo a definição da população, amostragem e etapas para pesquisa, os instrumentos para coleta de dados, os procedimentos para coleta de dados e finalmente o processo de análise dos mesmos.

O quarto capítulo é o estudo do caso da inovação social no cenário do SESI Paraná com o foco em empreendedorismo social. Define a empresa SESI Paraná com um histórico detalhado, apresenta as inovações sociais promovidas por esta instituição e delimita o Programa SESI Empreendedorismo Social e apresenta a análise dos dados pesquisados demonstrando os resultados das implementações realizadas pelos empreendedores sociais a partir dos planos de negócios sistematizados pelos estudantes egressos do Programa.

E finalmente no quinto capítulo apresentam-se as conclusões e recomendações do estudo, tendo por intenção a continuidade de estudos sobre empreendedorismo social e sua contribuição com o desenvolvimento local, sendo um campo de pesquisa vasto a ser estudado e transformado em conhecimento científico. Vale ainda ressaltar que para sustentar a formalização do estudo e a apresentação de resultados utilizam-se as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 14724).

Até o momento foi abordado o ordenamento do estudo a ser realizado, no capítulo a seguir será apresentada a fundamentação teórica que sustentará o estudo, com a visão de diferentes teóricos que abordam os temas de inovação social, tecnologia social, empreendedorismo, empreendedorismo social, desenvolvimento local e competências, fundamentando conceitualmente o presente trabalho acadêmico.

CAPITULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

“O sujeito é carregado pelos esforços que fazemos para nos libertar do lugar que nos foi assinalado”
Alain Touraine (2006)

2.1 INOVAÇÃO SOCIAL

O presente capítulo tem por objetivo apresentar a fundamentação teórica que sustentará o estudo buscando suporte conceitual para resposta ao problema de pesquisa formulado. Iniciar-se-á com a reflexão sobre a sociedade atual e o papel de cada indivíduo, passando para a apresentação de um conceito que ainda está em construção, denominado inovação social, aprofundando-se a discussão com o estudo sobre tecnologia social. Contextualiza conceitualmente o empreendedor e o empreendedor social, apresentando considerações de diferentes autores nacionais e internacionais e aborda referenciais sobre a importância do desenvolvimento local na sociedade globalizada, bem como aspectos de competências na atuação do empreendedor social.

2.1.1 A Sociedade e o Indivíduo

A sociedade contemporânea apresenta esgotamentos visíveis, tanto em relação aos recursos naturais quanto ao esgotamento das formas de relação entre as pessoas que nela habita. Urge a tentativa de superação deste modelo social, a partir da análise de suas condições concretas de existência, na busca de um exercício metódico e sistemático para criação de referenciais, com novos paradigmas, que se tornem mediadores dessa superação e promovam a inclusão de todos os indivíduos.

A modernidade está fundamentada em dois princípios, de acordo com Touraine (2006), o primeiro é a crença na razão e na ação racional e o segundo o reconhecimento dos direitos dos indivíduos. Segundo o autor o

ultimo é “ [...] a afirmação de um universalismo que concede a todos os indivíduos os mesmos direitos, sejam quais forem seus atributos econômicos, sociais ou políticos.” (TOURAINÉ, 2006, P.87)

De acordo com Elias (1994) pode-se afirmar que novos referenciais estão sendo buscados para criação de soluções que agreguem valor para todos:

[...] na vida social de hoje, somos incessantemente confrontados pela questão de se e como é possível criar uma ordem social que permita uma melhor harmonização entre as necessidades e inclinações pessoais dos indivíduos, de um lado, e, de outro, as exigências feitas a cada indivíduo pelo trabalho cooperativo de muitos, pela manutenção e eficiência do todo social. Não há dúvida de que isso – o desenvolvimento da sociedade de maneira a que não apenas alguns, mas a totalidade de seus membros tivesse a oportunidade de alcançar essa harmonia – é o que criaríamos se nossos desejos tivessem poder suficiente sobre a realidade. (ELIAS, 1994, p. 17)

A articulação dos indivíduos em rede, trabalhando de forma sintonizada e harmônica potencializa o que define Elias (1994, p.19), “ [...] Não há dúvida de que cada ser humano é criado por outros que existiam antes dele. Ele cresce e vive como parte de uma associação de pessoas, de um todo social - seja este qual for [...], e onde se localize, no passado, no presente ou futuro.” Fazemos parte todos de uma mesma sociedade, bilhões de pessoas de diferentes raças, credos, posição social, ideologias, que devem conviver de forma harmônica e buscando o bem pelo próximo. Cada pessoa é responsável por um pequeno pedaço que forma a teia social, e a medida que uma dessas pessoas não estejam em sintonia com as outras, o todo social fica desalinhado.

Touraine (2006) aponta a relação da modernidade com a modernização ocidental como sendo:

O modelo ocidental, por organizar-se ao redor da idéia de uma sociedade autocriada, depende dos princípios da modernidade. Ele é movimento, autotransformação, destruição e reconstrução de si. Mais claramente ainda, ele crê no uso da razão e respeita a verdade verificável, transmissível e aplicável, e pensa melhorar assim, não seu grau de integração, mas as chances de vida, de ação e de satisfação das necessidades de todos os membros da sociedade. (TOURAINÉ, 2006, p.88)

Nesta teia social moderna existe uma ordem de vida, conforme ELIAS (1994):

“ [...] A ordem invisível dessa forma de vida em comum, que não pode ser diretamente percebida, oferece ao indivíduo uma gama mais ou menos restrita de funções e modos de comportamento possíveis. Por nascimento, ele está inserido num complexo funcional de estrutura bem definida; deve conformar-se a ele, moldar-se de acordo com ele e, talvez, desenvolver-se mais, com base nele. Até sua liberdade de escolha entre as funções preexistentes é bastante limitada. Depende largamente do ponto em que lê nasce e cresce nessa teia humana, das funções e da situação de seus pais e, em consonância com isso, da escolarização que recebe. [...]” (ELIAS, 1994, p.21)

O homem e sua relação com a sociedade é singular. Ele tem, essencialmente, necessidade do outro. Por esse motivo, o ser humano conta com um instinto claro de sociedade. Muito embora esse instinto seja facilmente identificado, o final do século XX começou a traçar um panorama alarmante de crescimento da fragmentação e de isolamento. A formação social tem um papel fundamental para a formação do homem.

Para que o homem tenha o poder de transformação da sua realidade é necessário que tenha acesso a nova possibilidade, que altere o seu *status quo* e possibilite uma reinvenção do fio da sua teia. Que este homem possa interagir na sociedade compreendendo seus direitos e deveres e a importância das associações humanas e das somas que estas oportunizam.

É fácil constatar que o caminho para a construção de uma sociedade mais digna e justa e o encontro de seres humanos adultos que sejam capazes da reconstrução de uma nova ordem social. Um exercício desafiador que deve ser iniciado por diferentes movimentos, nas diversas aldeias globais. Neste cenário há que se cuidar da globalização que muitas vezes uniformiza os processos culturais e tende a deixar todos com a mesma forma e uma identidade padronizada.

Assim a compreensão de um conceito de sociedade inserida na modernidade se faz necessário, “A idéia de modernidade não apela a nenhum princípio transcendente. Ela afirma, ao contrário, que a liberdade criadora de cada um, de cada indivíduo ou categoria de indivíduos, e o bem supremo, que ela não supõe nenhum outro fundamento senão ela mesma.” (TOURAINÉ, 2006, p.93)

A sociedade demonstra a necessidade de liberdade individual respeitando-se uma ordem social. Sociedades que apresentam suas peculiaridades e devem ser respeitadas e valorizadas. Elias (1994, p.45) aponta “[...] A história é sempre história de uma sociedade, mas, sem a menor dúvida, de uma sociedade de indivíduos [...]”.

Uma sociedade que apresenta um conhecimento socialmente construído e historicamente acumulado, devendo ser repassado às futuras gerações para que exista a possibilidade da reconstrução de novas histórias, que também serão repassadas para outras gerações. Uma sociedade moderna que de conta de “produzir indivíduos capazes de inventar e defender a própria capacidade de combinar o pensamento racional e os direitos humanos fundamentais em instituições sociais preocupadas e ao mesmo tempo com eficácia e liberdade.” (TOURAINÉ, 2006, p.105)

Pode-se observar a existência de sociedades dentro de outras, chamadas de comunidades como as instituições de ensino, organizações e cidades, muitas delas se fundamentam em desejos e objetivos coletivos. O encontro da diversidade e dos diferentes talentos oportuniza novas possibilidades, sendo importante que elas identifiquem de forma clara a sua essência, o seu objetivo comum, a sua vontade como sujeito que constrói a sua história.

Para Santos (2005), como a solidariedade é uma forma de conhecimento que se obtém por via do reconhecimento do outro, o outro só pode ser conhecido enquanto produtor de conhecimento. Daí que todo o conhecimento-emancipação tenha uma vocação multicultural.

Com base na argumentação de Simionato (2007), a multiculturalidade expressa o esforço de produção de novas bases históricas, a partir da própria superação dos ideais universalizantes do projeto moderno que operaram na direção de sufocar a construção das subjetividades dos sujeitos e povos, na sua plenitude, comprometendo a construção da emancipação.

Logo, se os homens tornam-se solidários no processo de emancipação nas (e das) sociedades, são produtores de conhecimento e reconhecidos como tal, interagem com variadas culturas mediante ações de comunicação e trocam conhecimento e informações em rede, estão criando novos processos e,

portanto, inovando em suas relações. Segundo Touraine (2006, p.112) “O sujeito é mais forte e mais consciente de si mesmo quando se defende contra ataques que ameaçam sua autonomia e sua capacidade de perceber-se como um sujeito integrado, ou pelo menos lutando para sê-lo, para reconhecer-se e ser reconhecido como tal.” A emancipação envolve o reconhecimento do sujeito e sua liberdade de decisão.

Santos (2005) afirma, todo o conhecimento-emancipação tem uma vocação de solidariedade incluindo a produção de conhecimento pelo homem, como agente institucional e como agente instituinte reconhecido. Na medida em que se reconhece o outro, enquanto produtor de conhecimento ocorre, de forma gradativa, o processo de alteração das estruturas de poder pré-existentes. A gradação dessa alteração e a substituição por novas formas, a partir de referenciais consistentes, possuem um ritmo lento. Sabe-se que o movimento social é um processo complexo e contínuo, que pode influenciar os setores sociais.

A formação do sujeito consciente necessita três componentes, conforme Touraine (2006, p.130), “[...]O sujeito é um fim em si próprio. (...) o sujeito não se forma a não ser entrando conscientemente em conflito com as forças dominantes que lhe negam o direito e a possibilidade de agir como sujeito. E por fim, cada um, enquanto sujeito, propõe uma certa concepção geral do indivíduo.”

A dimensão da conceituação apresentada remete a reflexão sobre a atuação do sujeito na modernidade e sua relação de responsabilidade de atuação para com o outro e para com o desenvolvimento local e sustentável. Já que ele vive no mundo, porém a este não pertence, conforme afirma Touraine (2006).

De acordo com SEN (2000, p.321), “[...] Não é tanto uma questão de ter regras exatas sobre como exatamente devemos agir, e sim de reconhecer a relevância de nossa condição humana comum para fazer as escolhas que se nos apresentam”.

Neste contexto o homem realiza suas escolhas e sua forma de agir frente às questões sociais que estão postas e foram construídas ao longo da história, as possibilidades de (re) construção se apresentam e uma nova

história pode vir a ser desenhada e Touraine (2006, p.141) afirma: “O sujeito, carregado ou não por um movimento social, se manifesta na consciência do ator.”

2.1.2 Um conceito em construção: inovação social

Novos paradigmas e referenciais começam a apresentar um potencial de atendimento às necessidades sociais. Nesse contexto surge, então, o conceito de inovação social como ponto de partida para a construção de um modelo para atendimento às demandas atuais com respeito à diversidade e à unidade humana, e que contribua para a promoção da igualdade na sociedade pós-moderna. Essa arquitetura requer dos indivíduos o entendimento de uma nova condição de inovação, denominada inovação social:

A inovação é um processo de procura, descoberta, experimentação, desenvolvimento, imitação, e, adoção efetiva de novos produtos, de novos processos de produção ou novos arranjos organizacionais. A inovação envolve uma atividade intrinsecamente incerta de pesquisa e solução de problemas, baseada em variadas combinações de conhecimentos públicos e privados, princípios científicos gerais e experiências idiossincráticas, procedimentos sistematizados e competências tácitas (DOSI, 1988 *apud* FLEURY, 2001, p.06).

Toda a inovação social é um processo constituído de múltiplos agentes que interagem solidariamente para a recriação contínua da sociedade e precisa ter respeito à unidade da natureza humana porque todos são iguais por participarem da mesma espécie, com corpo, mente e espírito, e à diversidade por meio da qual todos os sujeitos – agentes do processo - aprendem e se expressam diferentemente, recriando continuamente e contemporaneamente a cultura na sociedade pós-moderna.

É importante que a humanidade concentre esforços na redescoberta de uma nova sociedade, uma nova comunidade e um lugar mais civilizado para existir. É nele que vamos interagir, sonhar, realizar, viver, sentir, com responsabilidade, autonomia e liberdade, enquanto sujeitos. De acordo com Sen:

O caminho entre liberdade e responsabilidade é de mão dupla. Sem a liberdade substantiva e a capacidade para realizar alguma coisa, a pessoa não pode ser responsável por fazê-la. Mas ter efetivamente a liberdade e a capacidade para fazer alguma coisa impõe à pessoa o dever de refletir sobre fazê-la ou não, e isso envolve responsabilidade individual. Nesse sentido, a liberdade é necessária e suficiente para a responsabilidade. (SEN, A. 2000, p.322)

Preparar o futuro e trabalhar árdua e incessantemente para que ele aconteça, não representa conduzir a humanidade por um mesmo caminho. Antes, é preciso sensibilidade para compreender a questão da responsabilidade com liberdade e o compromisso com as gerações que virão.

O início do novo milênio originou discussões que envolveram a aceleração do processo de globalização, a reestruturação do modelo de economia nesse cenário, a necessidade de inovações tecnológica, atendendo ao conceito de sustentabilidade, exigindo das organizações atualização continuada dos seus métodos produtivos, para que se possa produzir mais com menos, sobretudo em relação ao recursos naturais não renováveis. Segundo Ramos (1989, p.35), em publicação na década de oitenta, “O consumo dentro dos limites de necessidades humanas finitas, a produção limitada, constituíam a meta da economia instituída nas sociedades pré-modernas.” Porém, o fato ainda não aconteceu.

A economia voltada para o mercado vem desafiando as organizações a formular novas estratégias que permitam ajustar o trabalho às necessidades da tecnologia e da competição. Este contexto apresenta desafios diários que obrigam a reflexões e questionamentos na busca da identificação de inovações que transformam comportamentos, posicionamentos e trajetórias, porque afetam e valoram o que se convencionou, em primeira instância, chamar de capital humano.

A sociedade encontra-se na era da informação e do conhecimento, com ações velozes de criação e recriação de métodos, processos e produtos que atendam as demandas sociais, porém busca incessantemente modelos produtivos que possibilitem a redução de custos e de matérias-primas.

Segundo FARFUS e ROCHA:

“Presencia-se uma visível revolução nas relações entre o mercado e a sociedade. Enquanto o mercado busca formas de explorar novos nichos, manter-se à frente de concorrentes e se tornar mais competitivo, a sociedade, por sua vez parece iniciar um novo movimento, saindo de um estado de acomodação perante as mudanças ocorridas que trouxeram à tona ou intensificaram diversos problemas, tais como o aumento da desigualdade social, do desemprego e a exclusão social, dentre outros. A década de 90 revelou as conseqüências excludentes da globalização, como o aumento exponencial da polarização entre ricos e pobres – não apenas entre países ricos e pobres, mas entre pobres e ricos de cada país (SANTOS, 2001). “ (FARFUS e ROCHA, 2007, p. 14)

No movimento de transição, as tentativas de superação da sociedade moderna, a partir de suas condições concretas de existência, provocam um exercício sistemático para criação de referenciais, a partir de novos paradigmas, que se tornem mediadores dessa superação, buscando a inclusão de todos os indivíduos.

Segundo Fleury (2001, p. 01) “A América Latina está vivendo um processo de transformação sem precedentes, que se manifesta em termos econômicos, políticos, culturais e societários.” Ainda segundo a mesma autora, “como parte do processo de democratização, assistimos à recomposição do tecido social, às lutas contra a exclusão e pela expansão da cidadania.”

Para Castor (2007, p. 75), “Os limites de nossa era não se resumem, no entanto, àqueles de natureza ambiental. Também os poderes de intervenção dos governos encontraram seus limites na multiplicação da complexidade das sociedades modernas.” A articulação entre Estado e poder privado é condição fundamental para a superação de problemas sociais.

Por diferentes razões, o setor privado tem se mostrado preocupado com as problemáticas sociais que gravitam ao seu redor, e vem cada vez mais buscando maneiras de se aproximar da comunidade e comprometer-se com a melhoria da qualidade de vida, seja dentro ou fora do ambiente de trabalho, uma vez que as organizações competem “as empresas não competem isoladamente, mas o fazem juntamente com o entorno produtivo e institucional de que formam parte” (VÁSQUEZ-BARQUERO, 1999, p.17).

A lógica do desenvolvimento do mercado sustentável começa a ser priorizada em detrimento do mercado competitivo e isolado. Para apropriação do conceito de desenvolvimento cita-se Ultramari:

Desenvolvimento tem uma conotação de progresso, de industrialização, de consumo e domínio técnico e científico sobre a natureza; sustentável significa manter-se em equilíbrio (...). Ao se atualizar a expressão desenvolvimento sustentável, além da convivência com o paradoxo parece-se aceitar a idéia de uma eterna busca (...) aceita-se o paradoxo de considerar viável o longo caminho do desenvolvimento, buscando-se logo o que talvez nunca possa ser obtido. Enfim, com o desenvolvimento chega-se perto da sustentabilidade, mas esta nunca poderá ser alcançada. (ULTRAMARI, 2003, p.10).

Uma sociedade na qual se respeite a dimensão dos conceitos acima apresentados é uma realidade necessária. O repensar o modelo econômico é urgente, desta forma para Swedberg e Smelser (1994), a economia é encarada como uma parte da sociedade, ao contrário da concepção básica, na qual a economia é vista sob a ótica do mercado. Por isso, não é difícil compreender os motivos que levam à valorização de ações de responsabilidade social ou ao retorno das discussões sobre temas como terceiro setor e sociedade civil.

Desta maneira, "Refazer a história é co-responsabilidade daqueles que estão comprometidos com a re-criação de uma sociedade com mais justiça e equidade, assegurada pelo processo solidário entre os indivíduos.", segundo FARFUS e ROCHA (2007, p.15). Nesse movimento a discussão e o entendimento da inovação social e sua contribuição para a transformação deve ser contextualizado a diferentes variáveis intervenientes em seu processo de criação e disseminação.

O suporte teórico construído por Schumpeter, até os dias atuais permeiam as discussões que envolvem a construção do conceito de inovação, voltada ao mercado, apontando que o desenvolvimento econômico, conduzido pela inovação, é um processo dinâmico no qual as novas tecnologias substituem as antigas.

De acordo com Schumpeter *apud* Caron, são as seguintes alternativas que se apresentam para a inovação:

1. Introdução de um novo bem, ou de uma nova qualidade, com o qual os consumidores ainda não estão familiarizados.
2. Introdução de um novo método de produção que ainda não tenha sido testado pela indústria de transformação e que de algum modo precisa estar baseado numa descoberta científica nova, que pode constituir uma nova maneira de comercializar uma mercadoria.
3. Abertura de um novo mercado, um mercado em que um ramo particular da indústria de transformação do país não tenha entrado.
4. Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semifaturados, independentemente do fato de essa fonte já existir ou ter que ser criada.
5. Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio ou fragmentação de uma posição de monopólio. Schumpeter *apud* Caron (2007, p.88).

A inovação assume a partir dos conceitos apresentados um papel fundamental para o modelo de desenvolvimento econômico e o desenvolvimento de um país.

Para Fleury (2001), o ciclo Schumpeteriano da inovação tecnológica envolve três estágios da mudança: a invenção, a inovação e a difusão. Envolvendo desde a geração de novas idéias, o desenvolvimento e conversão de produtos e processos até a extensão destes para o mercado. Segundo Schumpeter (1934), a prosperidade e o desenvolvimento só podem vir por meio da inovação, compreendida pela substituição de formas antigas por novas formas de produzir e consumir. Esta substituição permanente por novos produtos, processos e modelos caracteriza o conceito de 'destruição criativa', cuja ação se dá por indivíduos com características empreendedoras, que são os protagonistas destas mudanças.

A destruição criativa promove a inovação:

O termo inovação, ao longo do tempo, sempre esteve ligado a questão do ganho de competitividade dos produtos e das empresas. Inovar é uma das principais estratégias competitivas das empresas que procuram manter-se competitivas nos mercados, por meio de novos produtos, processos e (ou) novas formas de gestão. A inovação sempre esteve ligada às questões de desenvolvimento econômico e das estratégias das empresas para crescer e competir em mercados cada vez mais acirrados. (Caron, 2007, p. 86).

A legislação vigente, que dispõe sobre incentivos à própria inovação e à

pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, Lei Federal n.º 10.973/04 consultada, em seu Capítulo I das Disposições Preliminares, expressa no art. 2.º, inciso IV o seguinte conceito de inovação: “introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços”.

A Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento - OCDE¹, dentre as suas produções técnicas concebeu o Manual de Oslo, referência para as atividades de inovação tecnológica na indústria brasileira, segundo o qual as empresas realizam vários tipos de mudanças, seja em métodos de trabalho, seja no uso de fatores de produção, seja no tipo de resultados que aumentam a produtividade e/ou desempenho comercial.

Segundo este Manual (1997, p. 21), “A inovação é um processo contínuo. As empresas realizam constantemente mudanças em produtos e processo e buscam novos conhecimentos, e vale lembrar que é mais difícil medir um processo dinâmico do que uma atividade estática”. Por este motivo é que as empresas são as que mais inovam, porque criam e tem a possibilidade de implantar suas criações, para validá-las junto a diferentes públicos.

A inovação acontece em todas as áreas do conhecimento e da economia, porém é necessário saber identificá-la e mapeá-la, bem como em muitos casos registrá-las para a garantia e respeito aos direitos legais.

Ainda de acordo com o Manual de Oslo existem quatro tipos de inovação:

1. Inovações de produtos: envolvem mudanças significativas nas potencialidades de produtos e serviços. Incluem-se bens e serviços totalmente novos e aperfeiçoamentos importantes para produtos existentes
2. Inovações de processo representam mudanças significativas nos métodos de produção e distribuição.
3. Inovações organizacionais referem-se à implementação de novos métodos organizacionais, tais como mudanças em práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas da empresa.
4. As inovações de marketing envolvem a implementação de novos métodos de marketing, incluindo mudanças no design do produto e na embalagem, na promoção do produto e sua

¹ OCDE - Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento, instituição intergovernamental que agrega 30 governos com o objetivo de endereçar os desafios econômicos, sociais e ambientais da globalização. Agrega também esforços para compreender e ajudar os governos a responder a novos desenvolvimentos e inquietações provendo um ambiente que possibilita comparar experiências políticas e buscar respostas para problemas comuns, identificar boas práticas e trabalhar para coordenar políticas domésticas e internacionais.

colocação, e em métodos de estabelecimento de preços de bens e de serviço. (Manual de Oslo, 1997, p.23).

O Manual de Oslo (1997, p. 55) aborda a inovação como “a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas”. Assim, para definir uma inovação o requisito mínimo é que sejam novos ou significativamente melhorados para a empresa, incluindo produtos, processos e métodos que as empresas são pioneiras a desenvolver e aqueles que foram adotados de outras empresas ou organizações.

Afirma-se que há um elo indissociável entre inovação e desenvolvimento econômico, na medida em que a criação e difusão de novos conhecimentos alavanca o desenvolvimento de novos produtos e métodos. Desta forma o conceito de inovação utilizado diz respeito a mudanças que apresentem os seguintes aspectos, de acordo o Manual de Oslo (1997):

- a) A inovação está associada à incerteza sobre os resultados das atividades inovadoras.
- b) A inovação envolve investimentos que podem render retornos potenciais no futuro.
- c) A inovação é o substrato dos transbordamentos de conhecimentos.
- d) A inovação requer a utilização de conhecimento novo ou um novo uso ou combinação para o conhecimento existente.
- e) A inovação visa melhorar o desempenho de uma empresa com ganho de uma vantagem competitiva por meio da mudança da curva de demanda de seus produtos ou de sua curva de custos ou pelo aprimoramento da capacidade de inovação da empresa.

Reconhecendo que a inovação pode ocorrer em qualquer setor da economia, como serviços governamentais, de saúde e educação o Manual de Oslo da OCDE prioriza as inovações de empresas comerciais (indústria de

transformação, indústrias primárias e setor de serviços) e recomenda estudos à parte para formação de arcabouço conceitual para processos de inovação em setores não orientados ao mercado, uma necessidade social emergente.

Caron (2007, p. 87) afirma que: “A inovação é uma combinação de necessidades sociais e de demandas de mercado, com os meios científicos e tecnológicos para resolvê-las.” Pode-se constatar que os sistemas culturais e empresariais consolidaram modelos de gestão que não tem dado conta das demandas sociais, concebidos, exclusivamente, a partir do desenvolvimento econômico e, neste sentido, movimentos, em todas as direções, buscam diminuir abismos sociais vividos nas diferentes realidades.

O desenho de novas estratégias é condição *sine qua non* para a superação dos desafios da sociedade pós-moderna, considerada por muitos estudiosos como um momento de transição histórica. Uma das estratégias para superar os desafios postos, é o conceito de inovação social, que vem sendo construído, mas o fenômeno não é novo. Muitas iniciativas já foram implementadas e muitos esforços vêm sendo realizados na construção de conceito, metodologias e indicadores que hoje se tem como referência para uma reflexão sobre o tema.

Novos referenciais estão sendo buscados para criação de soluções que agreguem valor para todos. A articulação dos indivíduos em rede, trabalhando de forma sintonizada e harmônica potencializa o tempo histórico. De acordo com KEMPER (2006, p.03), “(...) as redes sociais normalmente facilitam a articulação entre pessoas e organizações e ampliam os recursos, as oportunidades e as estratégias de ação dos componentes da rede, individualmente, e da rede como um todo.”

Logo, segundo Farfus e Rocha (2007, p. 19) “se os homens tornam-se solidários no processo de emancipação nas (e das) sociedades, são produtores de conhecimento e reconhecidos como tal, interagem com variadas culturas mediante ações de comunicação e trocam conhecimento e informações em rede, estão criando novos processos e, portanto, inovando em suas relações.”, e consolidando novas redes sociais. A imagem de instituições nas quais, segundo Morgan (1996, p.293), “As pessoas em diferentes mercados de trabalho freqüentemente se encontram brigando entre si para protegerem os

seus interesses em lugar de julgarem que as suas situações foram geradas pelo sistema que as colocou em oposição.”, já não mais encontram espaço na teia social.

O poder suficiente sobre a realidade requer a utilização de competências no relacionamento com o outro, metodologias adequadas, processos sistematizados, alianças estratégicas, sistemas efetivos de disseminação, entre outros fatores, que conduzam à criação e incorporação de inovações que contribuam para o desenvolvimento sustentável no tecido socioeconômico e cultural.

Paradigmas e referenciais começam a apresentar um potencial de atendimento às necessidades sociais. Emerge o conceito de inovação social como ponto de partida para a construção de um modelo para atendimento às demandas sociais com respeito à diversidade e à unidade humana, e que contribua para a promoção da igualdade na sociedade pós-moderna.

O conceito de inovação social está ancorado no pressuposto apontado por Santos (2005, p. 32), [...] “a profissionalização do conhecimento é indispensável, mas apenas na medida em que torna possível eficaz e acessível a aplicação partilhada e desprofissionalizada do conhecimento. Esta co-responsabilização contém na sua base um compromisso ético”. Nesse compromisso ético de co-responsabilização encontra-se respaldada a experiência de inovação social, na qual sujeitos estejam preocupados com a promoção real do outro.

Essa experiência deve estar contextualizada a uma visão da sociedade de interdependência social:

[...] “um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos. [...] “Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmo códigos de comunicação” [...] Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. (Castells, 1999, p.498).

A compreensão do conceito de rede é seu papel estruturante para a sociedade é fundamental para o desenvolvimento local e conseqüentemente para o desenvolvimento global, assim as redes são:

[...] instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e invalidação do tempo. (Castells, 1999, p.498).

Segundo o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade – IBQP ² (2007), na tentativa de buscar alternativas ao modelo econômico dominante, baseado na avaliação econômica e técnica sob a ótica do capital, surgiram abordagens alternativas, sob a denominação de tecnologia social, sendo esta considerada como todo: produto, método, processo ou técnica, criada para solucionar algum tipo de problema social, levando em consideração também a simplicidade, baixo custo, facilidade de aplicação e a comprovação do impacto social. Porém há que se considerar no cenário da inovação como foco no social o papel das grandes organizações. “Que os interesses da corporação e da comunidade não sejam sempre sinônimos é uma verdade a todos os tipos de organização [...]” (MORGAN, 1996, p. 313). É necessário que por todos os setores da economia compreendam e assumam o conceito de tecnologia social para que ações efetivas sejam promovidas.

Castor (2007, p. 79) afirma, “As inovações sociais podem tomar diferentes formas todas elas importantes como instrumentos de políticas desenvolvimentistas”. Assim pela sua natureza:

[...] o número de inovações sociais é virtualmente infinito, sendo importante não o simples trabalho de catalogação das experiências bem ou mal sucedidas e sim a adoção de uma

² IBQP - Entidade privada, sem fins lucrativos, de abrangência nacional, formada por associações empresariais, organizações governamentais e não-governamentais, entidades de classe, instituições técnico-científicas, universidades e cidadãos. Sua missão é ser um centro de aprendizagem, aprimoramento e disseminação contínua do conhecimento que envolve os ambientes naturais, sociais e de produção, bem como suas interações, sob o enfoque da produtividade sistêmica. Seu papel é o de ser plataforma de conhecimento inovador e de ser catalisador para os novos processos e negócios, em um cenário de cooperação e sustentabilidade.

filosofia de desenvolvimento, que, sistematicamente, incorpore os arranjos sociais e organizacionais alternativos entre os atores relevantes do processo. (CASTOR, 2007, p. 80)

Encontra-se no cenário político institucional brasileiro, junto à FINEP³ o conceito de “inovação para o desenvolvimento social, como: criação de tecnologias, processos e metodologias originais que possam vir a se tornar propostas de novos modelos e paradigmas para o enfrentamento de problemas sociais, combate à pobreza e promoção da cidadania”.

Para as políticas operacionais da FINEP inovação é a introdução, com êxito, no mercado, de produtos, serviços, processos, métodos e sistemas que não existiam anteriormente, ou contendo alguma característica nova e diferente do padrão em vigor.

Abrange diversas atividades científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras, comerciais e mercadológicas. A exigência mínima é que o produto/serviço/ processo/método/sistema inovador deva ser novo ou substancialmente melhorado para a empresa em relação aos seus competidores.

Inovação significa a solução de um problema tecnológico, utilizada pela primeira vez, descrevendo o conjunto de fases que vão desde a pesquisa básica até o uso prático, compreendendo a introdução de um novo produto no mercado em escala comercial, tendo, em geral, fortes repercussões socioeconômicas. Significa a solução de um problema tecnológico, utilizada pela primeira vez, descrevendo o conjunto de fases que vão desde a pesquisa básica até o uso prático, compreendendo a introdução de um novo produto no mercado, em escala comercial tendo, em geral, fortes repercussões socioeconômicas, de acordo com Longo (1996).

Anualmente a instituição lança um prêmio denominado Prêmio FINEP de Inovação, concebido com o objetivo de identificar, divulgar e premiar esforços

³ FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia que tem como objetivo principal promover e financiar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica em empresas, universidades, institutos tecnológicos, centros de pesquisa e outras instituições públicas e privadas, mobilizando recursos financeiros e interagindo instrumentos para o desenvolvimento econômico e social do país. Sua missão é “promover e financiar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica em empresas, universidades, institutos tecnológicos, centros de pesquisa e outras instituições públicas ou privadas, mobilizando recursos financeiros e integrando instrumentos para o desenvolvimento econômico e social do País”.

inovadores desenvolvidos e aplicados no país, seja por empresas e instituições de ciência e tecnologia brasileiras, como forma de elevar seu potencial competitivo, seja por instituições públicas ou privadas brasileiras sem fins lucrativos, como forma de encontrar soluções de impacto positivo na qualidade de vida da sociedade brasileira.

Utilizando as definições contidas no Manual de Oslo da OCDE em relação as questões de inovação, o Prêmio pauta-se nas categorias de: produto, processo, pequena empresa, grande empresa, instituições de C&T. Desde o ano de 2005 inseriu mais uma categoria para que instituições pudessem concorrer, denominada – inovação social. Entendida como a utilização de tecnologias que permitam promover a inclusão social, geração de trabalho e renda e melhoras nas condições de vida.

Os critérios utilizados para esta categoria do Prêmio da FINEP são: características da inovação, impactos sociais e econômicos e parcerias. A busca da sua compreensão permite o entendimento da amplitude do conceito de inovação social:

- a) Características da inovação: descrição da solução desenvolvida e aplicada; utilização de elementos da cultura e conhecimento locais; viabilidade de aplicação em ambientes sócio-culturais semelhantes e auto-sustentabilidade do projeto.
- b) Impactos sociais e econômicos: problemas sociais relacionados e tamanhos da comunidade afetada pela inovação; melhoria nos indicadores de trabalho e renda nas comunidades envolvidas; reconhecimentos alcançados; eficácia em promover uma maior organização social das comunidades envolvidas.
- c) Parcerias: articulação com políticas públicas e com o setor produtivo.

Sendo contextualizada a inovação em seu caráter social, o conceito reveste-se de qualidade cidadã e ultrapassa o sentido inovativo. Essa maior amplitude e relevância social conduzem para a criação de proposições no enfrentamento de problemas, tais como a pobreza e a ausência de cidadania. A qualidade no conceito é um atributo de valor social e complementa, aperfeiçoando e ampliando, o conceito de inovação exposto na legislação.

Nessa mesma linha comparativa, estende-se ainda mais o conceito de inovação social ao localizarmos a caracterização de Genro *apud* Fleury (2001, p.04), de que inovação social, no contexto de uma sociedade democrática, está associada a dois processos:

- a) transformação das estruturas de gestão pública como forma de inclusão dos interesses dominados na esfera pública, para além da forma tradicional de representação;
- b) geração de redes associativas, capazes de gerar processos sinérgicos entre as instituições estatais democratizadas e as organizações da sociedade.

Segundo a mesma autora, “o processo de inovação tem o efeito de reconstruir os sistemas de relações sociais e a estrutura de regras e recursos que reproduzem aqueles sistemas. Podemos falar de uma inovação social quando as mudanças alteram os processos e relações sociais, alterando as estruturas de poder pré-existentes”. (FLEURY, 2001, p. 07)

Retoma-se à idéia inicial apresentada, no início deste capítulo, com base em Santos (2005), que todo o conhecimento-emancipação tem uma vocação de solidariedade incluindo a produção de conhecimento pelo homem. Na medida em que se reconhece o outro, enquanto produtor de conhecimento ocorre, de forma gradativa, o processo de alteração das estruturas de poder pré-existentes.

Sabe-se que a inovação, como processo complexo e contínuo, pode ocorrer em todos os setores da economia. A gradação dessa alteração e a substituição por novas formas, a partir de referenciais consistentes, possuem um ritmo lento, segundo Dosi:

A inovação é um processo de procura, descoberta, experimentação, desenvolvimento, imitação, e, adoção efetiva de novos produtos, de novos processos de produção ou novos arranjos organizacionais. A inovação envolve uma atividade intrinsecamente incerta de pesquisa e solução de problemas, baseada em variadas combinações de conhecimentos públicos e privados, princípios científicos gerais e experiências idiossincráticas, procedimentos sistematizados e competências tácitas (DOSI, 1988 *apud* FLEURY, 2001. p. 06).

A inovação necessita de um agente para que se torne possível, um tipo especial de pessoa que tenha o espírito empreendedor. A inovação é o ato que contempla os recursos com a nova capacidade de criar riqueza. A inovação, de fato, cria um recurso e não existe algo denominado recurso até que o homem encontre um uso para alguma coisa na natureza e assim atribua um valor econômico. Segundo Drucker:

A inovação, portanto, é um termo econômico ou social, mais que técnico. Ela pode ser definida da maneira como J.B. Say definiu 'entrepreneurship', como podendo mudar o rendimento dos recursos. Ou, como um economista moderno tenderia a fazer, ela pode ser definida em termos de demanda em vez de termos de oferta, isto é, como capaz de mudar o valor e a satisfação obtidos dos recursos pelo consumidor. (DRUCKER, 2005, p.43).

No bojo dos conceitos apresentados, destacam-se a transformação social, o processo pedagógico, o diálogo entre diferentes saberes, e, principalmente, a inovação, como fatores que são demarcadores do momento histórico de transição denominado sociedade pós-moderna.

Cabe a reflexão sobre as condições e momentos históricos que permitem florescer a questão da inovação social, não mais vinculada a metodologias e processos impostos, mas em uma visão e ação sustentada em princípios democráticos e éticos que buscam a inclusão de toda a diminuição do abismo social presente em diferentes sociedades, a promoção do exercício pleno da cidadania, a solidariedade no conhecimento-emancipação, a multiculturalidade em rede e os processos de comunicação e educação.

A compreensão de que estamos inseridos em um ambiente autoprodutor, vivo e social complexo, que segundo Capra (1995), caracteriza-se por desenvolver suas conexões em forma de redes e, portanto exige um 'pensar de forma holística' é ponto de partida para o entendimento das relações sociais. Perceber os padrões que envolvem as relações humanas, suas estruturas e possibilidades darão uma nova visão da vida sistêmica fazendo com que os sistemas sociais precisem ser projetados e planejados de maneira sustentável. É neste cenário que está alocada a grande contribuição das inovações sociais, a busca de novas formas de pensar, se relacionar, criar estruturas, padrões e conexões em diferentes dimensões. (FARFUS e ROCHA, 2007, p.30).

As redes são fundamentais na sociedade compreendida como um sistema social complexo, fazer parte delas ou constituí-las contribui com o processo de transformação e renovação social.

2.1.3 A Inovação Social como Possibilidades

A inovação social, voltada ou não ao mercado, nos ambientes organizacionais, somente pode ocorrer quando ocorrer a aprendizagem organizacional. A compreensão da aprendizagem organizacional, como um processo estruturado e contínuo, é encontrada em Senge (1998), quando afirma “que as organizações que aprendem devem desenvolver continuamente a capacidade de se adaptar e mudar através da criatividade e inovação.” Segundo o autor, o estímulo e a condução do processo de aprendizagem, por intermédio de um conjunto de ações que engloba aspectos técnicos, sociais e comportamentais, deve contemplar:

- a) Domínio pessoal: por meio do autoconhecimento as pessoas aprendem a aprofundar seus próprios objetivos, expandir continuamente sua capacidade de criar e inovar e a concentrar esforços através de uma visão mais objetiva da realidade.
- b) Questionamento dos modelos mentais: idéias enraizadas, generalizações e imagens que influenciam o modo como as pessoas vêem o mundo e a si mesmas devem vir à tona e ser questionadas para permitir a construção e adoção de novas maneiras de pesquisar, testar e melhorar. Há que se mudar o modelo mental vigente.
- c) Formação de visões compartilhadas: um objetivo percebido como legítimo leva as pessoas a dedicarem-se e aprenderem de forma espontânea e a construir visão comum e compartilhada, compartilhando ações.
- d) Aprendizagem em equipe: capacidade para a ação coordenada que tem início com o diálogo que possibilita aos vários membros

da equipe trocar experiências, idéias e conhecimentos, aprendendo e agindo em equipe.

- e) Adoção de pensamento sistêmico: percepção das relações entre as partes e da importância de cada uma em relação ao todo, onde todos são interdependentes.

O importante é que as organizações produzam inovações em diferentes contextos e oportunizem a criação de novas metodologias que promovam não somente a superação de desigualdades, mas a realização e auto-realização dos sujeitos que criam e disseminam o conhecimento. Essas pessoas e organizações são as que antecipam as inovações, enfrentando o conservadorismo de modelos enraizados e deflagram paradigmas que serão seguidos, construídos e certamente reconstruídos, a partir de um modelo que se crie e gere outra inovação social.

Um aspecto geral de uma inovação é que ela deve ter sido implementada. Um produto novo ou melhorado é implementado quando introduzido no mercado. Um projeto social inovador precisa ser colocado em prática para que seja avaliado em sua potencialidade de transformação da sociedade. Em todos os conceitos apresentados, a inovação deve conter algum grau de novidade para a empresa, para o mercado e para o mundo.

Além do grau de novidade e da contribuição para construção do conhecimento e disseminação voltados para o mercado, com base na aprendizagem organizacional, quando se trata de inovação social, deve-se incluir, além desses fatores, o compromisso solidário com a transformação, o reconhecer e o valorizar do conhecimento do outro, o princípio da sustentabilidade do desenvolvimento, a busca da multiculturalidade no processo e as metodologias para emancipação de todos os indivíduos.

A inovação social é um processo constituído de múltiplos agentes que interagem solidariamente para a recriação contínua da sociedade e precisa ter respeito à unidade da natureza humana na compreensão da sua totalidade, respeitando as diferenças e recriando contínua e contemporaneamente os aspectos culturais na sociedade pós-moderna.

2.2 TECNOLOGIA SOCIAL

Outro termo utilizado na sociedade atual e que busca a promoção de uma nova sociedade é tecnologia social, sua compreensão é fundamental para a construção deste trabalho.

As tecnologias sociais já reconhecidas pelo poder público são instrumentos importantes para a inclusão e o desenvolvimento social, de acordo com o MCT, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos. O Programa de Tecnologia Socialmente Sustentável, do governo federal promove: “as condições para que as comunidades menos favorecidas, os micros e os pequenos empreendedores rurais e urbanos, sejam capazes de executar projetos de investimentos produtivos, aumentando a produção, ganhando economia de escola, por meio de associação e parcerias, absorvendo, difundindo e desenvolvendo tecnologias socialmente responsáveis.” Campos (2004, p.07).

Em publicação realizada pela Fundação Banco do Brasil, com o depoimento de ícones da sociedade brasileira, Teles (2004, p.12) afirma: “além do desenvolvimento de tecnologias que solucionem demandas sociais, essas tecnologias sejam conhecidas por aqueles que dela necessitem e que sejam reaplicadas em grande escala.” As tecnologias devem ser consideradas como estratégias de desenvolvimento para as sociedades, hoje, reconhecidas como suportes para estilos de vida. Um movimento social democrático possibilita o surgimento de tecnologias que promovam a qualidade de vida e o bem-estar do seu cidadão.

O marco da TS incorpora a idéia, contrária à do senso comum, de que o que existe na realidade é um processo de inovação interativo em que o ator diretamente envolvido com essa função inovativa contém (ou conhece) ao mesmo tempo, por assim dizer, tanto a ‘oferta’ quanto a ‘demanda’ da tecnologia. Portanto, a inovação tecnológica – e por extensão a TS – não pode ser pensada como algo que é feito num lugar e utilizado em outro, mas como um processo desenvolvido no lugar onde essa tecnologia vai ser utilizada, pelos atores que vão utilizá-la (Dagnino, Brandão e Novaes, 2004, p.57).

De acordo com Lassance e Pedreira (2004), muitas são as tecnologias sociais existentes e presentes no entorno das realidades, já existem uma disseminação de algumas destas tecnologias e muitas provocam surpresa por serem simples e baratas. Os autores contextualizam que as tecnologias sociais apresentam uma dimensão local, aplicando-se as pessoas, famílias, associações, entre outras. Para os autores, em uma definição construída também com a participação de Dowbor *et al.* (2004, p.66) tecnologias sociais são: “um conjunto de técnicas e procedimentos, associados a formas de organização coletiva, que representam soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida.”

O Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil⁴ (2008), compreende tecnologias sociais como: “produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade, que representem soluções efetivas de transformação”.

A publicação do Instituto de Tecnologia Social – ITS⁵ (2007), identifica que: “ao fazer aderir a palavra social à tecnologia, pretende-se trazer a dimensão sócio-ambiental, a construção do processo democrático e o objetivo de solucionar as principais necessidades da população para o centro do processo de desenvolvimento tecnológico”.

O Centro Brasileiro de Referências em Tecnologia Social – CBRTS, citado em publicação do ITS (2007, p.29), tecnologia social é um: “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida”.

Vale ressaltar que tecnologia social trata-se de: “uma denominação que tem sido utilizada por diversas organizações e movimentos que trabalham separadamente ou em conjunto, na criação, desenvolvimento e aplicação de tecnologias visando á satisfação de necessidades sociais e a melhoria da qualidade de vida das populações.” (ITS, 2007, p.29).

4 Fundação Banco do Brasil - contribuído para transformar a realidade social de muitas comunidades brasileiras. O investimento é realizado em programas próprios, estruturados e fundamentados em tecnologias sociais nas áreas de educação e de geração de trabalho e renda, com respeito às dimensões humana, econômica e ambiental. O propósito é promover a parceria entre os diferentes atores sociais, mobilizar as pessoas e multiplicar soluções sociais, para que essas populações sejam protagonistas de sua própria transformação.

5 ITS - Associação de direito privado, qualificada como OSCIP, que tem como missão promover a geração, o desenvolvimento e o aproveitamento de tecnologias voltadas para o interesse social e reunir as condições de mobilização do conhecimento, a fim de que se atendam as demandas da população.

Complementando o conceito com a indicação de que as tecnologias sociais envolvem uma abordagem sistêmica, o ITS (2007) considera os seguintes fatores:

1. Compromisso com a transformação social.
2. Criação de um espaço de descoberta de demandas e necessidades sociais.
3. Relevância e eficácia social.
4. Sustentabilidade sócio-ambiental e econômica.
5. Inovação.
6. Organização e sistematização.
7. Acessibilidade e apropriação das tecnologias.
8. Processo pedagógico para todos os envolvidos
9. Diálogo entre diferentes saberes.
10. Difusão e ação educativa.
11. Processos participativos de planejamento, acompanhamento e avaliação.
12. Construção cidadã do processo democrático.

No cenário atual da sociedade brasileira o ITS defende que são temas emergentes para serem abordados por meio de tecnologias sociais por pessoas que as promovem:

[...] segurança alimentar, geração de trabalho e renda; economia solidária; microcrédito produtivo; meio ambiente; tecnologia assistiva; agricultura familiar; agroecologia; sementes crioulas; raças animais crioulas; reforma agrária; saneamento básico; educação; desenvolvimento local participativo; saúde pública; moradia popular; promoção da igualdade em relação à raça, gênero e às pessoas com deficiência. (ITS, 2007, p.37).

Lassance e Pedreira (2004), após analisarem exemplos de tecnologias sociais afirmam que a articulação de atores sociais trabalhando em rede é fundamental, mas não suficiente, para as tecnologias sociais, pois estes

modelos devem ser flexíveis, adaptáveis a diferentes realidades e sobretudo sua replicação em escala deve ser viável, para poderem assim ser denominadas. Os autores definem como pressuposto que as tecnologias sociais atendem a quatro fases iniciais, sendo: a criação, viabilidade técnica com a consolidação de um padrão tecnológico, viabilidade política para obtenção de visibilidade e viabilidade social, quando existe a possibilidade de ganhar escala.

As tecnologias sociais somente se tornam verdadeiramente sociais quando existe o reconhecimento de movimentos populares, hoje em dia existem diversas instituições do terceiro setor atuando pelas tecnologias sociais, em áreas como: educação, saúde, habitação, agricultura, entre outras, mas sua consolidação é que promoverá a reconstrução social. Para tanto é necessário ainda, a disseminação do seu conceito e sua profissionalização, respeitando critérios para sistematização e garantindo, de acordo com Lassance e Pedreira (2004), o reconhecimento da sua autoria, o registro da experiência, *status* de excelência, sistematização dos processos de construção e a manualização.

O desafio nos dias atuais para as tecnologias sociais é o de torná-las acessíveis, para tanto já existem experiências de sucesso no processo de sua disseminação para realidades diversas. Para Dagnino (2004), em relação às tecnologias sociais será fundamental:

[...] gerar uma nova cultura institucional que seja favorável à TS. Uma cultura institucional que viabilize uma agenda, de pesquisa e de formação de recursos humanos, coerente com a IS, a economia solidária, coerente com a TS, alargando seu nicho, no interior do conjunto de projetos que diferentes atores sociais impulsionam de forma aderentes à TC. (DAGNINO, 2004, p.206).

Realizando-se uma análise comparativa entre os conceitos, percebe-se a amplitude crescente e a extensão da abrangência, segundo o critério de busca de metodologias para a transformação e a inclusão social, que poderá culminar no processo de emancipação e produção de conhecimento pela própria população de indivíduos, ainda excluídos, segundo as normas de racionalidade da sociedade moderna.

Segundo Drucker (2001, p.56), “[...] na sociedade das organizações, cada uma das novas instituições preocupa-se somente com seu próprio objetivo e missão. Elas não reivindicam poder sobre nada mais, mas também não assumem a responsabilidade sobre mais nada.” Dessa forma a existência de organizações que compreendam a importância das tecnologias sociais é ponto fundamental para a consolidação e fortalecimento de uma nova estrutura social.

2.3. EMPREENDEDORISMO

Quando se inicia o estudo sobre o tema empreendedorismo, é preciso levar em conta alguns dados estatísticos presentes em nosso cotidiano. O *Global Entrepreneurship Monitor – GEM*, mapeia e analisa anualmente o papel do empreendedorismo e sua correlação com o crescimento econômico. Em seu Relatório Executivo – 2006, o Brasil aparece ocupando a décima colocação no ranking dos países nos quais mais se criam negócios, com aproximadamente 9,5% da população com faixa etária entre 18 e 64 anos envolvida na criação ou à frente de alguma atividade empreendedora. A taxa de empreendedores iniciais (TEA, conforme denomina esta instituição), se mantém inalterada em relação ao ano de 2005, e “[...] a partir da estabilidade da TEA, infere-se que a dinâmica brasileira de criação de negócios tem características estruturais, as quais correspondem aos aspectos macro da economia, da política e da cultura” (GEM, 2006, p.43).

A equipe técnica do GEM afirma que um ambiente propício ao empreendedorismo apresenta algumas características, sendo que aspectos como liderança, criatividade e inovação devem ser valorizados, implicando demandas por novas competências. Isso leva à necessidade de se formar cada vez mais pessoas disseminadoras da inovação, característica básica para a formação de empreendedores. São esses comportamentos e atitudes que conduzem à inovação, à capacidade de transformação do mundo e, portanto, à geração de riquezas.

Um conjunto de autores tem interpretado as diferenças nos níveis de desenvolvimento e desempenho econômico entre países, regiões e comunidades com dotações similares de capital natural, físico e humano, a partir de suas desiguais disponibilidades de capital social (ALBAGLI; MACIEL,

2002). Capital social pode ser definido como o conjunto de recursos sócio-estruturais que constituem um ativo para o indivíduo e facilitam determinadas ações de indivíduos que pertencem a uma mesma estrutura (COLEMAN, 1990).

O mesmo autor classifica o capital social em três categorias: a primeira é referente ao nível de confiança e a real extensão das obrigações percebidas em um ambiente social. Sendo assim, tanto mais elevado o capital social quanto mais elevado o grau de confiança que as pessoas têm umas nas outras, com aceitação mútua de obrigações. A segunda diz respeito a canais de trocas de informações e idéias, e a terceira apresenta o capital social como sendo constituído por normas e sanções que encorajam os indivíduos a trabalharem por um bem comum, em detrimento de interesses próprios imediatos.

De acordo com Maskell (2000) o uso do termo capital implica que estamos lidando com um ativo. Já o termo social demonstra que este ativo é alcançado pelo pertencimento a uma comunidade. O capital social é acumulado por uma comunidade por meio de processos de interação e aprendizado.

O capital social vem mostrar que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de forma isolada, e seu comportamento nem sempre é egoísta. O capital social, pelo contrário, é um recurso e um instrumento para a solução dos dilemas da ação coletiva, isto é, a cooperação ocorre mesmo quando há riscos de haver comportamentos não-cooperativos – controle social. Existem as sanções sobre as condutas ‘desviantes’, porém estas sanções só funcionam quando há elementos morais que os unem, como por exemplo, a confiança, e que aumenta com o seu uso, acumulando-se. A confiança está, pois, na raiz da acumulação do capital social. (CASTANHEIRA, 2008, p.55).

Sua compreensão é a formação social que:

[...] é ao mesmo tempo parte de uma estrutura global de relações sociais, econômicas e políticas e uma construção histórica específica, com suas peculiaridades e características próprias. Ou seja, as relações interpessoais que constituem a tessitura do capital social são construções culturalmente diferenciadas no espaço e no tempo, e portanto tendem a negar a possibilidade de uma abstração generalizante. Albagli e Maciel (2002, p.23).

Associando os indicadores apresentados pelo GEM ao entendimento da questão do capital social, há que se introduzir a questão do empreendedorismo.

O estudo sobre este tema não é recente, muito menos o seu conceito. Segundo Agostini (2001), “o primeiro exemplo de empreendedorismo é creditado a Marco Polo, ao tentar estabelecer uma rota comercial para o Oriente.” (AGOSTINI, 2001, p.9). Ainda segundo este autor, “Na Idade Média, se utiliza empreendedorismo para definir aquele que gerenciava grandes projetos de produção, não assumindo grandes riscos.” (AGOSTINI, 2001, p.9).

Há referenciais teóricos que reportam a origem da palavra ao século XVI, com a palavra francesa *entrependre*. O termo foi usado para designar os “franceses que se encarregavam de liderar expedições militares. Por volta do ano 1700 o termo foi estendido incluindo contratistas que se encarregavam de construções para os militares: estradas, pontes, portos e fortificações, sendo também utilizado por economistas franceses para descrever pessoas que corriam riscos e suportavam incertezas a fim de realizar inovações” (CUNNINGHAM; LISCHERON, 1991).

De acordo com Agostini, foi no século XVII que Cantillon e Jean-Baptiste Say “começam a considerar os empreendedores como pessoas que corriam riscos, diferenciando-os dos capitalistas que eram quem forneciam o capital.” (AGOSTINI, 2001, p.10).

Para David (2004, p.30), “Jean-Baptiste Say (1767-1832) elaborou uma teoria das funções do empresário, conferindo especial importância ao empreendedor no crescimento da economia.” Essa mesma autora afirma que “Adam Smith (1937) definiu o empreendedor como um proprietário capitalista, um fornecedor de capital e, ao mesmo tempo, um administrador que se interpõe entre o trabalhador e o consumidor.” (DAVID, 2004, p.30).

Timmons (1994) conceitua empreendedorismo como uma revolução silenciosa que será, para o século XXI, mais do que a revolução industrial foi para o século XX, sendo que nessa revolução tudo está em construção, inclusive a própria conceituação de empreendedorismo. Nesta mesma linha de pensamento, Schumpeter (1934) destaca as características voltadas para a necessidade de inovação e mudanças da sociedade, por meio do comportamento empreendedor, estabelecendo a partir destas premissas os conceitos de destruição criadora e de empresário criador, para ele o empreendedor é quem desafia o mercado mantendo acionado o capitalismo.

Esse processo é a combinação de recursos econômicos e capacidade inovativa que promove o desenvolvimento e o crescimento econômico, reafirmando o conceito de Stoner (1985), *entrepreneurship* é uma ação que combina recursos para produzir novos bens e serviços.

O empreendedorismo possui melhores condições de desenvolver-se em ambientes propícios à colaboração, à interação e ao aprendizado. Nessa visão, o complexo de instituições, costumes e relações de confiança locais assume um papel crítico para o empreendedorismo, assim como as relações – pessoais e sociais – que constituem os principais veículos ou canais para o desenvolvimento do aprendizado e da inovação (ALBAGLI; MACIEL, 2002).

Para Fillion (1993) “o empreendedor é alguém que imagina, desenvolve e realiza visões”. Compartilhando da mesma dinâmica, Pinchot (1989) acrescenta que “o empreendedor é uma pessoa que transforma sonhos em realidade”.

Segundo Fernandes (2006):

Nos estudos sobre empreendedorismo existem várias escolas de pensamento e, entre elas, há muitas divergências quanto à definição do empreendedor. Alguns argumentam que o empreendedor é somente aquele que gera uma inovação, enquanto outros acreditam que o empreendedor é aquele que gera uma ação, sendo que esta pode ser proveniente ou não de uma inovação. (FERNANDES, 2006, p.16).

De acordo com Dolabela (1999), a palavra empreendedor, de emprego amplo, é utilizada para designar principalmente as atividades de quem se dedica à geração de riquezas, seja na transformação de conhecimentos em produtos ou serviços, na geração do próprio conhecimento ou na inovação em áreas como marketing, produção, organização, etc.

Schumpeter *apud* Schlemm e Souza afirmam:

O empreendedorismo é um processo dinâmico e descontínuo de novas combinações de recursos. O conceito de inovação, sob este ponto de vista, diverge do conceito de invenção e coincide com um amplo espectro que envolve combinações de recursos para geração de: novos produtos, novos meios de produção, novos mercados, novas matérias-primas e novas formas organizacionais. (SCHLEMM e SOUZA, 2006, p.01).

Pode-se afirmar que o empreendedor é uma pessoa com características próprias e que atende as contingências de uma sociedade, que necessita urgentemente revisitar modelos arcaicos e sedimentados.

O quadro síntese da teoria do empreendedorismo a partir da idade média, sistematizado por Mendes (2006) possibilita uma visão sistêmica do conceito de empreendedorismo além dos já apresentados, de forma concisa e consistente.

QUADRO 02 - DESENVOLVIMENTO DA TEORIA DO EMPREENDEDORISMO E DO TERMO EMPREENDEDOR A PARTIR DA IDADE MÉDIA

Idade Média	Desconhecido	Participante e pessoa encarregada de processo de produção em grande escala.
Século XVII	Desconhecido	Pessoa que assumia riscos de lucro (ou prejuízo) em um contrato de valor fixo com o governo
1725	Ricahrd Cantillon	Pessoa que assume riscos e diferente da que fornece capital
1803	Jean Baptista Say	Lucros do empreendedor separados dos lucros de capital
1876	Francis Walker	Distinguir entre os que forneciam fundos e recebiam juros e aqueles que obtinham lucro com habilidades administrativas
1934	Joseph Schumpeter	O empreendedor é um inovador e desenvolve tecnologia que ainda não foi testada
1961	David McClelland	O empreendedor é alguém dinâmico que corre riscos moderados
1964	Peter Drucker	O empreendedor maximiza oportunidades
1975	Albert Shapero	O empreendedor toma iniciativa, organiza alguns mecanismos sociais e econômicos, e aceita riscos de fracasso
1980	Karl Vesper	O empreendedor é visto de modo diferente por economistas, psicólogos, negociantes e políticos
1983	Gifford Hirisch	O intra-empreendedor é um empreendedor que atua dentro de uma organização já estabelecida
1985	Robert Hirisch	O empreendedorismo é o processo de criar algo diferente e com valor, dedicando o tempo e os esforços necessários, assumindo riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as conseqüentes recompensas da satisfação econômica e pessoal
2001	José Carlos A. Dornelas	O empreendedor é aquele que faz as coisas acontecerem, se antecipa aos fatos e tem um visão futura da organização.

Fonte: MENDES, J. **Fatores condicionantes de sucesso das pequenas e médias empresas na região metropolitana de Curitiba e sua contribuição para o desenvolvimento local.** Dissertação. Centro Universitário Franciscano – UniFae. Curitiba, 2006.

Contextualizar o movimento em cada uma das fases da história da humanidade e permitir a compreensão da sua evolução considerando o desenvolvimento econômico e possibilidade de ampliar a leitura crítica da

importância desses atores na dinâmica social. É relevante apresentar mais alguns conceitos que fundamentam a importância da inovação para o empreendedor. Segundo Cunha (2003), “Empreendedores são todas as pessoas inovadoras, assim como aquelas que sabem enxergar as mudanças e aproveitá-las, transformando-as em oportunidades de negócios.” (CUNHA et al., 2003, p. 22).

Empreendedorismo significa então desenvolver competências específicas que oportunizem o constante aprender a aprender, para que se torne possível a relação de conhecer o outro e as possibilidades emergentes para realizar propósitos alinhados ao papel do empreendedor social. Há que se pensar em modelos que atendam às necessidades atuais, buscando a consolidação de um processo educacional voltado à educação do século XXI, com a possibilidade do desenvolvimento de competências técnicas e humanas, com um novo olhar do sujeito para sua realidade social, preferencialmente promovendo a inovação. Mendes (2006) afirma:

A noção de empreendedor como inovador foi estabelecida somente em meados do século passado. O conceito de inovação e novidade é parte integrante do empreendedorismo. De fato, a inovação - o ato de lançar algo novo - é uma das mais difíceis tarefas para qualquer empreendedor, pois exige capacidade de entender todas as forças em funcionamento no ambiente. Pode ser um novo produto ou serviço, um novo sistema de distribuição ou até mesmo uma nova estrutura organizacional. (MENDES, 2006, p. 35).

O empreendedor não fica esperando pela inovação, pela descoberta maravilhosa, pela solução ideal. Pelo contrário, os empreendedores buscam a prática da inovação, eles tomam ações proativas com o intuito de obterem inovações de forma sistemática. Isso não lhes garante, entretanto, que as inovações sejam sempre de alto impacto, descontínuas ou radicais. Porém, mesmo inovações incrementais feitas de forma sistemática acabam por trazer vantagens competitivas a seus negócios (DORNELAS, 2003, p.18). Segundo o mesmo autor, os empreendedores querem sempre ir além e mudar. Descobrir algo novo os motiva a buscar e praticar a inovação, o que, feito de forma sistemática, é uma atividade comum aos empreendedores.

Hirisch *apud* Mendes (2006, p. 36) define o empreendedorismo como o processo de criar algo novo com valor dedicando o tempo e o esforço necessários, assumindo riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as conseqüentes recompensas da satisfação e independência econômica e pessoal.

David (2004) sistematizou em sua tese de doutorado o quadro abaixo, com as características dos empreendedores de sucesso.

QUADRO 03 - CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDEDORES DE SUCESSO

São visionários	Os empreendedores de sucesso têm a visão de como será o futuro do seu negócio e de sua vida - têm a habilidade de implementar seus sonhos – querem mudar o mundo.
Sabem tomar decisões	Eles não se sentem inseguros, tomam a decisão correta na hora certa e a implementam rapidamente.
São indivíduos que fazem a diferença	Agregam valor aos seus serviços e produtos. Criam valor para a sociedade, melhorando a vida das pessoas.
São otimistas e apaixonados pelo que fazem	Eles adoram o trabalho que realizam. O otimismo permite enxergar o sucesso, em vez de imaginar o fracasso.
Têm autocontrole	Capacidade de controlar ou redirecionar impulsos e estados de espírito perturbadores. Propensão a não julgar e a pensar antes de agir. Apresentam bem-estar na ambigüidade.
Desenvolvem o autoconhecimento	Capacidade de reconhecer e compreender estados de espírito, emoções, impulsos, bem como o efeito desses aspectos sobre outras pessoas. Capacidade de rir de si mesmos. Sensibilidade aos outros.
São criativos e inovadores	Identificam novas e produtivas formas de desempenhar tarefas. Têm visão holística (percepção global da situação e/ou problema).
Apresentam valores éticos	Eles prosperam trabalhando longas horas e conduzindo seus empreendimentos dentro dos maiores padrões éticos e morais. Acreditam no trabalho como participação e contribuição social.

Fonte: DAVID, D. E. H. **Intraempreendedorismo social: perspectivas para o desenvolvimento social nas organizações.** Tese. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

Existem outros posicionamentos em relação a definição das características comportamentais dos empreendedores, Oliveira e Guimarães (2006, p. 87), citando Young (1971) afirmam, “[...] os atributos e competências empreendedoras aparecem em indivíduos como resultados particulares do ambiente familiar, experiências profissionais anteriores, relações com determinados grupos e como reflexo de valores culturais gerais.”

A amplitude do tema remete a busca de autores diversos que expliquem o conceito, Cozzi e Arruda afirmam:

[...] a palavra empreendedor é utilizada para designar, principalmente, as atividades de quem se dedica à geração de riquezas, na transformação de conhecimentos em produtos ou serviços, na geração do próprio conhecimento ou na inovação em áreas como marketing, produção, organização, etc. Nesses casos, tanto a comunidade empresarial como as unidades de geração de conhecimento devem estar voltadas para o mesmo objetivo de gerar riquezas e desenvolvimento econômico, tendo como beneficiário o ser humano, ou seja, todos os membros da comunidade. (COZZI e ARRUDA, 2004, p. 03).

Sendo o homem o beneficiário maior dos movimentos promovidos pelos empreendedores é de extrema relevância a apropriação das características que fazem dessas pessoas, pessoas de sucesso. O tema é objeto de pesquisas e segundo Ávila:

Pesquisas feitas no mundo inteiro para identificar características presentes em pessoas de sucesso concluíram que a primeira delas, e a mais básica, é um grande desejo de realização. É essa vontade que leva muitas pessoas a acreditar e gostar do que fazem e, por isso, a trabalhar com mais intensidade e prazer. Outra conclusão da pesquisa é que os empreendedores estão sempre preocupados em melhorar nos seus aspectos menos desenvolvidos e em se aprimorar nos mais fortes. (ÁVILA, 2000, p.10).

A partir da afirmação de que os empreendedores assumem o compromisso do aprimoramento, Drucker (2005) defende que a inovação, para a área de empreendedorismo, é o instrumento específico por meio do qual os empreendedores exploram a mudança como uma oportunidade para um negócio ou serviço diferente. Os empreendedores precisam buscar, com propósito deliberado, as fontes de inovação, as mudanças e seus sintomas que indicam oportunidades para que uma inovação tenha êxito. Eles precisam conhecer e pôr em prática os princípios da inovação bem sucedida como uma disciplina a ser aprendida e praticada.

No empreendedorismo convencional, Melo Neto e Fróes (2002, p.36) afirmam: “são claros os desafios – a competitividade do negócio; a busca dos diferenciais competitivos; vencer a concorrência; conquistar clientes; e alcançar a lucratividade e a produtividade necessárias.”

“De maneira geral, o empreendedor é aquele que combina recursos, trabalho, materiais e outros ativos para tornar seu valor maior do que antes; é

também aquele que introduz mudanças, inovações e uma nova ordem.” de acordo com Mendes (2006, p.38) e validado o conceito apresentado anteriormente em relação a necessidade da permanência do modelo econômico vigente. O mesmo autor afirma que inovação e criatividade estão presentes nos conceitos de empreendedorismo e se apresentam como virtudes dessas pessoas. Mc Levinsen apresenta em sua obra os diversos enfoques sobre o empreendedor no quadro a seguir.

QUADRO 04 – MC LEVINSEN E ENFOQUES DO EMPREENDEDOR

DATA	AUTOR	CARACTERISTICAS
1848	Mill	Tolerância ao risco
1917	Weber	Origem da autoridade formal
1934	Schumpeter	Inovação e iniciativa
1954	Sutton	Busca de responsabilidade
1959	Hartman	Busca de autoridade formal
1961	Mc Clelland	Corredor de risco e necessidade de realização
1963	Davids	Ambição, desejo de independência Responsabilidade e autoconfiança
1964	Pickle	Relacionamento humano, habilidade de comunicação, conhecimento técnico
1971	Palmer	Avaliador de riscos
1971	Hornaday e Aboud	Necessidade de realização, autonomia, agressão, poder, reconhecimento, inovação, independência
1973	Winter	Necessidade de poder
1974	Borland	Controle interno
1974	Liles	Necessidade de realização
1977	Gasse	Orientado por valores pessoais
1978	Timmons	Autoconfiança, orientado por metas, corredor de riscos moderados, centro de controle, criatividade, inovação
1980	Sexton	Energético, ambicioso, revés positivo
1981	Welsh e White	Necessidade de controle, visador de responsabilidade, autoconfiança, corredor de riscos moderados
1982	Dunkelberg e Cooper	Orientado ao crescimento, profissionalização e independência

Fonte: MC LEVINSEN, A. P. Differentiating entrepreneurs from small business owners: a conceptualization. *Academy. Management Review*, n.2, p.356, 1984.

Os enfoques permitem visualizar as características do empreendedor para diferentes teóricos, oportunizando o acesso conceitos diversos e a correlação com as práticas observadas.

A reflexão sobre o empreendedorismo na sociedade atual é objeto de preocupação e estudo. Souza afirma:

Do século XV aos nossos dias o caminho percorrido pela empresa, diferentes maneiras de inserção na sociedade, é

marcado por sucessivas demandas de mudança no perfil dos empreendedores, que, sofrendo modificações, passou do negociante ao empreendedor. Esse perfil é interpretado, atualmente, como o líder que se orienta estrategicamente, em não mais controlar, mas, sim, desenvolver potencial pessoal e profissional de cada membro da organização. (SOUZA, 2005, p.137).

Apresentar o posicionamento de Fillion possibilita a análise em relação às diferenças de perfil de empreendedores e operadores identificando suas principais características e a leitura de qual o perfil mais adequado para a sociedade atual.

QUADRO 05 - DIFERENÇAS ENTRE SISTEMAS GERENCIAIS DE EMPREENDEDORES E OPERADORES DE PEQUENOS NEGÓCIOS

EMPREENDEDORES	OPERADORES
Inovação	Necessidade de realização
Liderança	Autoconsciência
Riscos moderados	Autoconfiança
Independência	Envolvimento a longo prazo
Criatividade	Tolerância a ambigüidade e incerteza
Energia	Iniciativa
Tenacidade	Capacidade de aprendizagem
Originalidade	Habilidade na utilização de recursos
Otimismo	Sensibilidade a outros
Orientação para resultados	Agressividade
Flexibilidade	Tendência a confiar nas pessoas
Habilidade para conduzir situações	Dinheiro como medida de desempenho

Fonte: Fillion L. J. Diferenças entre sistemas gerenciais de empreendedores e operadores de pequenos negócios. **Revista de Administração de Empresas**, v.39, n 4, out/dez, 1999.

O conceito empreendedorismo não se esgota nos referenciais teóricos apresentados, as características dos empreendedores também não. Pela importância do tema, somente reanima o desejo de estudos mais profundos e que demonstrem a relevância deste ator social para a construção de uma sociedade mais justa e digna.

2.4 EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Os conceitos de empreendedorismo apresentados anteriormente, nos remetem para a importância do tema, discutido e sistematizado ao longo da história, porém, além do empreendedorismo voltado aos negócios para atender

uma demanda específica de mercado, outra abordagem emergente é o conceito de empreendedorismo social, uma espécie de gênero do empreendedor de negócios.

Compreendem-se por empreendedores sociais pessoas que realizam mudanças fundamentais no setor social, com visão arrojada, tratando a causa do problema e buscando criar visão sistêmica voltada à sustentabilidade da sociedade, com o objetivo de promover mudanças por meio de seus empreendimentos.

Segundo Brinckerhoff (2000, p.1) existe uma diferença fundamental nos empreendedores e empreendedores sociais, sendo: “Empreendedores tradicionais correm riscos em benefício próprio ou da organização, a característica chave dos empreendedores sociais é que eles correm riscos em benefício das pessoas a quem a sua organização serve”.

Os empreendedores sociais, segundo Melo Neto e Fróes (2002, p.09) “[...] são pessoas que trazem aos problemas sociais a mesma imaginação que os empreendedores do mundo dos negócios trazem à criação de riquezas.”

O avanço na organização da sociedade civil e a pressão pelo empoderamento de segmentos sociais excluídos e regiões marginalizadas projetam o empreendedorismo social como expressão da capacidade de segmentos e organizações sociais, comunidades e instituições públicas de organizar e implementar iniciativas pertinentes à melhoria das condições de vida locais e à abertura de oportunidades para grupos sociais menos favorecidos (ALBAGLI; MACIEL, 2002).

Hartigan (2006) define o empreendedor social como “um tipo diferente de líder social que, entre outras coisas, aplica soluções práticas a problemas sociais através da combinação da inovação, disponibilização de recursos e oportunidades. A inovação de um empreendedor social pode estar em um novo produto, serviço ou abordagem para um problema social”.

O empreendedorismo social é compreendido para MacMillan (2006, p.01) como um “processo no qual a criação de uma nova empresa leva ao aumento da riqueza social de modo a beneficiar tanto a sociedade quanto o empreendedor”.

A apresentação dos conceitos de empreendedorismo social no cenário internacional possibilita dimensionar a importância deste movimento para a sociedade.

QUADRO 06 - CONCEITOS SOBRE EMPREENDEDORISMO SOCIAL
VISÃO INTERNACIONAL

ORGANIZAÇÃO	ENTENDIMENTO
School Social Entrepreneurship – SSE – Reino Unido	É alguém que trabalha de uma maneira empresarial, mas para um público ou um benefício social, em lugar de ganhar dinheiro. Empreendedores sociais podem trabalhar em negócios éticos, órgãos governamentais, públicos, voluntários e comunitários (...). Empreendedores sociais nunca dizem 'não pode ser feito'.
Canadian Center Social Entrepreneurship – CCSE – Canadá	Um empreendedor social vem de qualquer setor, com as características de empresários tradicionais de visão, criatividade e determinação, e empregam e focalizam na inovação social (...), indivíduos que (...) combinam seu pragmatismo com habilidades profissionais, perspicácias.
Found Schwab – Suíça	São agentes de intercambiação da sociedade por meio de: proposta de criação de idéias úteis para resolver problemas sociais, combinando práticas e conhecimentos de inovação, criando assim novos procedimentos e serviços; criação de parcerias e formas/meios de auto-sustentabilidade dos projetos; transformação das comunidades graças às associações estratégicas; utilização de enfoques baseados no mercado para resolver os problemas sociais; identificação de novos mercados e oportunidades para financiar uma missão social. (...) características comuns aos empreendedores sociais: apontam idéias inovadoras e vêem oportunidades onde outros não vêem nada; combinam risco e valor com critério e sabedoria; estão acostumados a resolver problemas concretos, são visionários com sentido prático, cuja motivação é a melhoria de vida das pessoas, e trabalham 24 horas do dia para conseguir seu objetivo social.
The Institute Social Entrepreneurs – ISE – Estados Unidos	Empreendedores sociais são executivos do setor sem fins lucrativos que prestam maior atenção às forças do mercado sem perder de vista sua missão (social) e são orientados por um duplo propósito: empreender programas que funcionem e estejam disponíveis às pessoas (o empreendedorismo social é base nas competências de uma organização), tornando-as menos dependentes do governo e da caridade.
Ashoka – Estados Unidos	Os empreendedores sociais são indivíduos visionários que possuem capacidade empreendedora e criatividade para promover mudanças sociais de longo alcance em seus campos de atividade. São inovadores sociais que deixarão sua marca na história.
Erwing Marion Kauffman Foundation	Empreendimentos sem fins lucrativos são o reconhecimento de oportunidade de cumprimento de uma missão para criar e sustentar um valor social, sem se ater exclusivamente aos recursos.

Fonte: OLIVEIRA, E. M. **Empreendedorismo Social no Brasil: fundamentos e estratégias**. Tese – Universidade Estadual Paulista – Unesp – Franca, 2004.

Realizando uma análise dos conceitos apresentados de empreendedorismo e empreendedorismo social é possível afirmar que existem características semelhantes para os dois conceitos. Outras diferem estas

peças, sobretudo aquelas relacionadas a promoção de construir uma sociedade com mais qualidade de vida para todos.

A compreensão do conceito no cenário nacional alinha a atuação do empreendedor social nas realidades emergentes da sociedade brasileira.

QUADRO 07 – CONCEITOS SOBRE EMPREENDEDORISMO SOCIAL
VISÃO NACIONAL

AUTOR	CONCEITO
Leite (<i>apud</i> Oliveira, 2004)	O empreendedor social é uma das espécies do gênero dos empreendedores. (...) São empreendedores com uma missão social, que é sempre central e explícita.
Ashoka Empreendedores Sociais e Mackinsey e Cia INC (2001)	Os empreendedores sociais possuem características distintas dos empreendedores de negócios. Eles criam valores sociais pela inovação, pela força de recursos financeiros em prol do desenvolvimento social, econômico e comunitário. Alguns dos fundamentos básicos do empreendedorismo social estão diretamente ligados ao empreendedor social, destacando-se a sinceridade, paixão pelo que faz, clareza, confiança pessoal, valores centralizados, boa vontade de planejamento, capacidade de sonhar e uma habilidade para o imprevisto.
Melo Neto e Froes (2001)	Quando falamos de empreendedorismo social, estamos buscando um novo paradigma. O objetivo não é mais o negócio do negócio (...), trata-se sim, do negócio do social, que tem na sociedade civil o seu principal foco de atuação e na parceria envolvendo comunidade, governo e setor privado, a sua estratégia.
Rao (<i>apud</i> Oliveira, 2004)	Empreendedores sociais, indivíduos que desejam colocar suas experiências organizacionais e empresariais mais para ajudar os outros do que para ganhar dinheiro.
Rouere e Pádua (<i>apud</i> Oliveira, 2004)	Constituem a contribuição efetiva de empreendedores sociais inovadores, cujo protagonismo na área social produz desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e mudança de paradigma de atuação em benefício de comunidades menos privilegiadas.

Fonte: OLIVEIRA, E. M. **Empreendedorismo Social no Brasil: fundamentos e estratégias**. Tese – Universidade Estadual Paulista – Unesp – Franca, 2004.

Assim sendo, o empreendedor social é um tipo especial de líder, pois suas idéias e inovações são incorporadas aos produtos e serviços a serem produzidos e prestados e, sobretudo, à metodologia utilizada na busca de

soluções para os problemas sociais, objeto das ações de empreendedorismo. (MELO NETO; FRÓES, 2002).

Para Vieira e Gauthier (2000), *apud* David (2004, p.49) “Os empreendedores sociais são aqueles que criam valores sociais através da inovação e da força de recursos financeiros, independente da sua origem, visando o desenvolvimento social, econômico e comunitário (...) têm a visão, a criatividade, e a determinação para redefinirem os seus campos (...) são os pioneiros na inovação de soluções para os problemas sociais e não podem descansar até mudarem todo o modelo existente da sociedade”. O quadro abaixo traz o conceito de empreendedorismo social considerando a sua visão por autores e instituições nacionais.

De acordo com Melo Neto e Froes (2002) *apud* Fernandes (2006, p.20) “o que diferencia o empreendedorismo social do empreendedorismo privado é que aquele não produz bens e serviços para vender, mas para solucionar problemas sociais, e não é direcionado para mercados, mas para segmentos populacionais em situações de risco social.” O empreendedor privado e o empreendedor social apresentam diferenças que podem ser identificadas no perfil destas pessoas e nas inovações que cada uma pode gerar, conforme apresentado no quadro abaixo:

QUADRO 08 – EMPREENDEDORISMO PRIVADO X EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Empreendedorismo Privado	Empreendedorismo Social
1. É individual	1. É coletivo
2. Produz bens e serviços para o mercado	2. Produz bens e serviços para a comunidade
3. Tem foco no mercado	3. Tem o foco na busca de soluções para os problemas sociais
4. Sua medida de desempenho é o lucro	4. Sua medida de desempenho é o impacto social
5. Visa satisfazer necessidades dos clientes e ampliar as potencialidades do negócio	5. Visa resgatar pessoas da situação de risco social e promovê-las

Fonte: MELO NETO, F. P. e FRÓES, C. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitmark, 2002, p.11.

O quadro acima constata que é o empreendedor social terá sua ação focada na inovação que envolve o social em sua dimensão, assim a compreensão do que vem ser a ser esta inovação social é ponto de partida para o estabelecimento das suas metas.

[...] os empreendedores sociais são necessários para desenvolver novos modelos para um novo século e cita como suas características: a) a adoção de uma missão voltada para a criação e manutenção do valor social; b) a identificação e a apropriação de novas oportunidades de empreendimentos que viabilizem a continuidade e a apropriação de novas oportunidades de empreendimentos que viabilizem a continuidade da missão da organização; c) o engajamento ao processo de inovação constante; d) a ação independente da limitação de recursos; e) a demonstração de um rigoroso compromisso com a prestação de contas para as partes interessadas. (DEES, 1998 *apud* FERNANDES, 2006, p. 20).

O empreendedor social é aquele que cria novas tecnologias, desenvolve novos processos, sistematiza metodologias que possam tornar a sociedade mais justa e que promovam a equidade social, possibilitando o desenvolvimento de comunidades diversas por meio de suas ações.

Segundo o conceito da FINEP, inovação para o desenvolvimento social é a criação de tecnologias, processos e metodologias originais que possam vir a se constituir em propostas de novos modelos e paradigmas para o enfrentamento de problemas sociais, combate à pobreza e promoção da cidadania. Assim é este o papel do empreendedor social, pessoas que apresentam características/habilidades próprias.

QUADRO 09 – CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDEDORES SOCIAIS

Características/Habilidades	Referência
Cooperativos, visão social, habilidade de comunicação, empáticos, criatividade na solução de problemas reais, forte fibra ética, pragmáticos	Johnson (2000)
Sinceros, paixão, clareza, confiança pessoal e organizacional, planejamento, habilidade para imprevisto	Boschee (2002)
Criativos, líderes	Melo Neto e Froes (2002)
Inovadores, arrojados, transparentes	Dees (1998)

Fonte: DAVID, D. E. H. **Intraempreendedorismo social: perspectivas para o desenvolvimento social nas organizações**. Tese – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004, p..50.

Compreender as características do empreendedor social, seu perfil e suas competências possibilitam a sistematização de práticas que promovam a formação de sujeitos envolvidos com o social e que desejam atuar em prol do desenvolvimento sustentável e das comunidades locais. A ação de diferentes setores da sociedade, interagindo em vertentes complementares oportunizará a

criação de uma nova cultura, na qual se espera que, em breve, indicadores de empreendedorismo social sejam analisados e respeitados frente às possibilidades de inovação que criam.

Segundo Hirisch (1996) o conceito de inovação e novidade é uma parte integrante do empreendedorismo. Associar a inovação ao termo social é o desafio de um empreendedor social. Marques (2004, p.17) afirma que “existe uma lógica própria para o empreendedorismo social, na qual se busca soluções para problemas e causas sociais com um processo de inovações no estilo gerencial”. Ainda afirma que estas ações geram emancipação social, inclusão social e empoderamento dos cidadãos e que estes empreendedores sociais voltam suas ações para uma forma de desenvolvimento que seja integrado e sustentável.

Para David (2004, p.51) “No empreendedorismo social, a economia está a serviço da comunidade; o foco do empreendedor social não está no registro e marcas e patentes, mas na divulgação e multiplicação de suas idéias, razão do impacto nacional de projetos tais como: soro caseiro, bolsa-escola, médicos de família, universidade solidária e tantos outros.”

De acordo com Mendes (2006, p.39), “Inovação e criatividade demonstram ser virtudes comuns em qualquer conceito de empreendedorismo e, de maneira implícita, estão presentes em diversos conceitos apresentados.” No caso do empreendedor social esta inovação e criatividade são virtudes voltadas para a construção de uma sociedade que possibilite reconstruir histórias de vidas com mais dignidade, promovendo justiça social e equidade.

2.5 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Segundo Drucker (2001):

Nenhuma sociedade pode operar como sociedade a menos que conceda aos seus membros posição e função social, e a menos que o poder social decisivo seja um poder legítimo. O primeiro estabelece a estrutura básica da vida social: o objetivo e o significado da sociedade. O último molda o espaço dentro da estrutura: torna a sociedade concreta e cria suas instituições. (DRUCKER, 2001, p.18).

A apresentação do tema desenvolvimento local inicia-se com a citação de Drucker considerando a importância do homem na formação do seu espaço social. Com o efeito da globalização autores apontam o fim do espaço geográfico com demarcações, é uma possibilidade do espaço territorial amplo e das atividades humanas também, ocasionando uma perda da cultura singular que existe. Em contrapartida existe a possibilidade de se olhar para este efeito como uma reafirmação do espaço e a reinvenção do cotidiano decorrente de ações oriundas deste efeito. Há que se considerar outra possibilidade, a do espaço local com a permanência das suas características, porém, com a influência do poder econômico.

Segundo Albagli (1999), compreende-se o local como:

[...] conceito e enquanto realidade empírica, é uma noção relacional, remetendo aos seguintes principais aspectos: a) tamanho/dimensão, associando-se ao conceito de escala < De um ponto de vista cartográfico estrito, escala é “uma fração que indica a relação entre as medidas do real e aquelas da sua representação gráfica” (Castro, 1995:117). Em uma acepção geográfica mais ampla, trata-se de um “termo polissêmico”, que significa “tanto a fração de divisão de uma superfície representada, como também um indicador do tamanho do espaço considerado, neste caso uma classificação das ordens de grandeza...” (Castro, 1995:119); b) diferenciação/especificidade; c) grau de autonomia; d) nível de análise e de complexidade, os quais vêm sendo postos em cheque no momento atual. Situado ante o global, local pode referir-se a uma dada localidade (cidade, bairro, rua), região ou nação, constituindo, em qualquer dos casos, um “subespaço” ou um subconjunto espacial, e envolvendo algum modo de delimitação ou recorte territorial, o que se expressa em termos econômicos, políticos e culturais. (ALBAGLI, 1999, p.01).

Esta mesma autora define que o local tem sido utilizado para delimitar uma região que apresenta relações culturais que lhe são inerentes, ou mecanismos de organizações espaciais que permitem interações sociais, ou ainda vinculados a um modelo econômico de produção. Estes conceitos se complementam. Vale ressaltar que o local é a realidade com sua representação social com uma identidade própria, a definição de identidade para Castells (1999, p.22) é: “ o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais relacionados(...)”, nesta afirmação o local exerce grande influência. Já o global “diz respeito à

inexistência de limites internos, enquanto internacional e multinacional têm como referência os espaços nacionais, seja, no primeiro caso, correspondendo a relações entre nações, seja, no segundo caso, a acontecimentos ou atividades ocorridas em mais de uma nação.” (ALBAGLI, 1999, p.01)

Define Albagli (1999, p.05) “ a globalização associa-se hoje, por sua vez, a um amplo conjunto de transformações, que configuram a passagem para um novo paradigma tecno-econômico. Esse novo padrão tecnológico e produtivo é centrado nas modernas tecnologias de informação e comunicação...”. Citando Giddens em seu estudo, a autora apresenta a definição para globalização como sendo:

[...] a intensificação das relações sociais em escala mundial que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção inversa às relações muito distanciadas que os modelam. A *transformação local* é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço”. Giddens (1991, p.32) *apud* Albagli (1999, p.04).

Neste processo de busca da compreensão do desenvolvimento local, o entendimento do modelo econômico vigente será fundamental, que segundo Arns *et al.* é:

O modelo econômico neoliberal - atualmente em vigor e ainda hegemônico em nível mundial, que é baseado no princípio da **eficiência**, no objetivo de **maximizar o bem-estar econômico**, e na presença do “**Estado mínimo**” - passa a ser questionado, inclusive pelas Nações Unidas, que tem defendido um novo paradigma de desenvolvimento, centrado no ser humano, e que tem como princípio a **equidade**, como objetivo a **ampliação das oportunidades e capacidades**, com a presença **estratégica do Estado democrático**, como forma de garantir o equilíbrio entre as forças do mercado e os direitos humanos fundamentais, buscando o desenvolvimento sustentável. (Arns *et al.*, 1999, p.07).

Além da contextualização do modelo econômico, a compreensão do conceito de desenvolvimento sustentável, será fundamental, que em uma visão multidisciplinar, de acordo com Silva (2005, p.20) é “de todas as pessoas, por

todas as pessoas e para todas as pessoas. O conceito de desenvolvimento sustentável é participativo...” Para o desenvolvimento sustentável existem cinco dimensões que se apresentam de forma interdependente formando um sistema social complexo, sendo dimensões: social, econômico, ambiental, cultural e espacial.

Desenvolvimento local necessariamente engloba todas estas dimensões e de acordo com Mendes (2006, p.88) “A proposta do desenvolvimento local é discutir qualidade de vida, não pelo processo de acumulação e sim pela oportunidade de realização do ser humano na integralidade de sua personalidade existencial.”

Segundo Arns *et al.* (1999, p.08), “a dimensão institucional do desenvolvimento passa a ganhar relevância no exercício do novo paradigma de desenvolvimento humano sustentável. Trata-se do desenvolvimento e/ou mudanças institucionais das organizações do governo, da sociedade civil e dos agentes produtivos, buscando a construção de novas formas de articulação entre essas esferas.”

Logo, quando se aborda a questão do desenvolvimento local, há que se considerar o desenvolvimento sustentável e a ação de diferentes atores para sua promoção. O global pode apresentar-se sob duas facetas, uma como forma de perda da identidade influenciado por modelos externos, porém outra como possibilidade de ampliação das relações, dando novas condições sociais.

O local pode ser compreendido como um território que para Arns *et al* traduz-se na possibilidade de um “estágio evoluído da autonomia é alcançado através da intensificação da solidariedade, da cooperação, da confiança, da comunicação, da participação, e da co-responsabilidade.”

Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organizacional social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que

assegura a conservação dos recursos naturais. (BUARQUE, 1999, p.09)

Para Albagli (1999, p.4) “Enquanto as sociedades pré-modernas possuíam, em sua maioria, uma dimensão localizada, havendo plena coincidência entre o espaço (e o lugar) e o tempo, a modernidade engendrou uma mudança radical nessa relação, processando um verdadeiro ‘desencaixe’ tempo-espaço.”

Assim é preciso repensar as relações humanas em uma nova dimensão com outro processo de interatividade e interdependência, no qual o papel do homem é:

O agente ativo e passivo do desenvolvimento é o homem, o indivíduo, enquanto célula básica de uma sociedade. Só o indivíduo desenvolvido poderá construir uma sociedade desenvolvida. Só uma sociedade desenvolvida pode garantir o progresso, o desenvolvimento de uma nação, de um povo. O desenvolvimento do indivíduo, da sociedade, da comunidade e de uma nação é um processo de evolução e de mudanças contínuas, de instabilidade, de ansiedades, de busca permanente de uma nova maneira de ser. (CARON *apud* CARON, 2003, p. 37).

O desenvolvimento das sociedades com a garantia da construção de nações independentes tem que ser objetivo de todos, porém deve-se ter cuidado com o fenômeno da globalização, que :

[...] associa-se hoje, por sua vez, a um amplo conjunto de transformações, que configuram a passagem para um novo paradigma tecno-econômico. Esse novo padrão tecnológico e produtivo é centrado nas modernas tecnologias de informação e comunicação, que “anulam o espaço através do tempo” (Harvey, 1993), revolucionando as relações espaço-temporais e fazendo com que a informação passe a ser “o verdadeiro instrumento de união entre as diversas partes de um território” (Santos, 1994:17). (ALBAGLI, 1999, p.05)

Analisando a identidade territorial, a globalização deve permitir que cada comunidade, grupo social, sociedade preserve as suas formas de representações, mantendo a identidade espacial e comunitária. Caron (2003, p. 41) contextualiza: “pode-se constatar a interatividade e interdependência entre o local e o global e o global e o local.”

A economia global constitui-se hoje de um conjunto de economias regionais especializadas, que atuam na forma de um entrelace planetário de relações produtivas, financeiras e mercantis, no qual cada parte atua, de maneira distinta, na reprodução do sistema mundial, consubstanciando uma divisão socioespacial do trabalho. Hoje, o que influencia de forma decisiva o desenvolvimento local são seus conhecimentos e base científica tecnológica, estes diferenciais é que estão criando as possibilidades de desigualdades, não os aspectos físicos ou culturais, de acordo com Albagli (1999).

Ainda nesse sentido:

“o local constitui peça-chave para a reprodução do sistema econômico, que, se hoje exige ser globalizado, também necessita de ancoragens físicas para os empreendimentos produtivos, ao mesmo tempo em que requer uma fronteira em constante movimento que abrigue os capitais volatizados, bem como que atenda às contínuas transformações nas condições de reprodução do capital.” (ALBAGLI, 1999, p.13)

Caron (2003, p. 36) destaca que “o capital é global, mas a produção é local. O sonho e a existência são universais, mas o espaço físico da vida é temporal e territorial”, portanto, o desenvolvimento local permeia toda condição humana. Entender suas peculiaridades, características e delimitações, com vistas à melhoria da condição humana para as gerações futuras é o grande desafio dos líderes mundiais.

Silva e Arns (ano, p.10) contextualizam o “desenvolvimento comunitário é uma estratégia metodológica de apoio à construção de um senso de identidade dos atores locais, inicialmente a respeito do seu território e, em continuidade, de seu projeto de desenvolvimento, buscando desenvolver no sujeito coletivo a força utópica necessária ao seu processo de transformação social.”

A reafirmação do local responde, nesse caso, a novas demandas de eficiência e de eficácia do sistema produtivo global, viabilizando, por meio das condições criadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação, segundo Albagli (1999). De acordo com Caron (2003, p.252), “O desenvolvimento local é parte integrante da produção capitalista mundial”, logo,

“A ação do governo e das comunidades organizadas, facilitadores locais sociais, forças vivas da comunidade, são determinantes para a inserção da economia local no processo competitivo dos mercados nacionais e internacionais”.

Para promover o desenvolvimento, processos de gestão e modernização da infra-estrutura local, não são suficientes, é necessário “reorganizar as estruturas mentais que as mantêm e reproduzem, passa, portanto, por um investimento nas pessoas que as compõem e as que legitimam.” (ARNS *et al.* (1999, p.08).

Segundo Silva e Arns (s/a, p. 12), “a estratégia de desenvolvimento comunitário deve incluir, além do processo de fortalecimento do senso de identidade local, o fortalecimento das estruturas organizacionais de caráter comunitário e a qualificação das mesmas no que diz respeito à instrumentalização para o exercício de novas práticas de gestão local.” Nesse sentido, “A sustentabilidade do desenvolvimento local é dada pelo desenvolvimento do ser humano que possibilita a constante inovação e renovação do processo de desenvolvimento econômico, social, cultural, político e institucional.” (CARON, 2003, p.43).

“O modo mais estável de evoluir é organizando-se, aumentando a capacidade de empoderamento do território/instituição. A organização aumenta a capacidade de adaptação do sistema às mudanças do ambiente.”, de acordo com Arns *et al* (1999, p.08). Para os autores:

Embora o *empoderamento* dos espaços locais seja essencial para a recuperação da cidadania e para a diminuição dos efeitos perversos da modernidade, na lógica da sociedade em rede, que se fundamenta na separação sistêmica entre o local e o global, as sociedades civis se encolhem e são desarticuladas, “*pois não há continuidade entre a lógica da criação do poder na rede global e a lógica de associação e representação em sociedades e culturas específicas.*” Castells, (1999,p.27). Neste sentido, o “empoderamento dos espaços locais” passa por um processo de construção através do qual a sociedade civil se articula e se fortalece de modo a influir nos destinos mais gerais do seu território.” (SILVA e ARNS, s/a, p.11)

Mendes (2006, p.90) afirma: “entender o desenvolvimento local e criar mecanismos de transformações sociais e econômicas que propiciem aumento da qualidade de vida e redução das desigualdades sociais é o caminho mais sensato. Faz-se necessário repensar a forma de ver o mundo e isso passa necessariamente pelo desenvolvimento local (...).” E a promoção da qualidade de vida para todos os sujeitos.

Qualidade de vida é um conceito que teve seu início a partir da década de 60, sobretudo para subsidiar a mensuração de indicadores sociais, hoje, encontra-se difundido na sociedade, compreende-se por: “a percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, dentro do contexto dos sistemas de cultura e valores nos quais está inserido e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.” (*WHOQOL Group*, 1994, p. 28), de acordo com a Organização Mundial de Saúde, que reuniu um grupo de especialistas para sua definição.

O conceito de qualidade de vida compreende uma série de variáveis, tais como: a satisfação adequada das necessidades biológicas e a conservação de seu equilíbrio (saúde), a manutenção de um ambiente propício à segurança pessoal, a possibilidade de desenvolvimento cultural, e, em último lugar, o ambiente social que propicia a comunicação entre os seres humanos, como base da estabilidade psicológica e da criatividade. (Maya, 1984, p.54).

Para Minayo, Hartz e Buss (2000), qualidade de vida é uma condição do humana, busca aproximar a satisfação encontrada em diferentes instancias que compõem o social:

Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo portanto uma construção social com a marca da relatividade cultural. (MINAYO, HARTZ e BUSS, 2000, p. 08)

Na busca de sua mensuração foi concebido o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para

o Desenvolvimento, que representa uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores entre os países membros da ONU. Pode ser definido para um estado, município, região ou país. Para sua obtenção alguns indicadores são considerados, tais como: expectativa de vida, taxa de alfabetização e de matrículas em educação formal, PIB per capita.

A correlação das variáveis que envolvem o conceito de qualidade de vida bem como a compreensão dos indicadores que mensuram o IDH remetem a importância da atuação efetiva dos sujeitos na promoção social. Caron (2003, p.39) aponta em seu trabalho, “o que as comunidades querem é a oportunidade de desenvolvimento sustentável. Isto é, desenvolvimento continuado, constante, permanente, com preservação dos recursos existentes, com renovação dos recursos disponíveis, sem desperdício e criando condições para melhoria da qualidade de vida.”

Os conceitos apresentados demonstram a importância do desenvolvimento local para a sociedade, a articulação de parcerias formando uma rede social efetiva, que permitam o conhecimento das realidades locais, com identificação de suas fortalezas e fraquezas, seu processo de legitimação, manutenção de aspectos culturais que lhes garantam a identidade e de mecanismos que propiciem seu crescimento são fundamentais e estratégicos para a promoção do desenvolvimento sustentável.

2.6 COMPETÊNCIAS

Identificar as competências básicas em termos técnicos e humanos que são fundamentais para o empreendedor social e possibilidades de aprimoramento contínuo é o tema abordado neste capítulo. Em sua obra Drucker (1999) defende que todas as organizações necessitam de uma competência fundamental: a inovação, e que estas podem ser de qualquer tipo, inclusive social.

O homem tem necessidade do convívio com o outro, a vida cotidiana é a vida do indivíduo. A compreensão da comunidade na qual o homem está

inserido é um exercício desafiador, pois o convívio com as diferenças e a formação de teias de relacionamento recria as relações.

Bom Angelo (2003, p.45) destaca a “vontade e habilidade para criar algo absolutamente inédito e que possa melhorar as condições de vida da família, da empresa, da comunidade local ou da raça humana” como características fundamentais que revelam a vocação empreendedora.

Assim surgem novas competências e talentos e há necessidade de flexibilidade e adaptação. Os projetos, e mais especificamente os sociais se fundamentam em desejos e objetivos coletivos. Sua criação parte do centro convergente do sentimento compartilhado e da crença mútua naquilo que reúne os indivíduos.

A mudança nos conceitos, nas atitudes, com maior valorização da figura humana é um dos fatores principais para que se possa construir, planejar e idealizar um futuro próspero para a sociedade. A capacidade futura de uma sociedade está relacionada à capacidade do indivíduo e da sociedade para trabalhar e adaptar-se com mudanças.

Peter Senge conceitua organizações em aprendizagem como "as organizações em que as pessoas expandem continuamente sua capacidade de criar os resultados que verdadeiramente desejam, onde novos e amplos modelos ou pensamentos são educados, onde a aspiração coletiva é um conjunto livre, e onde pessoas estão aprendendo continuamente como aprender juntos" (SENGE, 1990, p.11).

A reconstrução social efetiva exige a participação de todos em sua redefinição. Os profissionais envolvidos com novos processos que envolvem o tema social devem concentrar esforços na redescoberta de uma nova educação que crie uma comunidade mais civilizada para existir, interagir, sonhar, realizar, viver e sentir.

Esta nova forma de olhar o mundo necessita de novas competências, compreendendo-as como: “Prática reflexiva, profissionalização, trabalho em equipe e por projetos, autonomia e responsabilidades crescentes, pedagogias diferenciadas, centralização sobre os dispositivos e sobre as situações de aprendizagem, sensibilidade à relação com o saber e com a lei delineiam um roteiro para um novo ofício” (Meirieu, 1989, *apud* Perrenoud, 2000, p.11).

Devem-se identificar as competências que o empreendedor social deve apresentar e que atenda as demandas sociais, articule as suas idéias a outras organizações, promova o desenvolvimento da qualidade para a vida humana, realize uma avaliação objetivando realimentação contínua, sistematize propostas integradas e alinhadas a concepções contemporâneas que formem um indivíduo que viva sua cotidianidade.

Um caminho a ser trilhado para a definição do perfil do empreendedor social pode iniciar-se pela definição de competência utilizada por Perrenoud (2000, p.15) “A noção de competência designará aqui uma capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situações.”

Segundo este autor as competências apresentam quatro aspectos, sendo:

- a) não são saberes, habilidades ou atitudes, mas mobilizam, integram e orquestram estes recursos;
- b) a mobilização deve ser pertinente, cada situação é considerada singular;
- c) o exercício da competência utiliza estruturas mentais complexas, denominadas esquemas de pensamento, estes permitem determinar e realizar uma ação adaptada à situação;
- d) as competências necessárias ao exercício profissional constroem-se nas relações cotidianas.

Perrenoud (2005) afirma que existem três elementos complementares as competências, a saber: tipos de situações das quais há certo domínio; os recursos utilizados e as competências específicas como esquemas motores, de percepção, de avaliação, de antecipação e de decisão; e a natureza das estruturas do pensamento.

Assim o papel do empreendedor social na transformação da sociedade é um desafio para a construção de uma nova realidade social, implementando ações para o desenvolvimento de responsabilidades coletivas e propiciando o crescimento pessoal/profissional de todos os envolvidos.

É necessário romper com modelos sedimentados, sobretudo no processo de formação de empreendedores, e buscar um novo perfil para um novo tempo. O empreendedor social deve ter um olhar ousado para sua

realidade, ir além dos muros organizacionais e correlacionar-se com a comunidade do seu entorno, tornando-se parceira das suas ações e oportunizando o desenvolvimento local.

O empreendedor social deve ser o exemplo de estudante permanente, buscando referenciais que subsidiem a construção de propostas consistentes e correlacionadas a sustentabilidade do planeta e a promoção de condições mais dignas de vida para todos, sobretudo para os excluídos socialmente.

Saber incentivar a equipe de trabalho, administrar possíveis conflitos e frustrações, negociação e liderança, além do domínio técnico, demonstram a capacidade de gerenciamento. Este gestor tem que ser um líder, com conhecimento técnico e comprometido com o desempenho da sua função.

Segundo Robbins (2002, p.330) “a liderança tem um papel crucial para a compreensão do comportamento do grupo, pois é o líder quem geralmente oferece a direção em relação ao alcance dos objetivos.”

O segredo de um empreendedor social está na conquista de uma equipe de trabalho, a equipe vai além do grupo, tem por objetivo que os esforços individuais resultem em um maior nível de desempenho do que a soma das entradas individuais, segundo Robbins (2002).

Um processo de empreendedorismo social construído com base na participação, autonomia, democracia, poderá resultar em equipes eficazes que sustentam suas ações na clareza da definição do seu projeto pedagógico. A equipe tem atribuições expressas de forma objetiva, os recursos existentes atendem as necessidades e o processo é construído com base no comprometimento dos participantes que apresentam um propósito comum, como estabelecimento claro de metas. A confiança é o alicerce do sucesso.

Compreender a dinâmica humana e sua amplitude requer do empreendedor social um processo de formação contínua que possibilite o desenvolvimento pleno de suas competências.

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente capítulo tem por objetivo a apresentar o método de pesquisa que será utilizado para a realização deste estudo de caso e descrevê-lo conceituando teoricamente, definindo sua população, composição da amostra, os procedimentos e os instrumentos utilizados no encaminhamento e na realização das etapas investigativas desta pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A escolha do método se deu a partir da delimitação do tema, formulação do problema de pesquisa, definição do objetivo geral e objetivos específicos. A abordagem metodológica deste trabalho, quanto ao propósito, é uma pesquisa qualitativa; quanto ao tipo de análise, constitui um estudo de caso de caráter descritivo, que utilizará questionário como técnica de coleta de dados, aplicado pelo pesquisador e analisado *a posteriori*.

Segundo Yin (2005), o estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo – tratando da lógica de planejamento, das técnicas de coleta de dados e das abordagens específicas à análise dos mesmos. Para este autor um estudo de caso é “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2005, p.32).

De acordo com Gil (1999, p.54) um estudo de caso “Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento (...)”. Utilizado exaustivamente nas ciências sociais e biomédicas, o estudo de caso teve uma crescente utilização nas ciências sociais, sendo hoje considerado “como um delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real” (GIL, 2002, p.54)

Quando se define metodologicamente o estudo de caso, pode-se responder aos seguintes propósitos:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e
- c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos. (GIL, 2002, p.54).

Segundo BALK (2006, p. 88) “Partindo da compreensão de que a história e a realidade são construídas socialmente e em constante transformação, torna-se relevante se entender que o conhecimento não é algo rígido, mas se manifesta igualmente em processo de modificação, necessariamente levando a considerar que o objeto de estudo, que é pautado a partir de uma realidade social, se transforma diariamente.”

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA

O estudo tem como população os estudantes egressos do Programa SESI Empreendedorismo Social, realizado no SESI do estado do Paraná, nos anos de 2006 e 2007 e que representam regiões distintas do Estado.

A amostra foi definida a partir dos empreendedores sociais certificados pelo Programa e que totalizam 61(sessenta e um) empreendedores, sendo 29 (vinte e nove) egressos do ano de 2006 e 32 (trinta e dois) egressos do ano de 2007.

3.3 ETAPAS DA PESQUISA

A pesquisa realizou-se em uma fase, sendo a investigação de dados referentes as contribuições dos empreendedores para o desenvolvimento local, por meio das competências desenvolvidas no Programa SESI

Empreendedorismo Social, com aplicação de questionário de pesquisa presencialmente e virtualmente, devido a localização geográfica do público-alvo.

3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Utilizou-se um questionário (APÊNDICE 1) elaborado pelo pesquisados, contendo questões fechadas e abertas para ser respondido pelos egressos do Programa SESI Empreendedorismo Social, das edições dos anos de 2006 e 2007. Este instrumento de pesquisa, de acordo com Gil (2002) é uma potente técnica de investigação que permite a obtenção de informações referentes ao conhecimento sobre determinado assunto, crenças, opiniões, interesses e expectativas de cada sujeito investigado para determinado fim.

3.5 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

O contato com a instituição SESI Paraná para o Programa SESI Empreendedorismo Social ser objeto desta pesquisa se deu no início da formação acadêmica do Mestrado em Organizações e Desenvolvimento, assim sendo, sempre ouve o consentimento para realização desta pesquisa acadêmica.

Os contatos com os empreendedores para participação na pesquisa se deram por reuniões presenciais, meio eletrônico e telefônico, explicando os objetivos deste trabalho acadêmico que foi encaminhado a todos os participantes do Programa nos anos de 2006 e 2007 que obtiveram sua certificação.

A partir deste contato inicial, foram agendadas os locais, datas e horários das entrevistas pessoais e algumas realizadas por meio eletrônico, considerando a diversidade regional dos empreendedores sociais. Durante o processo foi alertado a não identificação dos empreendedores sociais, em relação às respostas, resguardando a idoneidade deste estudo.

3.6 ANÁLISE DOS DADOS

O processo de análise dos dados coletados e obtidos ocorreu em três fases distintas e foi decorrente de um processo estruturado com intuito facilitar o entendimento da técnica, de forma dinâmica e continuada durante o desenvolvimento da pesquisa.

A primeira fase foi a ordenação dos dados, com a transcrição eletrônica das informações obtidas pelo autor da dissertação, organizando o acervo de respostas obtidas.

A segunda fase foi composta da classificação dos dados em relação aos pontos comuns e divergências dos empreendedores sociais em relação as suas contribuições para o desenvolvimento local, o que surgiu a partir do Programa SESI Empreendedorismo Social, novas possibilidades e participações.

A terceira e última fase foi composta da análise dos dados obtidos e correlação com a fundamentação teórica abordada no trabalho de pesquisa, apontando as novas revelações surgidas com a aplicação dos questionários.

CAPITULO 4 – DESCRIÇÃO DO CASO

Neste capítulo são apresentados a descrição do caso, objeto de estudo desse trabalho acadêmico, subdivido em contextualização da empresa, as inovações sociais produzidas por essa empresa, caso do programa SESI Empreendedorismo Social, delimitando o objeto de pesquisa e finalmente a análise dos resultados das informações obtidas por meio das entrevistas realizadas com os empreendedores egressos do Programa.

4.1 EMPRESA SESI PARANÁ

Na época do pós-guerra e para promover a paz social no Brasil, o Serviço Social da Indústria – SESI foi criado na década de 40, e por meio de suas ações sociais, durante seis décadas está cumprindo com a sua missão de buscar soluções para problemas sociais e preenchimento de carências do trabalhador da indústria. Foi uma das primeiras instituições de prestação de serviços assistenciais constituída com recursos e com a direção do empresariado industrial. Tem um departamento nacional, sediado em Brasília, e conta com departamentos regionais que atuam nos estados brasileiros com autonomia de gestão, respeitando diretrizes emanadas pelo departamento nacional. No Paraná, o SESI tem sua sede em Curitiba, à Rua Cândido de Abreu, 200, bairro Centro Cívico.

O SESI cria mecanismos para melhoria de condições de habitação e transporte, alimentação e higiene, assistência médica e odontológica, educação, conhecimentos e normas sobre deveres cívicos e sociais, lazer, serviço social. A cooperação e assistência aos trabalhadores da indústria em seus problemas econômicos, na defesa dos salários reais, em problemas domésticos decorrentes das dificuldades de vida ou das relações de convivência também fazem parte do escopo de sua atuação.

No decorrer das seis décadas de atuação, as atividades desenvolvidas se caracterizam por amplitude e diversificação. As diferenças das ênfases nos

programas decorrem das diversas realidades contextualizadas, em diferentes épocas, consideradas pelo grau de desenvolvimento das atividades industriais, os tipos principais de produtos processados, o formato da estrutura industrial com pequenas, médias ou grandes indústrias, e ainda outras características e idiosincrasias regionais.

Atualmente passa por um período de expansão, não só considerando os atendimentos diretos às empresas como sua abrangência de atuação, com programas inovadores e ações que atendem as demandas sociais. A entidade intensificou suas ações em educação, gestão social, saúde e segurança no trabalho, lazer e esporte, cultura e empreendedorismo.

Em sua trajetória, a instituição promove um processo de avaliação constantemente, e questiona seu papel na sociedade, direcionando suas ações de forma a ajudar a indústria a promover o aumento da sua produtividade e competitividade, por meio de ações que favoreçam a criação de ambientes que propiciem inovação, em diversos focos.

A instituição tem como missão, hoje: promover a qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes, com foco na educação, saúde e lazer, e estimular a gestão socialmente responsável da empresa industrial. E, como visão, espera: ser o líder nacional na promoção da melhoria da qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes e da gestão socialmente responsável da empresa industrial.

Com esta política de atuação tem cumprido o seu papel primordial, que é de valorizar as indústrias do Paraná e apoiá-las, para que cumpram seu papel social de crescer e fazer crescer. Crescer para gerar emprego e renda, introduzir inovações tecnológicas, contribuir para a economia do país. Fazer crescer, proporcionando meios de evolução para os trabalhadores e a comunidade paranaense. No Paraná a estrutura do SESI é composta pelo departamento regional e cinco gerências regionais. Conta com 29 unidades no estado do Paraná.

Hoje, numa visão permeada pelo conceito de responsabilidade social, que impõe às empresas conciliação do discurso social com a prática empresarial, o SESI/Paraná constrói um modelo de gestão sócio-organizacional cujo desafio vai além da promoção da qualidade de vida para o

trabalho. Suas ações, monitoradas por indicadores, devem garantir a efetividade dos resultados, contribuindo decisivamente para o crescimento sustentável da indústria.

Neste contexto a busca por projetos que gerem inovação social faz parte do planejamento estratégico da instituição entendendo a inovação como:

[...] um termo econômico ou social, mais que técnico. Ela pode ser definida da maneira como J.B. Say definiu *entrepreneurship*, como podendo mudar o rendimento dos recursos. Ou, como um economista moderno tenderia a fazer, ela pode ser definida em termos de demanda em vez de termos de oferta, isto é, como capaz de mudar o valor e a satisfação obtidos dos recursos pelo consumidor. (DRUCKER, 2005, p.43).

Conceber estratégias que promovam a inovação na cultura organizacional tem sido preocupação presente no cotidiano organizacional. Desta forma surgem programas inovadores que atuam em diversas vertentes, tais como: empreendedorismo social, inclusão digital, rede de inovação social, entre outros. Prioriza ações e projetos com essa ênfase e busca oferecer serviços para seus agentes internos e também à sociedade, como um todo, por meio da extensão e aplicação dos conhecimentos acumulados em sua evolução.

A instituição acompanhou o processo brasileiro de produção científica e tecnológica, contribuindo para colocar a indústria no patamar de geradora e disseminadora de conhecimento. Segundo Góes (1972), “a idéia de que o progresso científico e tecnológico é fator importante para o desenvolvimento econômico e social é relativamente nova. Até o início do século XX as atividades científicas eram na realidade consequência do progresso. A partir daí observamos uma inversão e a opinião unânime é que o desenvolvimento científico e tecnológico é que acarreta o progresso, em todos os sentidos.”

Por meio de pesquisas, estudos e métodos inovadores, a instituição evidencia a consciência de sua co-responsabilidade na profissionalização de seus agentes para que o ambiente industrial enfrente os inúmeros desafios e crie modos de sistematização do conhecimento tecnológico e científico produzido, também no âmbito social. A oferta e difusão de tecnologias sociais para o crescente número de indústrias que vêm assumindo suas

responsabilidades sócio-culturais perante a sociedade estão presentes nas ações cotidianas.

Para Lundvall (2001), as inovações sociais interferem no cotidiano das pessoas e populações e se transformam em elementos importantes para estratégias de sustentabilidade. Atualmente o SESI-PR tem como estratégia de posicionamento da sua marca, o resultado de uma construção coletiva legitimada que se traduz no *slogan*: nós ajudamos a indústria a crescer e fazer crescer.

Segundo o Plano de Ação 2007 da instituição acredita-se que o papel social da indústria é crescer e fazer crescer, de forma consciente e sustentável. A razão de existir do SESI é a de um articulador do papel social da indústria, através de produtos e serviços que sejam bons para os negócios, bons para as pessoas, bons para a sociedade e bons para o meio ambiente.

A instituição atua com linhas de ação nas seguintes áreas: educação; saúde e segurança no trabalho; cultura, esporte e lazer; e responsabilidade social empresarial. Estas linhas de ação sustentam suas estratégias e estabelecem suas diretrizes de ação, fundamentadas no objetivo estratégico definido pelo departamento nacional. Nos projetos de articulação estratégica define algumas grandes linhas, tendo como foco: parcerias para ações preventivas na área da saúde; implantação de rede social, ações que envolvem empreendedorismo social, sistematização de um núcleo de inovação, realização de pesquisa das iniciativas sociais no Paraná e sobre indicadores de qualidade de vida e o fortalecimento de ações que pretendam contribuir para o atingir os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.

4.2 INOVAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO SESI PARANÁ

Na gestão atual a instituição tem realizado várias ações pioneiras voltadas para o social e a inovação. Ressaltam-se alguns programas que, de acordo com os conceitos de inovação social apresentados no capítulo da fundamentação teórica, sustentam seu desenvolvimento.

- a) SESI Empreendedorismo Social: uma inovação social apresentada neste estudo acadêmico.
- b) Inclusão Digital Itinerante: oportuniza o acesso às tecnologias da informação e comunicação e o desenvolvimento pleno da cidadania, para os trabalhadores das indústrias paranaenses. Como processo de inovação social apresenta uma metodologia que, além de ensinar os fundamentos tecnológicos, abre novos caminhos para o exercício pleno da cidadania, a partir de eixo transversal, que tem como foco a responsabilidade social.
- c) Indústria Itinerante: orienta pessoal e profissionalmente o aluno do ensino fundamental, visando sua formação por meio de ações técnico-pedagógicas, valores, bem-estar e empreendedorismo. A metodologia inclui temas de tecnologia, valores, empreendedorismo e bem-estar de forma interdisciplinar, em cooperação com o ensino público, aproximando a indústria das escolas para apresentação aos jovens de sua tecnologia, seus trabalhos sociais e ambientais, além de oferecer apoio para orientação profissional
- d) Sistema de Gestão de Qualidade de Vida do Trabalhador da Indústria do Paraná: metodologia que possibilita conhecer, comparar e acompanhar índices de qualidade de vida do trabalhador da indústria paranaense, criando um banco de dados com informações atualizadas sobre os investimentos na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores da indústria.
- e) Rede de Inovação Social: originada da necessidade de integrar experiências em responsabilidade social empresarial, disseminando práticas inovadoras que atendam às necessidades regionais e oportunizem o compartilhamento de tecnologias sociais, entre todas as partes interessadas das indústrias. Seu objetivo é a sistematização de redes de responsabilidade social empresarial, em diferentes regiões do estado do Paraná, valorizando a cultura local e respeitando a diversidade, com uma metodologia de integração da inovação tecnológica à inovação social. Esta inovação será

apresentada de forma mais aprofundada em outro artigo desta publicação.

- f) O Caminho da Profissão: a nova etapa de desenvolvimento das forças produtivas, o aumento do desemprego entre os jovens, as crescentes dificuldades no processo educacional e a necessidade das indústrias em contratar mão-de-obra qualificada, aliado à crescente demanda da participação das organizações em práticas socialmente responsáveis, levam o Sistema FIEP a incentivar formas diferenciadas de qualificação do trabalhador. Este programa objetiva oportunizar a iniciação profissional aliada à formação cidadã, em consonância com a necessidade da indústria e com a necessidade de inclusão dos profissionais qualificados no mercado de trabalho.

4.3 PROGRAMA SESI EMPREENDEDORISMO SOCIAL

A falta de ferramentas gerenciais específicas para as organizações sem fins lucrativos têm exigido dos empreendedores sociais esforços de adaptação das ferramentas típicas da administração de empresas para o contexto social. Para Brinckerhoff (2000), o processo de administração é a condição fundamental para o empreendedorismo social.

Percebendo a necessidade de uma capacitação voltada para atender à demanda por profissionais qualificados para a concepção e implementação de projetos sociais, atendeu-se ao edital intitulado “Diretrizes de Incentivo do Departamento Nacional para os Programas Estratégicos do SESI – 2005 Educação, Lazer e Saúde”, publicado pelo SESI Nacional, que apresentava como objetivo de consolidar a unidade sistêmica, estimular novas tecnologias, fortalecer os programas estratégicos e promover a expansão do atendimento à empresa industrial.

O edital apresentava como princípios: foco na empresa industrial e no atendimento ao trabalhador da indústria; fortalecimento sistêmico; melhoria contínua da gestão; transparência; monitoramento e avaliação sistemática; alto

desempenho; capacidade de inovação; representatividade institucional; equidade e integração. Como linhas de ação o edital abordou: incremento para empresa; disseminação de tecnologias e metodologias; consolidação de negócios inovadores e prospecção e desenvolvimento.

A partir das questões acima explicitadas, iniciou-se um processo de mobilização de competências internas na instituição para a formatação e apresentação de um projeto estratégico inovador, que estivesse alinhado à linha de ação prospecção e desenvolvimento.

Após análise de cenário, estudos de referenciais teóricos, identificação de pontos fortes e fracos, estabeleceu-se o foco em empreendedorismo social, com a intenção de se acompanhar as aceleradas mudanças que estão ocorrendo no campo social e a possibilidade de oferecer um ambiente que fosse propício à geração de idéias, ao desenvolvimento de competências na área de empreendedorismo social e à busca da definição de uma metodologia própria para a realização deste processo, que visava também a disseminação da cultura do empreendedorismo social no estado do Paraná.

A instituição iniciou a construção de uma inovação social, com foco em empreendedorismo social. O Programa SESI Empreendedorismo Social, foi concebido para disseminar a cultura do empreendedorismo social no estado do Paraná, capacitando atores sociais que desejem a transformação social sustentável no Paraná.

O empreendedor social é aquele que busca e desenvolve tecnologias sociais, que viabiliza a implantação de programas, sugere ações responsáveis, inova processos sociais e possibilita o desenvolvimento de estratégias de gestão social cuja resultante tenha impacto direto na melhoria dos índices sociais. Este é o elemento motivador do programa: dar subsídios para aprimorar valores sociais e gerar um espírito empreendedor. Com isso, é possível assegurar junto à comunidade industrial a marca do SESI e do Sistema FIEP como referência e competência no desenvolvimento de pessoas na área do empreendedorismo social.

Buscou-se no desenho da metodologia a utilização dos recursos das tecnologias de comunicação e informação em sua estratégia de ação, com a sistematização de um processo de educação semipresencial, com o domínio da

ferramenta de ensino de educação a distância (EAD), suporte teórico consistente, técnicas de apresentação em público, desenvolvimento de comunicação oral, ampliação de rede de relacionamentos, visão sistêmica e respeito à diversidade, entre outros aspectos.

As estratégias concebidas para o Programa tiveram como ponto central o desenvolvimento de competências fundamentais para o empreendedor social, competência aqui entendida como o saber, saber fazer e saber fazer acontecer.

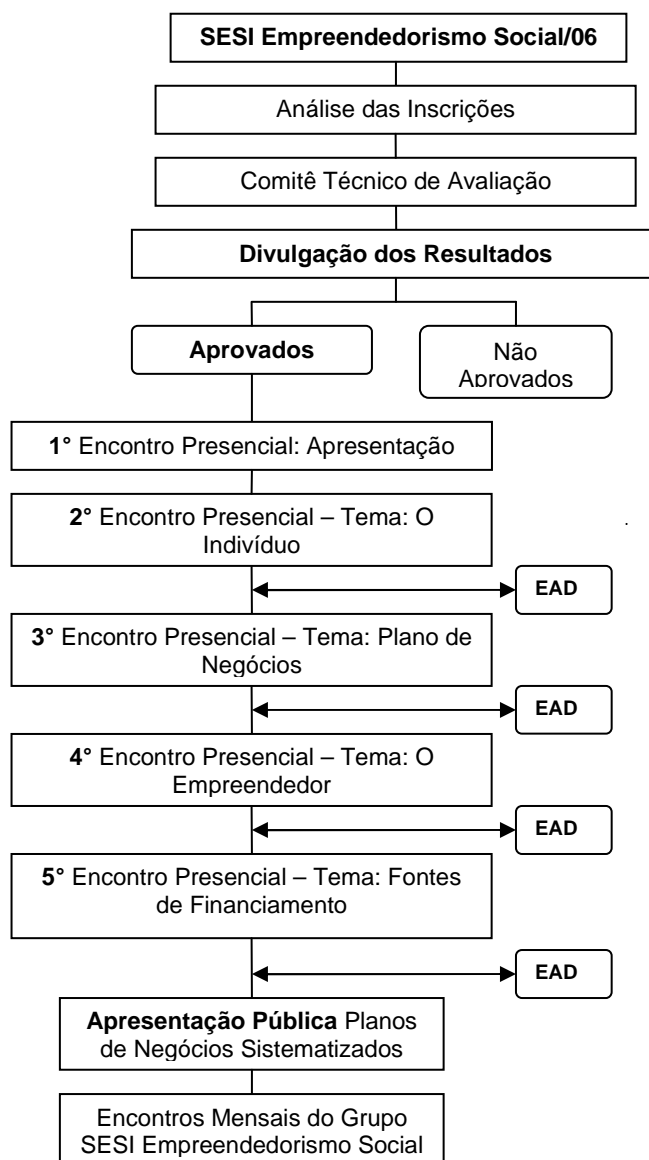
O Programa possibilita a transformação de idéias em planos de negócios sustentáveis e realiza um processo de acompanhamento dos empreendedores sociais, durante um ano após a conclusão da capacitação, consolidando a rede social dos empreendedores. É neste período que os planos de negócios iniciam sua fase de implantação e desta forma as mudanças sociais começam a acontecer e contribuir com o desenvolvimento local de diversas regiões do Paraná.

Um dos grandes desafios na concepção do Programa foi o fortalecimento do conceito de empreendedorismo social na cultura paranaense, e em especial, no Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). O movimento que envolve o empreendedor já tem seu espaço conquistado na sociedade, porém a inovação do empreendedor social ainda suscita muitos questionamentos e a busca de respostas que dêem conta de estruturar uma nova realidade social.

Questões internas para realização do programa foram deflagradas,, respeitando-se os trâmites legais que envolvem a instituição. O modelo adotado em 2006 foi concebido de forma conjunta pelo SESI-PR e FEESC, para implantação do programa como um piloto, no primeiro ano de sua realização. Constituído de quatro módulos, abordava em sua primeira edição as seguintes temáticas:

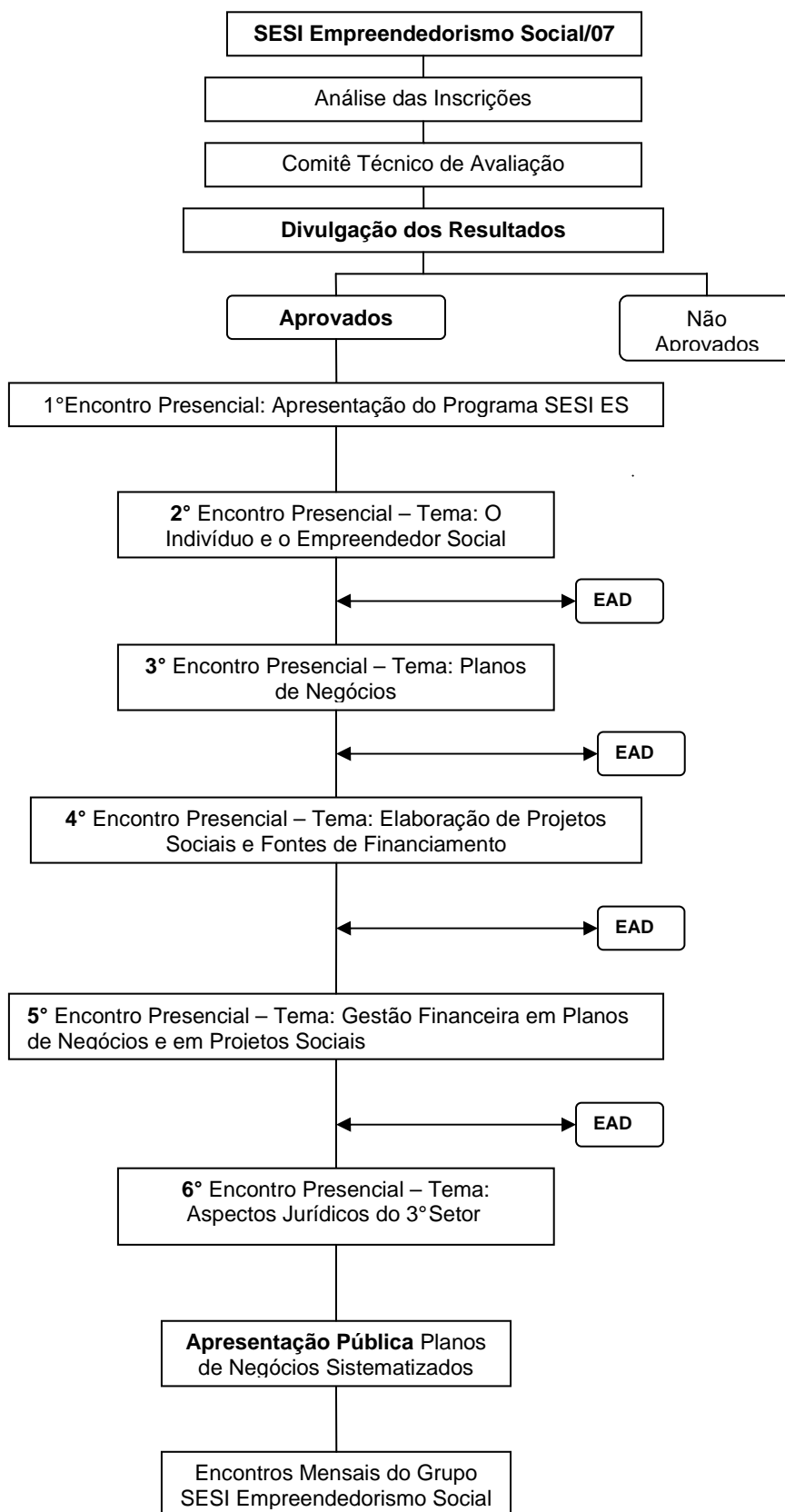
- a) O indivíduo.
- b) Plano de negócios.
- c) O empreendedor.
- d) Finanças e fontes de financiamento.

O Programa SESI Empreendedorismo Social, em 2006, foi realizado conforme ilustração (01) abaixo:



As aprendizagens concebidas com a implantação do programa piloto levaram o gestor a reestruturar o Programa, ampliando os módulos do Programa, para a segunda edição. Assim o Programa, além do conteúdo original atualmente conta com conhecimentos dos aspectos jurídicos da constituição de empresas do terceiro setor, da elaboração de projetos sociais, das finanças para elaboração de projetos sociais e aplicadas à elaboração dos planos de negócios.

O Programa SESI Empreendedorismo social está estruturado conforme ilustração (02) abaixo:



O desenho da logística de divulgação é cuidadoso, pois o prazo exíguo do edital de inscrições exige a mobilização de diversas redes de relacionamentos, que utilizam as comunidades virtuais de modo expressivo, atingindo todo o estado.

Após a divulgação e o recebimento de inscrições nas linhas de ação do SESI-PR, que são: educação, gestão social, lazer e cultura, e saúde, ocorre um processo de seleção, por Comitê Técnico de Avaliação que conta com instrumento próprio de avaliação sistematizado após revisão de literatura e respeitando-se critérios estabelecidos para avaliação de projetos sociais, tais como:

- a) inserção do conceito de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local;
- b) identificação de criação de produtos, serviços e tecnologias sociais;
- c) apresentação de características inovadoras;
- d) viabilidade do projeto, caráter de empreendedorismo social;
- e) utilização de parcerias para concretização;
- f) apresentação de potencial de transformação social, entre outros.

No desenho do programa ficou definida a realização dos encontros presenciais aos sábados, visando oportunizar a efetiva participação de todos, incluindo aqueles que vinham de outros municípios, e também para não haver prejuízo das atividades profissionais dos participantes.

A metodologia contempla, hoje, nove encontros presenciais, com duração de oito horas, cada, e complementação de carga horária mediante a ferramenta de EAD – plataforma Eureka. A participação no curso não requer desembolso para os participantes. As despesas de hospedagem e alimentação, para aqueles oriundos de outros municípios, são custeadas e a alimentação e material didático impresso, concebido especificamente para o Programa, patrocinados pelo SESI-PR a todos os participantes.

Quando se concebe uma inovação social, é ingenuidade acreditar que não existem desafios imensos a serem superados e novos caminhos a serem (des) construídos. Percebe-se que o Programa conquistou seu lugar na cultura

organizacional e que tem repercutido nas ações dos colaboradores, fato comprovado na busca por inscrições para a segunda edição do programa, no ano de 2007.

A utilização da ferramenta de educação a distância também foi um desafio, pois aprender utilizando as tecnologias da comunicação e informação ainda não é prática usual da cultura brasileira. A inserção da tecnologia da informação e comunicação, como recurso para a melhoria do processo de aprendizagem, utilizando plataforma de educação a distância, possibilitou a capilaridade do programa, facilitou o processo de aprendizagem dos empreendedores, otimizando a comunicação, o aprimoramento das relações interpessoais e criando um ambiente de troca de idéias e informações.

Assim eliminaram-se barreiras geográficas e pôde-se atender a diversidade de público, em consonância com as exigências sociais atuais. Esperou-se dos empreendedores sociais uma postura de agentes responsáveis por sua aprendizagem ao interagir com a EAD.

A flexibilidade oportunizada pela EAD no sentido do respeito aos tempos individuais dos empreendedores sociais, aliando as suas demandas profissionais e pessoais, culminou com a combinação entre formação educacional e trabalho. O desafio consistiu na apropriação do domínio da ferramenta e em conexões de rede que muitas vezes ainda apresentam falhas tecnológicas.

No processo de gerenciamento do Programa um dos desafios superados foi a conquista da coesão do grupo, que apresentava uma diversidade peculiar e que se transformou em uma comunidade de prática na área de empreendedorismo social, possibilitando o atendimento das diferentes expectativas dos participantes, ao mesmo tempo em que mantinha o foco na busca da transformação das idéias em planos de negócios. Outro desafio enfrentado foi a consolidação de uma rede de relacionamentos com incentivos mútuos, troca de informações e percepções.

Outra estratégia definida para a realização do programa a entrega do referencial bibliográfico Empreendimentos Sociais Sustentáveis: como elaborar planos de negócio para organizações sociais, editado pela Fundação Ashoka e Mckinsey & Company, Inc., em 2001, uma referência para a área social e uma

forma de mostrar a importância já reconhecida pelo mercado da necessidade de que empreendimentos sociais sejam sustentáveis. As idéias sociais apresentadas na ficha de inscrição, aos poucos, foram transformadas em planos de negócios consistentes para serem apresentados à comunidade paranaense.

A implantação dos planos de negócios está sendo acompanhada mensalmente de maneira virtual e presencial o que oportuniza a troca de conhecimentos, informações e sentimentos, incentivando aqueles que tendem a desanimar durante o processo. Acredita-se que estes encontros possam promover a motivação e a superação, pois a rede constituída durante a capacitação permanece forte. A sistematização de ajuda-memórias minuciosamente elaboradas são remetidas após cada encontro para todos os integrantes da primeira turma de empreendedores sociais do Programa, permitindo àqueles que não residem em Curitiba acompanhar os encontros e compartilhar conhecimentos.

A forma de avaliar o Programa piloto foi preocupação constante desde sua concepção. Segundo Barreira e Carvalho (2001), a avaliação é um dever ético. As organizações que atuam na esfera pública precisam apresentar à sociedade os resultados/produtos de sua ação. Na difícil correlação entre os altos índices de pobreza e insuficientes recursos, a probidade combinada à obtenção de resultados efetivos na intervenção social passam a ser exigência preponderante. Esperam-se dessas organizações eficiência, eficácia e equidade na prestação de serviços de interesse do cidadão.

Na sistematização de uma inovação social a definição estratégica da avaliação permite realizar as realimentações necessárias para superar as fraquezas e aprimorar o processo, sendo fator relevante para a realização de uma gestão adequada. Percebe-se também que existe um movimento na esfera das agências financiadoras que, cada vez mais, exigem processos de avaliação que monitorem eficientemente os resultados.

Foram estabelecidas duas estratégias de avaliação do Programa: avaliação de processo e avaliação de resultados, na avaliação de processo monitorou-se a metodologia construída, suas características e a forma como se desenvolveu, buscando identificar fatores que facilitaram ou dificultaram a sua

realização. Essa ação permitiu assegurar a realização do projeto e o cumprimento dos objetivos definidos, dentro dos prazos e orçamento pactuados. Na análise dos processos de gestão e de logística adotados, sobretudo em relação aos encontros presenciais, o acompanhamento do alcance parcial das metas previstas, permitiu o redirecionamento da dotação orçamentária, quando necessário.

Na avaliação de resultados teve como objetivo identificar indicadores quantitativos para finalizar o relatório de prestação de contas para realimentar a proposta. Desta forma foi possível comprovar que o Programa cumpriu com os objetivos propostos, o público-alvo foi contemplado, e em se medida as metas foram atingidas.

Os indicadores qualitativos, coletados em encontros presenciais durante a realização do Programa e nas reuniões mensais para acompanhamento da implantação dos planos de negócios, foram construídos a partir da percepção dos atores envolvidos no processo, permitiram realinhar as estratégias do Programa e realimentar a metodologia, como já mencionado anteriormente. Ao gestor do Programa coube também o acompanhamento da utilização da ferramenta de EAD, de forma a propiciar um processo de aprendizagem mais efetivo para os participantes, adequando o conteúdo inserido.

O Programa SESI Empreendedorismo Social foi implantado em 2006, atualmente encontra-se em sua terceira edição e faz parte da cultura organizacional.

4.4 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Após aplicação do questionário aos estudantes egressos do Programa SESI Empreendedorismo Social, foi realizado o ordenamento dos dados com a transcrição para documento único das respostas obtidas. Os dados quantitativos foram transformados em indicadores percentuais e os qualitativos agrupados nas categorias definidas como objeto de pesquisa para esse estudo.

Para público-alvo da pesquisa existia um universo de 61 (sessenta e um) empreendedores sociais a serem entrevistados, houve um retorno de 31(trinta

e um) questionários, totalizando um universo de 50,81% instrumentos de pesquisas respondidos.

As entrevistas foram realizadas presencialmente e virtualmente, considerando a dimensão geográfica de localização dos empreendedores. Houve casos de empreendedores que não foram localizados, por motivos tais como: mudança de Curitiba, alteração de endereço eletrônico e residencial, falecimento, não localizado destinatário, totalizando 15 empreendedores e representando um total de 24,59 %. Outros contatados virtualmente não deram retorno.

Foram pesquisados os empreendedores sociais egressos e concluintes das turmas de 2006 e 2007. No ano de 2006 foram selecionados para o Programa 40 (quarenta) pessoas, sendo que 29 (vinte e nove) concluíram sua capacitação, sendo público para essa pesquisa. No ano de 2007 foram selecionados para participarem do Programa 49 (quarenta e nove), desses somente 65,30 % concluíram sua capacitação, totalizando 32 (trinta e dois) participantes e públicos para a pesquisa.

Dos estudantes egressos do Programa que responderam aos questionários, 64,52 % é do gênero feminino e 35,48 % representa o gênero masculino. De acordo com a tabela abaixo se observa a participação dos empreendedores sociais em relação a faixa etária e gênero. Existe a predominância do gênero feminino no Programa, porém em relação a idade existe uma participação menor no público acima dos 50 anos, e entre a faixa etária dos 30 aos 39 anos. As demais faixas praticamente equiparam sua participação.

TABELA 01 - DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA DOS EMPREENDEDORES SOCIAIS POR GÊNERO E FAIXA ETÁRIA

IDADE EM ANOS	GÊNERO					
	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
≥ 29	05	16,13	06	19,35	11	35,48
30 ≤ 39	02	6,45	05	16,13	07	22,58
40 ≤ 49	04	12,90	06	19,35	10	32,26
≥ 50	-	-	03	9,68	03	9,68
TOTAL	11	35,48	20	64,52	31	100,00

Fonte: a autora

Foi dominante a formação superior entre os egressos do Programa SESI Empreendedorismo Social, com um percentual de 86,80%. Outro indicador importante é o número de empreendedores sociais com formação em pós-graduação, da amostra 52,70% apresentam pós-graduação *lato sensu* e 6,20% pós-graduação *stricto sensu*. Observação necessária é que a tabela abaixo não totaliza 100% considerando que empreendedores formados repetem-se nos indicadores de pós-graduação.

TABELA 02 – GRAU DE ESCOLARIDADE DOS EMPREENDEDORES SOCIAIS POR NÍVEL DE ENSINO

ESCOLARIDADE	EMPREENDEDORES SOCIAIS	
	UNIVERSO 31	
	n	%
Nível médio	01	3,10%
Superior Incompleto	02	6,20%
Superior Completo	28	86,80%
Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	17	52,70%
Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	02	6,20%

Fonte: a autora

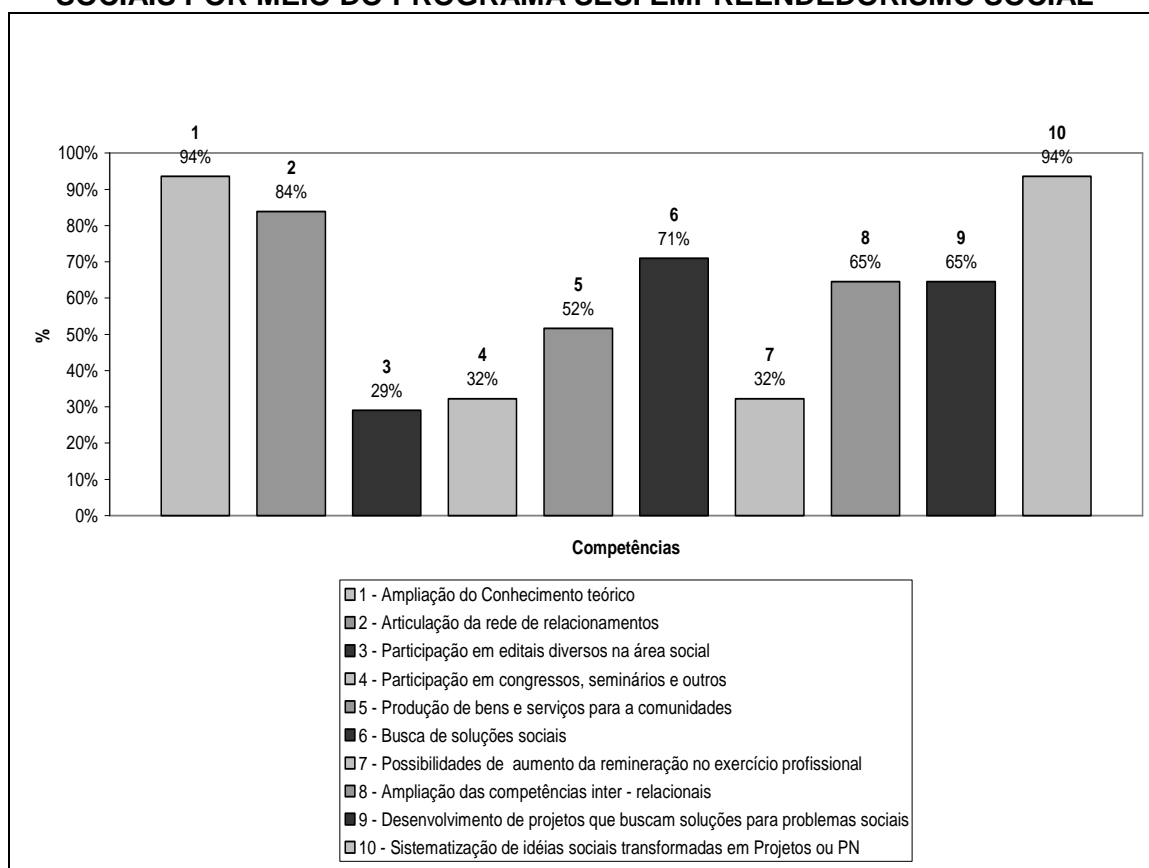
Em relação às competências desenvolvidas no Programa SESI Empreendedorismo Social a ampliação do conhecimento teórico e a sistematização de idéias sociais transformadas em projetos ou planos de negócios foram as mais reconhecidas pelos egressos, com 89,90%. Também foi identificada como fundamental pelos empreendedores a competência da articulação da rede de relacionamentos com 80,6% de validação.

A busca de soluções sociais também teve seu lugar de destaque pelos empreendedores atingindo 68,2%. Já a ampliação das competências inter-relacionais e o desenvolvimento de projetos que visam à busca de soluções para problemas sociais atingiram um percentual de 62%. A produção de bens e serviços para a comunidade foi identificada com 49,6%.

A participação em congressos, seminários e eventos similares, bem como possibilidades de aumento da remuneração no exercício profissional obtiveram um reconhecimento de 31% dos empreendedores sociais. A possibilidade de participação em editais diversos na área social obteve o

reconhecimento de 27,9% dos egressos do Programa, enaltecendo a contribuição do Programa para o desenvolvimento de competências fundamentais para o empreendedor social, conforme demonstra o gráfico abaixo.

GRÁFICO 01 – COMPETÊNCIAS DESENVOLVIDAS NOS EMPREENDEDORES SOCIAIS POR MEIO DO PROGRAMA SESI EMPREENDEDORISMO SOCIAL



Fonte: a autora

A experiência do egresso antes e depois da realização do Programa SESI Empreendedorismo Social, em relação a outras capacitações que seriam necessárias para complementação da formação foi também objeto de pesquisa. Analisando as respostas obtidas percebe-se a necessidade de ampliação do conteúdo captação de recursos na formação dos empreendedores sociais, bem como uma sustentação maior em relação a área financeira.

A compreensão dos editais na área social também merecem destaque no processo de formação. Percebe-se que os egressos do Programa SESI Empreendedorismo Social buscam sua profissionalização citando temas como:

planejamento estratégico, diagnóstico social, planos de negócios, estratégias de comercialização, efetivação de parcerias, sendo necessárias ao processo de formação.

Vale ressaltar que houve adequações no Programa em relação aos anos de 2006 e 2007, logo, os egressos da turma de 2006 apontaram temas como legislação do terceiro setor e elaboração de projetos sociais como necessárias ao processo de formação, porém, já estão contemplados na realimentação da proposta conforme apresentado anteriormente.

Em relação ao plano de negócios elaborado no Programa SESI Empreendedorismo Social pelos egressos e considerando as propostas previstas os empreendedores afirmaram que estão implantando integralmente suas idéias. Houve abertura de empresa no ramo de atividade, parcerias com instituições diversas efetivadas, junção de planos de negócios abrindo novas possibilidades, participação em editais públicos e de instituições privadas, articulação entre diferentes atores, realização de palestras, promoção de eventos culturais.

Foram identificadas algumas principais dificuldades no processo de implementação das propostas previstas no Plano de Negócios, sendo: captação de recursos, horários dos profissionais compatíveis ao do projeto, indisponibilidade de tempo, busca de sustentabilidade do projeto, construção de personalidade jurídica da instituição do projeto, falta de coragem para os primeiros passos, geração de renda para sustentabilidade do projeto, identificação de parceiros, integração do plano de negócio a um plano estratégico existente na instituição, busca por patrocínio, pessoas descomprometidas com a efetivação das propostas, falta de ferramenta para medir o retorno social, dependência de outros parceiros, sensibilização de atores, falta de investidores.

Os elementos facilitadores encontrados na implementação das propostas dos Planos de Negócios foram: experiências anteriores da equipe, criação de personalidade jurídica, rede de contatos, abertura de novas possibilidades, existência de um plano de negócio já sistematizado, predisposição de pessoas e instituições para auxiliar, união de idéias, contatos dentro da instituição, idéias absorvidas na realização de outras atividades, ampliação da visão, apoios

teóricos e práticos, adesão da diretoria e gerência abertura para futuros apoiadores.

Outro ponto fundamental para ser analisado é a não implementação de propostas que foram previstas e identificar o porquê não foram implementadas, assim sendo, encontrou-se os seguintes fatores apontados pelos empreendedores sociais entrevistados: impossibilidade de parceria com instituição definida, dificuldade com a parte comercial da proposta, amplitude do projeto, prazo definido para execução do plano de negócio, falta de tempo para implementação das propostas, proposta de geração de renda, busca de apoio institucional, cortes de módulos para custear o projeto, regularização jurídica, falta de recursos financeiros, falta de recursos humanos.

Na aplicação do questionário houve a possibilidade de identificar outras propostas de empreendedorismo social que foram implementadas, mas não estavam previstas no plano de negócios, tais como: obtenção de emprego em instituição social, desenvolvimento de planos de negócios menores, parcerias diversas, desenvolvimento de novos projetos, realização de turma piloto, consolidação de parcerias estratégicas, idéias inovadoras sistematizadas e implementadas, criação de instituições, ampliação do projeto inicial.

A identificação dos benefícios conquistados para a comunidade atendida pela implementação das propostas que não estavam previstas no plano de negócio inicial foi ponto de análise, identificando: repasse de informações de utilidade pública com linguagem que atendesse ao público-alvo, realização de curso que permite acesso a crédito, formação de multiplicadores disseminadores de informações para famílias e comunidade do entorno sobre prevenção a drogas, alegria dos participantes do projeto implantado, sustentabilidade em aniversários infantis, conviver com as diferenças, respeitar o outro e se colocar no lugar do outro, multiplicação dos conhecimentos.

Buscou-se identificar os benefícios correlacionando-os para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos que vivem nas comunidades atendidas, sendo: satisfação em fazer parte do projeto, cidadãos mais críticos e esclarecidos quanto aos malefícios que as drogas causam na sua vida pessoal e na sociedade, despertar para novas realidades do mercado de trabalho, divulgar e multiplicar informações de utilidade pública colaborando com o

esclarecimento da comunidade, aprendizagem para viver em comunidade, consciência e respeito aos problemas, convivência pacífica, amizade e cooperação, diminuição do impacto ambiental, geração de recursos financeiros para a instituição, consumo consciente, atendimento a um número maior de projetos sociais.

Além dos resultados que estavam previstos nos planos de negócios sistematizados pelos egressos do Programa SESI Empreendedorismo Social outros projetos, programas, objetivos foram conquistados, e contribuíram para o desenvolvimento local, tais como: desenvolvimento de projetos similares para atendimento a outras instituições que tenham caráter educativo e recreativo com atividades circenses, compromisso de estudantes universitários como voluntários, estagiários ou bolsistas dos projetos, que tem a rara oportunidade de desenvolver senso crítico com relação à transformação de realidade de exclusão, de dependência e de marginalidade, participação em Conselho Municipal, certificação de pessoas como agentes de crédito que podem atuar pelo desenvolvimento local, satisfação do grupo maior contribuição, criação de um conselho para a paz, replicação da peça em outro estado do país.

A avaliação da contribuição do empreendedor social para o desenvolvimento local, por meio da atividade empreendedora, apresentou indicadores relevantes, apontados a seguir: contribuição positiva a longo prazo para a comunidade atendida, implantação de um centro de documentação e informação em terceiro setor contribuindo para a transformação da sociedade e promoção do desenvolvimento de liberdades individuais e coletivas, disseminar a semente da cultura empreendedora para 1.200 pessoas, redução da vulnerabilidade social, aumento do conhecimento e da informação, colaboração com o ensino formal, contribuição com as relações humanas, conscientização da separação do lixo, plano de negócio aliando a metodologia de investigação apreciativa, alternativas de conscientização, lazer e geração de renda, utilizar a arte para melhoria social, cooperação com outras iniciativas empreendedoras, despertar a responsabilidade ambiental na entidade assistida, articulação entre entidade proponente e beneficiários.

A identificação de resultados em relação à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos das comunidades locais a partir das ações implementadas pelos

alunos egressos do Programa SESI Empreendedorismo Social foi o último questionamento do instrumento de pesquisa e detectou-se a partir das respostas dadas: aumento da alegria e da disciplina das crianças participantes do projeto, formalização de instituições jurídicas, contribuição social na área educacional e na (re) socialização de crianças abandonadas, moradores de rua com espaço para morar e com possibilidades de trabalho em grupo, esforço dos alunos para a busca de parcerias, atuação com responsabilidade social nas empresas, ação de uma empreendedora social que abriu mão do seu emprego para dedicar-se ao empreendimento social, novas oportunidades de aprendizado, esforço e realização pessoal do empreendedor, capacitação de multiplicadores, protagonismo de ex-usuários de drogas, educação ambiental.

Os empreendedores sociais entrevistados tiveram a possibilidade de deixar suas observações em relação ao Programa no instrumento de pesquisa, ressaltando: apresentação de casos práticos para estudo em sala de aula, valorização do projeto social, importância da existência de iniciativas empreendedoras com mais ações, outros meios de comunicação para divulgação do Programa SESI Empreendedorismo Social, importância dos grupos de estudo no tema, empreendedorismo social não visto como *slogan* ou ação mercadológica, valia social, realização de seminários abertos, ampliação de troca de informações sobre a área social.

Para melhor visualização dos dados elaborou-se o quadro abaixo, apresentado uma síntese dos achados da pesquisa sobre o Programa SESI Empreendedorismo Social, em relação ao instrumento de pesquisa sistematizado para esse fim.

QUADRO 10 – SÍNTESE DOS ACHADOS DE PESQUISA REALIZADA COM EGRESSOS DO PROGRAMA SESI EMPREENDEDORISMO SOCIAL ANOS 2006 E 2007.

SÍNTESE DOS ACHADOS DA PESQUISA	
Perguntas	Palavras-Chave
	Conhecimento teórico. Sistematização de idéias sociais Busca de soluções sociais.

<p>Competências desenvolvidas</p>	<p>Rede de relacionamentos. Preenchimento de editais diversos. Participação em eventos de natureza acadêmica. Produção de bens e serviços. Aumento da remuneração. Ampliação de competências inter-relacionais. Desenvolvimento de projetos que visam soluções para problemas sociais.</p>
<p>Capacitações necessárias</p>	<p>Captação de recursos. Ampliação da carga horária do programa. Conhecimentos sobre: diagnóstico social, indicadores econômico-financeiros e investidores sociais. Parcerias para viabilização de idéias. Articulação com planejamento estratégico. Sustentabilidade do projeto. Legislação para o terceiro setor. Elaboração de projetos sociais. Informações sobre os ODM's. Gestão financeira e comercial. Perfil empreendedor.</p>
<p>Planos de Negócios em relação as propostas previstas e implementadas</p>	<p>Constituição de pessoa jurídica no ramo de atividade definida. Parcerias com instituições diversas e estratégicas. Implantação do programa em escolas municipais. Curso de multiplicadores na área de prevenção. Construção de site. Apresentação ao presidente e gerente da organização. Participação em editais públicos e de instituições privadas. Adequação de nomenclatura. Implementação dos planos de negócios. Organização de atividades diversas contribuindo com o plano de negócio. Execução de uma edição do projeto. Produção de espetáculos.</p>

	<p>Realização de oficinas com público diverso.</p> <p>Promoção de eventos culturais.</p>
<p>Planos de Negócios em relação às principais dificuldades enfrentadas na implementação</p>	<p>Captação de recursos.</p> <p>Indisponibilidade de tempo e local para realização.</p> <p>Busca de sustentabilidade do projeto.</p> <p>Construção de personalidade jurídica.</p> <p>Falta de coragem.</p> <p>Indefinição da atividade principal.</p> <p>Encontrar parceiros e patrocínio.</p> <p>Adaptação e melhoria do plano de negócio.</p> <p>Integração do plano de negócio a um plano estratégico.</p> <p>Não comprometimento das pessoas.</p> <p>Falta de motivação.</p> <p>Custo do projeto muito elevado.</p> <p>Ferramenta para medir o retorno social.</p> <p>Falta de recursos humanos.</p> <p>Problemas jurídicos com entidade executora.</p> <p>Falta de oportunidade de expor o plano de negócio.</p>
<p>Planos de Negócios em relação aos elementos facilitadores no processo de implementação</p>	<p>Experiência anterior.</p> <p>Criação de pessoa jurídica.</p> <p>Rede de contatos.</p> <p>Existência de plano de negócio sistematizado.</p> <p>Modelo de negócio social.</p> <p>Parcerias iniciadas.</p> <p>Junção de planos de negócios.</p> <p>Competência técnica comprovada.</p> <p>Boa leitura do plano de negócio.</p> <p>Idéias absorvidas em outras atividades.</p> <p>Visão ampla.</p> <p>Ajuda de amigos.</p> <p>Apoios teóricos e práticos.</p> <p>Adesão da diretoria da entidade e do gerente.</p> <p>Abertura a futuros apoiadores.</p> <p>Competência prático/operacional.</p>
	<p>Impossibilidade de firmar a parceria prevista.</p>

<p>Planos de Negócios em relação as propostas previstas e que não foram implementadas</p>	<p>Dificuldade com a parte comercial prevista. Desenvolver projetos menores. Dificuldade em cumprir o prazo previsto para execução do plano de negócio. Falta de tempo hábil para dedicação à pesquisa e captação de recursos. Proposta de geração de renda não implementada. Busca por apoio institucional. Corte de módulos para diminuir custos. Regularização jurídica. Falta de recursos financeiros. Falta de empresas financiadoras. Busca de parceiros operacionais.</p>
<p>Outras propostas de empreendedorismo social foram implementadas</p>	<p>Emprego em uma organização social. Planos de negócio menores desenvolvidos. Parcerias diversas e parcerias estratégicas. Sistematização de novos projetos. Realização de turma piloto. Todo o público de uma comunidade atingido. Criação do aniversário sustentável. Incubadora universitária de organização sem fins lucrativos. Criação de Conselho Municipal de Cultura de Paz. Ampliação do foco do plano de negócio. Utilização da metodologia. Indicação para integrar Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas.</p>
<p>Propostas não previstas no Planos de Negócios, mas implementadas e benefícios obtidos para a comunidade atendida.</p>	<p>Repasse de informações de utilidade pública. Palestras lúdicas. Reunião de equipe multidisciplinar. Formação de multiplicadores disseminadores de informações para famílias e comunidade do entorno sobre prevenção a drogas. Alegria dos participantes do projeto implantado. Sustentabilidade em aniversários infantis.</p>

	<p>Conviver com as diferenças.</p> <p>Respeitar o outro e se colocar no lugar do outro.</p> <p>Multiplicação dos conhecimentos.</p>
<p>Benefícios para a qualidade de vida dos cidadãos que vivem nas comunidades atendidas</p>	<p>Satisfação em fazer parte do projeto.</p> <p>Cidadãos mais críticos e esclarecidos quanto aos malefícios que as drogas causam na sua vida pessoal e na sociedade.</p> <p>Despertar para novas realidades do mercado de trabalho.</p> <p>Divulgar e multiplicar informações de utilidade pública colaborando para o esclarecimento da comunidade.</p> <p>Aprendizagem para viver em comunidade.</p> <p>Consciência e respeito aos problemas.</p> <p>Convivência pacífica amizade e cooperação.</p> <p>Diminuição do impacto ambiental.</p> <p>Geração de recursos financeiros para a instituição.</p> <p>Consumo consciente.</p> <p>Atendimento a um número maior de projetos sociais.</p>
<p>Outros projetos, programas, objetivos, enfim, resultados não previstos no plano de negócios forma atingidos contribuindo com o desenvolvimento local</p>	<p>Desenvolvimento de projetos similares para atendimento a outras instituições que tenham caráter educativo e recreativo com atividades circenses.</p> <p>Compromisso de estudantes universitários como voluntários, estagiários ou bolsistas dos projetos, que tem a rara oportunidade de desenvolver senso crítico com relação à transformação de realidade de exclusão, de dependência e de marginalidade.</p> <p>Participação em Conselho Municipal.</p> <p>Certificação de pessoas como agentes de crédito que podem atuar pelo desenvolvimento local.</p> <p>Satisfação do grupo maior contribuição.</p> <p>Criação de um conselho para a paz.</p> <p>Replicação da peça em outro estado do país.</p>
	<p>Contribuição positiva a longo prazo para a comunidade atendida.</p> <p>Implantação de um centro de documentação e</p>

<p>Avaliação da contribuição para o desenvolvimento local por meio da atividade empreendedora</p>	<p>informação em terceiro setor contribuindo para a transformação da sociedade e promoção do desenvolvimento de liberdades individuais e coletivas. Disseminar a semente da cultura empreendedora para 1.200 pessoas. Redução da vulnerabilidade social, Aumento do conhecimento e da informação. Colaboração com o ensino formal. Índice grande de participação. Contribuição com as relações humanas. Conscientização da separação do lixo. Plano de negócio aliando a metodologia de investigação apreciativa. Alternativas de conscientização, lazer e geração de renda. Utilizar a arte para melhoria social. Cooperação com outras iniciativas empreendedoras. Despertar a responsabilidade ambiental na entidade assistida. Articulação entre entidade proponente e beneficiários.</p>
<p>Resultados identificados na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos das comunidades locais a partir das ações desenvolvidas</p>	<p>Aumento da alegria e da disciplina das crianças participantes do projeto. Formalização de instituições jurídicas. Contribuição social na área educacional e na ressocialização de crianças abandonadas. Moradores de rua com espaço para morar e com possibilidades de trabalho em grupo. Esforço dos alunos para a busca de parcerias. Atuação com responsabilidade social nas empresas. Ação de uma empreendedora social que abriu mão do seu emprego para dedicar-se ao empreendimento social. Novas oportunidades de aprendizado. Esforço e realização pessoal do empreendedor. Capacitação de multiplicadores.</p>

	<p>Protagonismo de ex-usuários de drogas.</p> <p>Educação ambiental.</p>
<p>Observações complementares dos empreendedores sociais</p>	<p>Apresentação de casos práticos para estudo.</p> <p>Valorização do projeto social.</p> <p>Importância da existência de iniciativas empreendedoras com mais ações.</p> <p>Outros meios de comunicação para divulgação do Programa SESI Empreendedorismo Social.</p> <p>Importância dos grupos de estudo no tema.</p> <p>Empreendedorismo social não visto como slogan ou ação mercadológica e valia social.</p> <p>Realização de seminários abertos.</p> <p>Ampliação de troca de informações sobre a área social.</p>

Após a pesquisa de campo, sistematização dos dados e sua análise e considerando os resultados obtidos em relação às contribuições dos empreendedores sociais para a promoção do desenvolvimento local conclui-se o estudo com um breve histórico da fundamentação teórica, uma síntese dos objetivos propostos e proposições futuras que possam orientar trabalhos acadêmicos e novas iniciativas para a promoção do empreendedorismo social no cenário brasileiro.

CAPITULO 5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O propósito do presente estudo acadêmico vem ao encontro da contribuição com a transformação social, respeitando o desenvolvimento local e valorizando o perfil de sujeitos empreendedores sociais que com suas ações contribuam com a promoção de uma nova estrutura social.

Dentro do campo de estudo do empreendedorismo social uma forma idealizada para contribuir com essa transformação é a propagação do tema, validando sua importância social e criando táticas diferenciadas que oportunizem a formação dos interessados, em ações conjuntas de instituições dos três setores da economia, com definição estratégica para a promoção do desenvolvimento local.

5.1 SÍNTESE DAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA O EMPREENDEDORISMO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

A fundamentação teórica revisitou referenciais que subsidiam o processo reflexivo dos movimentos históricos que promovem o desenvolvimento econômico e social, esperando que forneçam subsídios para a construção de trabalhos acadêmicos e novos projetos, programas, planos que façam a diferença na sociedade pós-moderna, na qual o sujeito em sua plenitude, possa de forma autônoma e consciente, ser ator responsável por uma renovação social imprescindível.

A apresentação de autores nacionais e internacionais, como suporte conceitual, possibilita uma visão sistêmica dos temas abordados que tem como foco:

- a) inovação social;
- b) tecnologias sociais;
- c) empreendedorismo;
- d) empreendedorismo social;
- e) desenvolvimento local;
- f) competências.

Fundamentos teóricos que abordam assuntos emergentes no cenário da sociedade globalizada, na qual o abismo entre ricos e pobres está cada vez mais intransponível, seja entre países, ou populações do mesmo país. É indispensável que outros pesquisadores debruçem-se sobre os temas abordados, porque não era intenção esgotar discussões nesse trabalho, e sobretudo porque os temas não se esgotam somente nesses referências, mas abrem caminhos para muitas possibilidades, na esperança que sejam em diversas realidades, respeitando-se a dimensão do desenvolvimento territorial local, que deve ser preservado acima de modelos econômicos globalizados.

Segundo Drucker (2001, p.44), "(...) toda a organização terá de aprender a inovar – e a inovação agora pode – e deve – ser organizada como um processo sistemático." Que as inovações possam ser adjetivadas também como sociais, foi intenção do suporte teórico, e que processos sejam cada vez mais sistemáticos e profissionalizados, promovidos por essa categoria de empreendedores para a qual a pesquisa se dedicou.

5.2 CONCLUSÕES EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DE ESTUDO PROPOSTOS

Tendo como objetivo principal identificar e avaliar as contribuições dos estudantes egressos do Programa SESI Empreendedorismo Social para o desenvolvimento local, ao final da pesquisa depara-se com muitas respostas surpreendentes, outras intrigantes e algumas angustiantes. A análise dos dados demonstra que existe uma trajetória a ser conquistada pelo empreendedor social, sobretudo no que se refere a parcerias estratégicas que oportunizem financeiramente, planos de negócios sustentáveis serem consolidados. Por outro lado, percebe-se a amplitude de oportunidades que esse mercado abre para aqueles que ousarem a ele dedicarem-se.

O quadro síntese dos achados de pesquisa permite a verificação do apoio relevante do empreendedor social na promoção do outro e do desenvolvimento local, inclusive com adjetivos singelos, mas que demonstram a riqueza da ação desenvolvida. Acredita-se que em longo prazo esses apoios

tornar-se-ão mais efetivos, pois o tempo cronológico é fator preponderante para as iniciativas sociais.

As contribuições dos empreendedores sociais para a qualidade de vida das populações beneficiadas com suas ações são percebidas como possibilidades de criação de novas comunidades, mais conscientes do seu papel no mundo e atentas as realidades do mercado, com um processo crítico de formação oportunizando o aumento gradativo de iniciativas, programas, projetos sociais, respeitando a sustentabilidade do planeta.

A percepção do empreendedor em relação a sua contribuição com o desenvolvimento local, colaborando com o individual e coletivo é ponto de partida para um novo estudo. A semente da cultura empreendedora já foi lançada, conforme afirmou um empreendedor. Seu tempo de colheita é que irá depender de estratégias dos setores da economia para promovê-la. A redução da vulnerabilidade social também é reconhecida pelos empreendedores por meio das suas interações, bem como possibilidades de conscientização e promoção de linguagens diversas para a superação social.

O novo surge apesar de planos de negócios sistematizados atendendo a princípios de gestão, a contribuição com a formação cidadã, a possibilidade de multiplicação do conhecimento, em uma sociedade sedenta por ele, a formação de multiplicadores e o respeito ao outro, são fatores diferenciais na ação dos empreendedores sociais e que vem ao encontro das características apontadas na fundamentação teórica.

A reinserção social de diferentes públicos também foi detectada pelos empreendedores, que com suas ações locais já fizeram a diferença na vida dos sujeitos inseridos na modernidade.

Os empreendedores sociais pesquisados são responsáveis pelo desenvolvimento de novos projetos, participações em conselhos municipais, nos quais poderão efetivamente exercer o condição de cidadão, bem como influência na política pública com a criação de conselho, um conselho voltado para a paz em uma sociedade que no século XXI ainda não compreendeu a dimensão de uma palavra pequena, mas que faz a diferença para a história da humanidade.

Com as competências adquiridas no processo de capacitação, aliadas as existentes, os empreendedores sociais constituíram empresas, efetivaram parcerias, utilizaram-se das tecnologias da informação e comunicação para disseminação de seus projetos, envolveram diferentes atores e promoveram eventos, palestras, oficinas, mas do que isso, fizeram a renovação social, nas comunidades locais por onde passaram, por meio das suas atitudes ousadas que respeitam o próximo e tem a intenção verdadeira de contribuir com promoção dos outros cidadãos, buscando equidade e promovendo justiça social.

Os empreendedores sociais também enfrentam dificuldades para firmar parcerias, cumprir prazos estabelecidos, obter espaços de atuação, atingir a sustentabilidade para seus planos de negócios, já que atuam pelo social. Enfrentam problemas jurídicos como outras organizações, buscam ainda aprender como mensurar o retorno da ação realizada, porém a falta de coragem existiu em somente um sujeito pesquisado e espera-se que já tenha sido superada. O empreendedor social não aceita a manutenção dos problemas sociais, esse é o desafio com o qual convive no seu cotidiano.

Finalizando as considerações em relação ao atendimento aos objetivos da pesquisa, cita-se Touraine (2006, p.159): “O sujeito não abre suas asas acima da sociedade; tampouco está preso em suas regras e hierarquias. Ele está presente na sociedade e na história, nas relações coletivas e interpessoais, mas ali ele evolui também como uma exigência, um protesto, uma esperança.” Esse é o sujeito - empreendedor social - pesquisado e abordado no trabalho acadêmico.

5.3 PROPOSIÇÕES PARA PESQUISAS E TRABALHOS FUTUROS

Na pesquisa realizada com os empreendedores sociais identifica-se a importância do acesso a informações sobre captação de recursos, estratégias para mobilização de parcerias, aprofundamento no tema legislação para o terceiro setor, conhecimentos aprofundados na área de gestão. Sugere-se a formatação de novos programas para o desenvolvimento de empreendedores

sociais como uma condição fundamental para o desenvolvimento de outras competências para o exercício dessa profissão no mundo do trabalho.

Profissionalizar-se é demanda do setor econômico e os empreendedores sociais estão inseridos na economia, uma economia solidária e justa, que promove e não exclui e por isso mesmo merece o reconhecimento e respeito de instituições educadoras que abram possibilidades para sua participação, criando mecanismos que possibilitem o acesso a diversos processos educacionais e de formação, oportunizando o seu contínuo desenvolvimento pessoal e profissional.

O fortalecimento da rede de empreendedores sociais, promovido pela instituição SESI Paraná, deve ser estratégico, para a manutenção do sentimento de pertencimento a um determinado grupo social que garante ao empreendedor a sua identidade social na sociedade globalizada. A manutenção de uma comunidade de aprendizagem que permaneça atenta aos problemas sociais, discutindo de forma crítica as formas de participação para a sua solução.

Novos investimentos na concepção de projetos, programas, planos que perpetuem a formação de empreendedores sociais, e complementem o já existente, são recomendados para o SESI Paraná, sobretudo porque essa instituição deflagrou a disseminação do tema no estado do Paraná, assumindo uma lacuna de atuação e tem competência instalada para continuidade de sistematizações inovadoras que contribuam com a transformação social e ampliem o cenário de atuação.

A descentralização do Programa SESI Empreendedorismo Social do estado do Paraná para outros estados, por meio da estrutura do SESI Nacional garantirá o desenvolvimento local de outras comunidades e a criação de uma rede mais sólida e com possibilidades infinitas. Recomenda-se nesse caso a manutenção do modelo metodológico sistematizado e validado, identificando novos atores para atuação local, com o apoio estratégico do SESI Paraná no repasse metodológico e suporte conceitual já pesquisado.

Segundo Farfus, Rocha e Fernandes (2007, p.135) “Precisamos construir uma nova sociedade, uma comunidade renovada e uma cidade civilizada”; “para tanto, é necessário reconstruir o cotidiano, não mais fundamentado em

modelos hipotéticos, mas em modelos que possibilitem mudanças reais e concretas, que respeitem as diferenças e promovam a eqüidade.” (FARFUS, ROCHA E FERNANDES, 2007, s/p).

A reconstrução da civilização é responsabilidade individual e coletiva, dos representantes e participantes dos três setores da economia. Promovê-la pode ser sim, responsabilidade do empreendedor social e ele almeja essa realização. Subsidiá-la, porém, é obrigação de cada sujeito consciente do seu papel de cidadão e comprometido com a sistematização de um novo paradigma social, no qual não mais haverá lugar para exclusão, discriminação, mazelas e violências, com todas as formas de representação. Independentemente do lugar onde esse sujeito se encontre sua localização territorial e sua condição social, fazer a sua parte será fundamental para a permanência de todos em uma esfera denominada Terra.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Capital social e empreendedorismo local. In: **Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Redesist, 2002.

ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: **Globalização & inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul**. José Eduardo Cassiolato e Helena Maria Martins Lastres (editores), Brasília, IBICT/MCT, 1999.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Capital social e empreendedorismo local. In: **Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Redesist, 2002.

ARNS, P. C. *et al.* **Desenvolvimento institucional e articulação de parcerias para o desenvolvimento local**. BNDES, Recife, s/a.

ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS E MCKINSEY & COMPANY, INC. **Empreendimentos sociais sustentáveis: como elaborar planos de negócio para organizações sociais**. São Paulo: Peirópolis, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação**. Rio de Janeiro, 2005, 09p.

ÁVILA, C (coord.) **Orientações para o auto-empreendimento: planejamento e gestão**. São Paulo: AAPCS – Solidária, 2000.

BARREIRA, M C.R.N. e CARVALHO, M do C.B. (orgs). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC – SP, 2001.

BALK, L. I. B. **As instituições de educação tecnológica e do desenvolvimento local: um estudo de caso da UTFP – Campus Medianeira**. Dissertação. Centro Universitário Franciscano – UniFae: Curitiba, 2006.

BOSCHEE, J. **What is social entrepreneurship?** Disponível em: www.csen.ca/whatis.htm Acesso em: 10 nov. 2002.

BRASIL. Lei Federal n.º 10.973/04, de 02 de dezembro de 2004. **Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente**

produtivo e dá outras providências. Disponível em www.ghente.org/doc_juridicos/lei10973.htm. Acesso em: 07 maio 2007.

BOM ANGELO, Eduardo. **Empreendedor corporativo: a nova postura de quem faz a diferença.** Rio de Janeiro: Campus, 2003

BRINCKERHOFF, P. C. **Social entrepreneurship: the art of mission-based venture development.** New York: John Wiley & Sons, Inc., 2000.

BUARQUE, A. **Dicionário da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

CARON, A. **Inovações tecnológicas nas pequenas e médias empresas industriais em tempos de globalização: o caso Paraná.** Tese (Doutorado em Engenharia da Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

CARON, A. Inovação social e o papel da indústria. In: FARFUS, D. e ROCHA, M. C. de S. **Inovações sociais.** Curitiba: SESI/SENAI/ IEL/UNINDUS. 2007.

CASTANHEIRA, M. A. V. **Capital social, sustentabilidade e esporte: elementos para a construção de uma educação em valores a partir do esporte voleibol.** Dissertação. Centro Universitário Franciscano – UniFae: Curitiba, 2006, 249 páginas.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. In: **A era da informação: economia, sociedade e cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M.. **The informational city: information technology, economic restructuring and the urban-regional process.** Oxford: Basil Blachwell, 1989.

CASTOR, B. V. J. Inovação social e desenvolvimento. In: FARFUS, D. e ROCHA, M. C. de S. **Inovações sociais.** Curitiba: SESI/SENAI/ IEL/UNINDUS. 2007.

CASTRO, I. E. de. O problema da escala. In: CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. da C., CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CAPRA, F. **Ponto de Mutação.** São Paulo: Cultrix, 1982.

COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. In: **American Journal of Sociology**, s.l., vol. 94, p. 95 – 120, 1988.

CUNNINGHAM, J. B.; LISCHERON, J. Defining entrepreneurship. **Journal of Small Business Management**, s.l., v. 29, n.1, p.45-61, jan, 1991.

DAVID, D. H. **Intraempreendedorismo social**: perspectivas para o desenvolvimento social nas organizações. Tese (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção do Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

DEES, J. G. **Enterprising Nonprofits**. Harvard Business Review, January-February, 1998.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Cultura, 1999.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo corporativo**: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DOWBOR, L. **A Reprodução Social**. Petrópolis, Vozes, 1998.

_____ **Gestão Social e Transformação da Sociedade**. São Paulo, Impresso, 1999.

DRUCKER, P. F. **O melhor de Peter Drucker**: a sociedade. São Paulo: Nobel, 2001.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship)**: prática e princípios. Tradução Carlos Malferrari. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

DRUCKER, P. F. In: HESSELBEIN, F. *et al.* **A comunidade do futuro**: idéias para uma nova comunidade. São Paulo: Futura, 1998.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARFUS, D. e ROCHA, M. C. de S. (orgs.) **Inovações Sociais**. Curitiba: SESI/SENAI/ IEL/UNINDUS. 2007.

FERNANDES, B. K. **Estratégia em empreendimentos sociais**: uma comparação internacional de comunidades Emáus. Dissertação. UnicenP, Curitiba, 2006.

FILLION, L. J. O planejamento do seu sistema de aprendizagem empresarial: identifique uma visão e avalie o seu sistema de relações. **Revista de Administração de Empresas**. v. 31, n.º 03, p.63-72, jul/set, 1991.

_____. O Planejamento do seu sistema de aprendizagem empresarial: identifique uma visão e avalie o seu sistema de relações. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 31, n. 3, jul./set. 1999.

_____. Diferenças entre sistemas gerenciais de empreendedores e operadores de pequenos negócios. **Revista de Administração de Empresas**, v.39, n 4, out/dez, 1999.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS. **Prêmio FINEP inovação tecnológica 2005**: catálogo de participantes. Rio de Janeiro: FINEP, 2005.

_____. **Prêmio FINEP inovação tecnológica 2006**: catálogo de participantes. Rio de Janeiro: FINEP, 2006.

FLEURY, S. Observatório da inovação social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 9, 2001, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: s.ed., 2001.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Relatório executivo**: empreendedorismo no Brasil - 2003. Curitiba: Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade, 2003.

_____. **Relatório executivo**: empreendedorismo no Brasil - 2004. Curitiba: Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade, 2004.

_____. **Relatório executivo**: empreendedorismo no Brasil - 2005. Curitiba: Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade, 2005.

_____. **Relatório executivo**: empreendedorismo no Brasil - 2006. Curitiba: Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade, 2006.

_____. **Relatório executivo: empreendedorismo no Brasil - 2007.** Curitiba: Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade, 2007.

GOES, P. Criação de potencial científico nacional. In: SOUZA, H.G. et al . **Política científica.** São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 17-32.

JOHNSON, S. **Literature review on social entrepreneurship.** Research Associate Canadian Centre for Social Entrepreneurship, november, 2000. Disponível em: <http://www.bus.ualberta.ca/ccse/Publications/Publications/Lit.%20Review%20SE%20November%202000.rtf> Acesso em: 18 mai. 2007.

HARTIGAN, P. **Social entrepreneurship: what is it?** Disponível em: www.schwabfound.org/news.htm?articleid=30 Acesso em: 23 mai. 2007.

HESELBEIN, F. *et al.* **A comunidade do futuro: idéias para uma nova comunidade.** São Paulo: Futura, 1998.

HISRICH, R. D.; PETER, M. P. **Empreendedorismo.** São Paulo: Bookman, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE. **1.º Relatório de trabalho referido à proposta de estudo e implementação de medidas de capacitação tecno-profissional ao Serviço Social da Indústria do Paraná – SESI/PR.** Curitiba, 2007.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Conhecimento e Cidadania 1: tecnologia social.** São Paulo, 2007.

LEAL, S.; PIRES, S. O. (org) **Empresas de sucesso criadas em incubadoras: uma coletânea de casos.** Brasília: ANPROTEC, 2001.

LONGO, W.P. **Conceitos Básicos sobre Ciência e Tecnologia.** Rio de Janeiro, FINEP, 1996. v.1.

LUNDVALL, B.A Políticas de inovação na economia do aprendizado. In: **Parcerias Estratégicas.** s. l., n. 10, mar. 2001.

MACMILLAN, I. **Empreendedores sociais assumem o papel de agentes de mudança na sociedade.** Disponível em: www.wharton.universia.net/index.cfm?fa=viewfeature&id=597&language=portuguese. Acesso em: 23 mai. 2007.

MASKELL, P. Social capital, innovation and competitiveness. In: BARON, S.; FIELD, J.; SCHULLER, T. **Social capital: critical perspectives**. Oxford: Oxford University Press: 2000.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. **Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local**. Ciência da Informação, Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2007.

MAYA, A. A. **Turismo y medio ambiente**. Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente. México, 1984.

MC LEVINSEN, A. P. Differentiating entrepreneurs from small business owners: a conceptualization. **Academy. Management Review**, n.2, p.356, 1984.

MELO NETO, F. P. e FRÓES, C. **Empreendedorismo social: a transição para uma sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

MENDES, J. **Fatores condicionantes de sucesso das pequenas e médias empresas na região metropolitana de Curitiba e sua contribuição para o desenvolvimento local**. Dissertação. Centro Universitário Franciscano – UniFae – Curitiba, 2006.

MINAYO, M. C. de S, HARTZ, Z. M. Qualidade de vida um debate necessário. In: **Ciência e saúde coletiva**. 5 (1): 7-18, 2000.

MOORE, M. G., Kearsley, G. **Distance education: a systems view**. Belmont (USA): Wadsworth Publishing Company, 1996.

MORGAN, G. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. In: **Revista FAE**. v.7, n.2, p.17-18, jul./dez/2004.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO ECONOMICA E DESENVOLVIMENTO. Departamento Estatístico da Comunidade Européia; BRASIL. Financiadora de Estudos e Projetos. **Manual de Oslo**. Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. Brasília, 1997. 136 p. Disponível em: <http://www.finep.org.br>. Acessado em: 17 abr. 2007.

ORTIZ, R. Anotações sobre mundialização e a questão nacional. In: **A sociologia no horizonte do séc. XXI**. São Paulo: Jinkings Editores Associados, 1997. [36-45]

PERES, F. C. **O capital social como motor do desenvolvimento sustentável**. Disponível em: [HTTP://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/Revista%20Marco%20Social.pdf/](http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/Revista%20Marco%20Social.pdf/). Acesso em: 29 jan. 2007.

PINCHOT, G. **Intra-empendedorismo na prática**: um guia de inovação nos negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PINHEIRO, E. G.; ALBUQUERQUE, C. A.; SAMPAIO, M. F. **A hora e a vez da informação**: um instrumento de desenvolvimento científico e tecnológico na pós-modernidade. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/viewFile/357/279>. Acesso em: 09 maio 2007.

RAMOS, G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. 2.ed. Trad. Mary Cardoso. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1989.

SANTOS, B. de S. **Reinventar a democracia**. Lisboa: Gradiva Publicações, 1998.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo-razão e emoção. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; A , SILVEIRA, M. L.(orgs) **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SEN, A. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina**: arte e prática da organização que aprende. São Paulo: Best Seller, 1998.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. **Plano de ação SESI Paraná 2007**. Curitiba, 2006.

SCHUMPETER, J. **Theories of economic development**. Cambridge, M.A, 1934.

SCHLEMM, M. M. e SOUZA, Q. R. **Coop Paraná e empreendedorismo social: uma experiência de gestão do conhecimento para inovação.** [HTTP://www.coepbrasil.org.br/downloads/tese_queila.doc](http://www.coepbrasil.org.br/downloads/tese_queila.doc). Acesso em 04 abr. 2007.

SILVA, H. E. da. **Empreendedorismo: o caminho para o sucesso no século XXI.** Disponível em: www.sebrae.com.br/revistasebrae/04/artigos_01.htm
Acesso em: 17 mai 2007.

SILVA, M. T. e ARNS, P. C. **Desenvolvimento comunitário.** BNDES: Recife, s/d.

SIMIONATO, A. C. **O lado oculto da pós-modernidade.** Disponível em: <http://www.cebrij.org.br/revista/artigo01.html> . Acesso em: 15 maio 2008.

STAL, E. (coord.) **Inovação: como vencer esse desafio empresarial.** São Paulo: Clio, 2006.

STONER, J.A.F. **Administração.** Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1985.

STONER, J.A.S.; FREEMAN, E. **Administração.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1999.

SWEDBERG, R. e SMELSER, N. J. **The handbook of economic sociology.** New Jersey: Princeton University, 1994.

THE WHOQOL Group. Development of the WHOQOL: rationale and current status. In: **International Journal of Mental Health**, 23 (3), 1994, p.24.

TIMMONS, J. A. **New venture creation entrepreneurship for the 21 century.** Ontário: Irwin, 1994.

TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje.** Petrópolis: Vozes, 2006.

ULTRAMARI, C. A respeito do conceito de sustentabilidade. In: **Concurso de monografias premiadas**, 4. Curitiba: Iparde/IEL – PR, 2003, p.2-22.

VÁSQUEZ-BARQUERO, A. **Desarrollo, rede e innovación: lecciones sobre desarrollo endógeno.** Madrid: Pirâmide, 1999.

APÊNDICE
UNIFAE - CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO DO PARANÁ
MESTRADO EM ORGANIZAÇÕES E DESENVOLVIMENTO

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Prezado Participante:

Esta pesquisa tem por objetivo investigar a relação entre as competências desenvolvidas durante o Programa SESI Empreendedorismo Social e a promoção do desenvolvimento local, para objeto de estudo de dissertação de mestrado. Ressalto que somente a pesquisadora terá acesso aos seus dados e respostas.

Agradeço antecipadamente sua colaboração e coloco-me à sua disposição para esclarecimentos.

Daniele Farfus

Mestranda do Mestrado em Organizações e Desenvolvimento da Unifae

E-mail: daniele.farfus@sesipr.org.br

Empreendedor Social (nome):

Ano de participação no Programa SESI Empreendedorismo Social

() 2006

() 2007

Dados demográficos:

1. Sexo: () Feminino
 () Masculino

2. Idade:

() abaixo de 20 anos

() entre 20 anos e 29 anos

() entre 30 anos e 39 anos

() entre 40 anos e 49 anos

() acima de 50 anos

3. Grau de escolaridade:

() Ensino fundamental (até 8.a série)

() Nível médio (2o grau)

() Nível superior incompleto

() Nível superior completo

() Pós-Graduação – Especialização

() Pós-Graduação – Mestrado

4. Em relação às competências desenvolvidas no Programa SESI Empreendedorismo Social, assinale as que tem utilizado para o desempenho de suas atividades empreendedoras:

- a) Ampliação do conhecimento teórico ()
- b) Articulação da rede de relacionamentos ()
- c) Participação em editais diversos na área social ()
- d) Participação em congressos, seminários e outros ()
- e) Produção de bens e serviços para a comunidade ()
- f) Busca de soluções sociais ()
- g) Possibilidades de aumento da remuneração no exercício profissional ()
- h) Ampliação das competências inter-relacionais ()
- i) Desenvolvimento de projetos que visam a busca de soluções para problemas sociais ()
- j) Sistematização de idéias sociais transformadas em projetos ou planos de negócios ()

5. Considerando a sua experiência antes e depois do curso, que outras capacitações seriam necessárias ter e que não foram dadas no Programa SESI Empreendedorismo Social

6. No Programa SESI Empreendedorismo Social você elaborou um Plano de Negócios contendo Propostas de Empreendedorismo Social, considerando este documento, responda as questões abaixo:

6.1 - Quais das **propostas previstas** no Plano de Negócios foram **implementadas**?

6.2. - Quais as **principais dificuldades** enfrentadas na **implementação** das propostas previstas no Plano de Negócios?

6.3 - Quais foram os **elementos facilitadores** encontrados na **implementação** do Plano de Negócios?

6.4 Quais as **outras propostas** previstas no Plano de Negócios que não foram implementadas? Justifique por que não foi possível implementar.

6.5 Que **outras propostas** de Empreendedorismo Social foram implementadas, mas não estavam previstas no Plano de Negócios?

6.5.1 – Justifique a importância das **propostas não previstas**, mas **implementadas** e os **benefícios** que trouxeram para a **comunidade atendida**.

6.6 – Que **benefícios** as implementações trouxeram para a **melhoria da qualidade de vida** dos cidadãos que vivem nas comunidades atendidas?

6.7 – Que **outros** projetos, programas, objetivos, enfim, **resultados não previstos** no plano de negócios **você atingiu**? Eles **contribuíram** com o **desenvolvimento local**?

7. Como **avalia** a sua **contribuição para o desenvolvimento local**, por meio da sua atividade empreendedora?

8. Quais os **resultados** que você já **identificou** em termos de **melhoria da qualidade de vida** dos cidadãos das **comunidades locais** a partir dos **Planos, Programas, Projetos, Ações** implementadas pelos alunos egressos do Programa SESI Empreendedorismo Social?

Observações Complementares (Opcional)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)